

MARCOS ANTONIO SILVA COSTA

TÍTULO

**BIOGRAFIA HISTÓRICA: A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE
SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA ENTRE OS ANOS DE 1930
E 1980.**

**Tese apresentada à Faculdade de
Ciências e Letras de Assis – UNESP -
Universidade Estadual Paulista para a
obtenção do título de Doutor em
História.**

**Área de Concentração: História e
sociedade**

**Orientador: Prof. Carlos Eduardo
Jordão Machado**

ASSIS

2007

ÍNDICE

Introdução.....	06
Primeira Parte.....	21
Raízes do Brasil.....	51
Monções.....	79
O Extremo Oeste.....	87
Caminhos e Fronteiras.....	96
Segunda Parte.....	107
O relatório da ONU sobre democracia.....	117
Visão do Paraíso.....	130
Terceira Parte.....	136
Da Monarquia à República.....	148
Conclusão	189
Bibliografia.....	193
Anexo.....	212

RESUMO

Nesta pesquisa analisamos a trajetória intelectual de Sérgio Buarque de Holanda entre os anos de 1930 e 1980. Neste período decisivo da história contemporânea do Brasil, o autor não só esteve presente nos principais momentos como refletiu sobre eles, suas conseqüências, seus desdobramentos. Além dos livros clássicos, o autor se manifestou por meio de uma vasta produção jornalística, que permanecia, até então, desconhecida do público. Esta pesquisa teve como objetivos gerais, primeiro uma parte prática, ou seja, a organização do material inédito de Sérgio Buarque de Holanda, disperso em arquivos de jornais, universidades, museus e bibliotecas, que não havia sido totalmente organizado e que ainda aguardava o devido tratamento; segundo, uma parte teórica, o desafio de procurar captar, na trama de suas experiências pessoais, o pensamento político de Sérgio Buarque de Holanda como intelectual ativo na sociedade em que vivia, seja por meio das idéias, seja por meio da ação direta, buscando determinar além de suas peculiaridades, as suas convergências no campo de sociabilidade no qual se movia.

PALAVRAS-CHAVE

Sérgio Buarque de Holanda, história política, história do Brasil, experiência intelectual brasileira.

ABSTRACT

In this research we analyzed Sérgio Buarque de Holanda's intellectual track between the years of 1930 and 1980. In this remarkable period of Brazilian contemporary history, the author wasn't only present in the most important moments but he also had some influences in them, through the consequences he caused due to his attitudes. Besides showing himself through classic books, the author was also present in a vast journalistic production, that remained unknown by the public before. This research had as general goals a practical and a theoretical phase. The practical phase consists of the organization of Sérgio Buarque de Holanda's unpublished material, that was disperse in newspaper archives, universities, museums and libraries. Material which hadn't been organized and set and was still waiting for the suitable treatment. The next phase of the research, the theoretical one, focuses on the challenge of capturing the political views of Sérgio Buarque de Holanda as an active intellectual in the society he lived in, either by his ideas or by his direct attitudes trying to determine his particularities and convergences in the social field of that time.

KEY WORDS

Sérgio Buarque de Holanda, political history, history of Brazil, Brazilian intellectual experience.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objetivos gerais, primeiro uma parte prática, ou seja, a organização do material inédito de Sérgio Buarque de Holanda, disperso em arquivos de jornais, universidades, museus e bibliotecas, que não havia sido totalmente organizado e que ainda aguardava o devido tratamento; segundo, uma parte teórica, o desafio de procurar captar, na trama de suas experiências pessoais, o pensamento político de Sérgio Buarque de Holanda como intelectual ativo na sociedade em que vivia, seja por meio das idéias, seja por meio da ação direta, buscando determinar além de suas peculiaridades, as suas convergências no campo de sociabilidade no qual se movia.

A primeira parte do trabalho, ou seja, os textos inéditos, revelou-se uma intensa produção intelectual que abarca praticamente todos os aspectos da obra e da vida do autor: história, historiografia, política, vida social e crítica literária. Podemos dizer que os textos que o autor publicou na imprensa se constituem num desdobramento das problemáticas levantadas nos livros clássicos. Nos artigos, pelas próprias características do artigo de jornal, o autor se posiciona de forma mais manifesta e direta sobre os problemas do seu tempo, mesmo porque o fato de terem sido escrito para jornal implicava em atingir um público diferente daquele leitor especializado de livros acadêmicos.

A importância dos textos sobre história e historiografia, por exemplo, está, sobretudo, em duas características principais, primeiro porque alguns deles correspondem à gênese de um trabalho mais elaborado ou de um livro que seria publicado posteriormente, o que nos dá uma dimensão do ritmo da pesquisa e da construção do autor de suas obras clássicas; segundo, que muitos temas recorrentes na obra de Sérgio Buarque de Holanda reaparecem discutidos num outro ambiente, sob novo ângulo, depois de ter sofrido a crítica e os comentários dos seus contemporâneos.

Trata-se, esse material publicado em jornal, de uma fonte imprescindível — e que ainda não foi devidamente estudada — e que pode contribuir para a compreensão do autor, da sua obra e do seu tempo, já que em Sérgio Buarque de Holanda essas três instâncias são indissociáveis.

Quanto ao pensamento político de Sérgio Buarque de Holanda, podemos dizer, baseado, por exemplo, no depoimento de Antonio Candido¹, que havia uma verdadeira obsessão pela questão da democracia. E isso foi possível notar também em mais de um texto publicado na imprensa em que o autor procurou definir a sua posição sobre os princípios de um Estado democrático.

Entre esses textos poderíamos citar a trilogia de textos publicados por ocasião da participação do autor no relatório da UNESCO sobre a questão da democracia no mundo, são eles: *Introdução á Democracia. Problemas da Democracia*

¹ CANDIDO, A. "Sérgio Buarque de Holanda: Radical" In: Candido, A. *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo-SP.

*Mundial e A Democracia e a Tradição Humanista*², *Que país é esse*, publicado no Folhetim em 30 de abril de 1978, *A Democracia é Difícil* publicado na revista Veja em 1976, *O governo já perdeu*, publicado na Folha de São Paulo em 1978, *Abertura não é democracia*, publicado no mesmo ano, entre outros.

Nestes textos o autor retoma aquilo que poderia ser considerado teria sido o seu grande fulcro inspirador, ou seja, desde *Raízes do Brasil*, a crítica de Sérgio Buarque de Holanda a modernização brasileira era a de que entre nós não chegou a se constituir um Estado democrático³, no sentido de uma ordem realmente pública, de superação do predomínio do privado sobre o público na nossa formação social capaz de transcender particularidades próprias daquelas que decorrem de laços familiares.

Em certo ponto do livro o autor afirma "o Estado não é uma ampliação do círculo familiar", e seria aqui, precisamente, onde se encontra um dos obstáculos mais poderosos para a constituição, no Brasil, de uma ordem pública necessária à democracia, pois toda a nossa formação histórica se fez na direção oposta; numa forma de estruturação social em que o círculo familiar é que se expande e impõe seus interesses aos cidadãos individualmente considerados. Aliás, este é o grande diferencial do livro naquele momento.

² HOLANDA, S. B. *Para uma nova história*. Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo-SP.

³ Cf. FAORO, R. "Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras". In: CANDIDO, A. *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo-SP.

Pois se o veio comum das obras publicadas nos anos trinta é a questão da modernização brasileira, as diferentes concepções e filiações políticas desses autores os dividem, grosso modo, em pensadores autoritários e democráticos⁴. Se tomarmos como exemplo o caso de um Oliveira Viana, de um Alberto Torres de um lado e, de um Sérgio Buarque de Holanda e de um Caio Prado Júnior de outro.

Separadas as tintas na passagem do “projeto estético” dos anos 1920 para o “projeto ideológico” dos anos 1930⁵, o campo comum de interesse pelo Brasil, contudo, enseja o surgimento de pólos opostos e conflitantes de visões políticas. Um campo conservador e um campo que oferecia uma visão democrática, não-liberal e não-comunista de criticar as visões e ações políticas.

Nos textos publicados em jornais e revistas é possível buscar evidências e indícios sobre a posição do autor frente aos vários movimentos e manifestações políticas dos períodos estudados, entre eles os de extrema-esquerda (comunismo), de extrema-direita (integralismo), bem como os liberais, movimentos muito latentes e ativos nos anos 1930 e 1940.

Todo este material reunido foi organizado e deu origem a três livros, tendo já o primeiro sido publicado (Holanda, S. B. *Para urna nova história*. Ed. Fundação Perseu Abramo, São Paulo-SP. 2004) e os demais se encontram no prelo.

⁴ Cf. PIVA, L. G. *Ladrilheiros e Semeadores*. São Paulo-SP. 2000.

⁵ Cf. CANDIDO, A. *A educação pela noite*. Ed. Ática. São Paulo-SP.

A organização dos livros seguiu um roteiro cronológico. Optamos por organizar os textos por data de publicação para que assim pudéssemos ter uma visão da evolução do pensamento do autor ao longo dos anos de abrangência da pesquisa.

No primeiro volume foram publicados textos diversos, tanto no que se refere ao período como à temática. No segundo volume serão publicados textos do período entre 1920 e 1940 e no terceiro volume serão publicados os textos referentes ao período de 1950 e 1980. No anexo deste trabalho encontram-se estes três livros.

Do projeto inicial resultaram, portanto, dois trabalhos paralelos: primeiro o da organização do material inédito do autor para publicação, com tudo que implica uma edição desse porte, ou seja, uma ampla pesquisa para elaboração de notas, remissão de nomes, datas, lugares e etc; segundo, a tese de doutorado em si, que é permear, inclusive utilizando-se dos textos inéditos, primeiro o pensamento político do autor em períodos cruciais da história recente do Brasil e, segundo, como esse pensamento estaria, ou não, expresso na sua obra, já que segundo o próprio autor "numa sociedade constituída de classes, e classes antagônicas, como a nossa sociedade capitalista e burguesa, toda filosofia e, há rigor, toda ciência, hão de ser de natureza polêmica. A exigência, por isso, de um pensamento isento [...] é uma exigência utópica [...] todo

pensamento é, no fundo, pensamento de classe e traz, mesmo sem o saber, o selo social”⁶.

A segunda parte do trabalho se constitui num esforço de compreensão do pensamento político de Sérgio Buarque de Holanda, priorizando as questões que o autor levantou em torno da modernização brasileira, da sociabilidade moderna e da confusão histórica que se estabeleceu na sociedade brasileira, por conta das particularidades de nossa formação social, entre o público e o privado. Este é o nosso problema central, ou seja, delimitar como essa temática aparece como um fulcro inspirador comum em todas as obras do autor e mais, como essas preocupações formam o cerne do seu pensamento político.

Nas obras do autor o pano de fundo segundo Maria Odila seria exatamente a questão de que, de um lado, estaria a “hipertrofia de um Estado e o poder das elites dirigentes, divorciados da realidade brasileira, a ela avessos, envergonhados ou indiferentes”⁷ e de outro “uma sociedade dividida em pluralismo raciais e sociais, que não chegavam a viver plenamente a expressão ou as tensões de suas contradições. Eram os sintomas da existência de um profundo abismo entre sociedade e Estado”⁸.

⁶ HOLANDA, S. B. *Verdade e Ideologia I*. Diário Carioca. Rio de Janeiro-RJ. 11 de maio de 1952. seção 2, Pág. 3.

⁷ DIAS, M. O. S. L. “Negação das negações”. In. Santiago. S. *Interpretes do Brasil*. Volume 3. Ed. Nova Aguilar. Rio de Janeiro – RJ. Pág. 906.

⁸ Ibid. Id.

Esse abismo entre a sociedade e o Estado pode ser considerado como o ponto de partida que move as ações de Sérgio Buarque de Holanda, seja no campo da historiografia como no campo da mobilização política.

O recorte histórico foi determinado entre os anos de 1930 e 1982. Os três capítulos da tese foram divididos com a seguinte periodicidade: O primeiro período vai de 1930 a 1945. O ano de 1930 porque marca o retorno do autor da Alemanha, quando então estreita os seus vínculos com os problemas do país, com o campo intelectual onde se move (os seus interlocutores), e vai até o final da ditadura Vargas em 1945, passando pela publicação do livro clássico *Raízes do Brasil* (1936) e *Monções* (1945), fruto maduro de vários artigos que o autor havia publicado na imprensa no início dos anos 1940 e que marca uma mudança em relação à sua produção intelectual precedente, ou seja, a passagem da sociologia para a historiografia. O segundo período se estende de 1945 até 1960. Em 1946 o autor se envolve com a fundação da Esquerda Democrática, com o Partido Socialista Brasileiro e a sua atuação política torna-se mais evidente. Participa, como representante do Brasil, de um importante comitê organizado pela ONU para discutir a questão da democracia no mundo. Escreve o livro *Visão do Paraíso*, que marca a sua entrada no quadro docente da USP e, conseqüentemente o seu retorno para São Paulo em 1960. O terceiro período se estende de 1960 a 1982. Na primeira metade dos anos 1960 Sérgio Buarque de Holanda passa ministrando cursos no exterior. De volta ao Brasil funda o IEB, coordena a publicação da *História Geral da Civilização*

Brasileira, onde publica do livro *Da Monarquia à República*, participa na fundação do Centro Brasil Democrático e do Partido dos Trabalhadores, falecendo em 1982.

Nesta pesquisa pretende-se, portanto, elaborar uma "biografia histórica" da vida intelectual de Sérgio Buarque de Holanda, sensível às intensas interseções entre a sua biografia e a dinâmica política, social e cultural do país. Nesta empreitada alguns riscos devem ser evitados de antemão, são eles: primeiro o da produção de uma mera canonização biográfica, segundo o da falta de distanciamento crítico que transforma autor em objeto de reverência, e terceiro, como é comum nas análises desse tipo, recorrer no erro de misturar desde o início do raciocínio a instância de verificação com a instância da avaliação. Deve-se fugir ao risco de julgar ou condenar o autor e a sua obra, mas procurar compreender as interseções entre a sua condição de intelectual e o seu papel social.

A elaboração dessa biografia histórica de Sérgio Buarque de Holanda e a análise de sua trajetória intelectual só se justifica se for preservada a sua dimensão privada e analisada tão somente a sua dimensão pública. Portanto, numa biografia histórica o que realmente deve interessar, antes de qualquer coisa, são as redes de sociabilidade que tecem e constituem o indivíduo e o enquadram dentro de um todo, de um contexto.

Desse modo, analisar um indivíduo não é tratar apenas de sua trajetória, mas de situá-lo em seu tempo, o que inclui a análise de toda uma tensão social na qual esse indivíduo

esteve inserido e para a qual elaborou questões, respostas, resistências, etc. Desse modo também passa a ser possível lançar um pouco de luz sobre os períodos percorridos durante a análise o que por si só já diferencia uma biografia histórica de uma mera biografia, em que os aspectos da vida privada é que estão em questão.

Segundo Levillain o aspecto social deve entrar em jogo “como elementos de uma paisagem na qual a fisionomia a fisionomia do personagem adquiriria toda a sua singularidade”⁹. Não é com base no biografado que se dividem as biografias literárias e as biografias históricas, nem com base no estilo, e sim com base na parte de ficção que entra nas primeiras e deve ser terminantemente evitada na segunda por razões de método.

A biografia seria, portanto, o melhor meio de mostrar “as ligações entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade e de experimentar o tempo como prova de vida [...] A biografia é o lugar por excelência da pintura da condição humana em sua diversidade, se não isolar o homem ou não exaltá-lo às custas de seus dessemelhantes”¹⁰.

Para se evitar tais riscos, o caminho mais seguro é o de estabelecer diálogos com a produção anterior, seja no campo da história das idéias ou no campo da chamada sociologia da vida intelectual. No vasto e amplo espectro de modelos de análise no campo de uma sociologia histórica da vida intelectual, seja nos domínios da sociologia como no da

⁹ LEVILLAIN, P. “Os protagonistas: da biografia”. In: REMOND, R. (org) *Por uma história política*. Ed. FGV. RJ-RJ. 2003. Pág 142.

historiografia, podemos destacar alguns autores inescapáveis, tais como: Norbert Elias, Sergio Miceli, Daniel Pécaut, Maria Helena Capelato, René Remond, Jean François Sirinelli, Philippe Levillain, entre outros.

Um exemplo interessante desse tipo de análise é o livro de Sérgio Miceli *Intelectuais à Brasileira*¹¹, onde a trajetória de importantes escritores brasileiros é analisada e reconstruída com o auxílio de um vasto rol de fontes, entre elas, as memórias, biografias e autobiografias, onde os dramas, os infortúnios e as mazelas individuais reverberam na experiência profissional e social dos intelectuais estudados. Esta dissecação das interseções e tramas de relações pessoais e sociais é elaborada mediante um fértil instrumental sociológico.

Um outro exemplo, do mesmo autor, de como este tipo de pesquisa pode ser encaminhada é o livro *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*¹², onde o autor trata das relações entre os intelectuais não só com o poder (Estado) mas das estratégias que estes intelectuais lançavam mão para alçarem à nascente diversificação do mercado de trabalho, seja no setor público ou privado, sejam nas organizações partidárias, no mercado de livro e da cultura. Para isso o autor analisou não só as transformações sociais e políticas na sociedade, mas a transformação do papel político e cultural dos próprios intelectuais nessa mesma perspectiva histórica.

¹⁰ Ibid. Pág. 176.

¹¹ MICELI, S. *Intelectuais à Brasileira*. Ed. Cia das Letras. São Paulo – SP. 2001.

¹² Idem. "Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)". In: MICELI, S. *Intelectuais à Brasileira*. Ed. Cia das Letras. São Paulo – SP. 2001.

Em ambos os livros, assim também como em outros, entre eles os de Daniel Pécaut, *Intelectuais e a política no Brasil*¹³ e de Maria Helena Capelato *Os arautos do liberalismo*¹⁴, é o envolvimento incontornável dos intelectuais com as engrenagens das organizações políticas que competiam pelo controle do Estado, é que está, cada um no seu estilo e guardadas as devidas diferenças na abordagem do objeto, em pauta. Comportamento que parecia se consolidar como um quadro estrutural de comprometimento que tendia a se enrijecer tanto mais por conta de um incipiente e pouco diferenciado sistema de instituições culturais.

Na falta de uma vida cultural pujante, que fosse tão vigorosa a ponto de suscitar um campo próprio de concorrência, em condições de propiciar gratificações materiais e simbólicas, os intelectuais estariam quase sempre propensos a redefinir e reorientar seus projetos na direção da atividade política, gerando quase sempre um quadro de subalternização da atividade intelectual.

Um outro autor é Norbert Elias e o seu livro *Mozart: sociologia de um gênio*¹⁵, onde o autor elabora uma sociologia da vida intelectual desse artista, por meio da qual procura entender o meio social em que atuava e vivia e as interferências desse campo de sociabilidade na sua produção artística.

¹³ PÉCAUT, D. *Os Intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*. Editora Ática. São Paulo – SP. 1990.

¹⁴ CAPELATO, M. H. *Os arautos do liberalismo. Imprensa paulista (1920-1945)*. Editora Brasiliense. São Paulo – SP. 1988.

¹⁵ ELIAS, N. *Mozart: sociologia de um gênio*. Editora Jorge Zahar. Rio de Janeiro – RJ. 1995.

Neste livro o autor demonstra de forma evidente no caso de Mozart, como o conflito entre o trabalho intelectual e as limitações do quadro da vida cultural determinados pela sociedade de cada época, relega o intelectual que não se submete às limitações do seu meio social, à condição de um "outsider".

Neste livro Norbert Elias analisa o destino individual de Mozart à luz da influência de sua situação social, ou seja, pela situação de dependência dos músicos em geral na sua época, com relação à aristocracia da corte. Para isso o autor traçou um quadro minucioso das pressões sociais que agiam sobre o indivíduo, construindo um modelo teórico verificável da configuração que uma pessoa, no caso um artista do século XVIII, formava em sua interdependência com outras figuras sociais da sua época.

Estes autores, porém, circulam no campo da sociologia. No campo da historiografia o debate acerca da história política é fecundo, bem como a questão da biografia histórica, que optamos aqui como método, que implica também num debate amplo.

Segundo um roteiro elaborado por René Remond, as questões que devemos propor a qualquer trabalho de história política e, no nosso caso, de um personagem dessa história política, são as seguintes: o que o levou [o personagem estudado] a agir na sua relação com a política? Nos seus engajamentos? Será a defesa dos seus interesses ou as suas convicções políticas? Qual será o poder da política? Será que o

político pode mudar a condição humana? Será que tem poder sobre a realidade?¹⁶.

No caso do nosso objeto, essas questões são determinantes, pois, como veremos, Sérgio Buarque de Holanda sempre esteve próximo das questões e dos embates políticos do seu tempo.

Quanto a metodologia utilizada, a questão a ser pensada é a seguinte: até que ponto a biografia individual de um intelectual poderia ser esclarecedora e dar conta da análise de um período, já que segundo Sirinelli "o estudo dos intelectuais como atores do político é complexo porque a categoria tem contornos mutáveis"¹⁷.

Segundo este mesmo autor as engrenagens complexas do meio intelectual são redutíveis a um simples mecanismo, ou seja, todo grupo de intelectuais "se organiza também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender"¹⁸.

Se formos analisar as estruturas mais elementares de sociabilidade dos intelectuais, notaremos que o meio intelectual constitui nas palavras de Sirinelli, "um pequeno mundo estreito", onde os laços se atam, mais comumente, seja em torno de uma editora ou da fundação de uma revista,

¹⁶ REMOND, R. "Uma história presente" In: REMOND, R. *Por uma história política*. Ed. FGV. Rio de Janeiro-RJ. 2003.

¹⁷ SIRINELLI, J. F. "Os intelectuais" In: REMOND, R. *Por uma história política*. Ed. FGV. Rio de Janeiro-RJ. 2003. Pág. 244.

¹⁸ *Ibid.* Pág. 248.

seja no debate universitário, seja na vinculação de intelectuais a partidos políticos, que é raro, mas não é incomum. Na linguagem historiográfica essas estruturas são denominadas de redes de sociabilidade.

Entre os intelectuais brasileiros, de modo geral, as redes de sociabilidade surgiram realmente em torno de editoras, revistas, livros e até do trabalho em comum em repartições públicas voltadas para o fomento da cultura.

No caso de Sérgio Buarque de Holanda especificamente e de outros também, tais como Paulo Emílio Salles Gomes, Antonio Candido, Mário Pedrosa, Sérgio Milliet etc, essa rede de sociabilidade também se estendeu para o político propriamente dito, ou seja, a fundação de associações e de partidos políticos.

Quanto aos partidos políticos, estes conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – coisa que acontece com as revistas também, mas em menor grau – segundo Sirinelli “pelas amizades – que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem e - de exclusão - pelas posições tomadas, os debates suscitados e as cisões advindas”¹⁹.

Outros dois exemplos clássicos de como elaborar uma pesquisa em torno de um personagem, são os livros de Lucien Febvre *Martin Lutero: um destino* e o livro de Fernand Braudel

¹⁹ SIRINELLI, J. F. “Os Intelectuais”. In: REMOND, R. (org) *Por uma história política*. Ed. FGV. RJ-RJ. 2003. Pág 249.

O mediterrâneo na época de Felipe II, que sem serem biografias comuns se utilizaram dos procedimentos biográficos²⁰.

Estes são alguns exemplos dos enfrentamentos e desafios metodológicos que tivemos que enfrentar no objetivo de construir uma biografia histórica da vida intelectual de Sérgio Buarque de Holanda.

²⁰ Ibid. Pág 158-159.

PRIMEIRA PARTE

1920 -1945

Sérgio Buarque de Holanda nasceu a 11 de julho de 1902, em São Paulo, filho de Heloísa Gonçalves Moreira Buarque de Holanda e de Christovam Buarque de Holanda, pernambucano, que veio jovem para o Rio de Janeiro onde principiou o curso de medicina, curso este não terminado. A convite de Cesário Motta, transferiu-se para São Paulo para trabalhar no Serviço Sanitário do Estado. Foi um dos fundadores da Escola de Farmácia e Odontologia, onde lecionou Botânica. Aposentou-se em 1921, como diretor do Almojarifado do Serviço Sanitário (Laboratório do Estado), tendo então voltado para o Rio de Janeiro, ocasião em que Sérgio Buarque de Holanda se transfere também com a família, onde faleceu em 1932.

A maior parte do ginásio Sérgio cursou no Colégio São Bento em São Paulo. Entre os mestres destaca-se a figura de Afonso de Taunay, professor de História. Sérgio publicou o seu primeiro artigo, no *Correio Paulistano*, por interferência de Afonso de Taunay, antigo professor e amigo de seu pai. Tinha dezoito anos nessa ocasião. No texto, intitulado *Originalidade Literária*, lemos que "a emancipação intelectual não é, nem podia ser, um corolário fatal da emancipação política"²¹ e no fim o autor arremata dizendo que o Brasil "há de ter uma literatura nacional, há de atingir, mais cedo ou mais tarde, a originalidade literária. A inspiração em assuntos nacionais, o respeito das nossas tradições e a submissão às vozes profundas da raça acelerarão este resultado final"²².

²¹ HOLANDA, S. B. *Originalidade literária*. In: PRADO, A. A. (org). "O espírito e a letra". Ed. Cia das Letras. São Paulo – SP. 1996. Pág. 35-41.

²² Ibid. Id.

Dos amigos do colégio um permanecerá entre os seus amigos de toda a vida: José de Alcântara Machado, com quem renovou contato depois da volta para São Paulo. Foi neste período também que conheceu Fausto de Almeida Prado Penteado e, através deste, seu primo Yan de Almeida Prado, com quem também manterá contato por toda a vida.

Nos últimos tempos de São Paulo é que se estreitam os seus laços de amizade e o convívio com o grupo de amigos interessados nos mesmos assuntos, principalmente literatura: Guilherme de Almeida, Tácito de Almeida, Antonio Carlos Couto de Barros, Rubens Borba de Moraes, Sérgio Milliet, Mário de Andrade e Oswald de Andrade.

Sérgio contribuiu ainda em 1920, com diversos artigos para as revistas *A Cigarra* e *Revista do Brasil*, de São Paulo. Já no Rio de Janeiro, em 1921, escreveu para a revista *Fon-Fon*.

No ano de 1921, mesmo ano em que Mário de Andrade escrevia o seu poema *Paulicéia Desvairada*²³, Sérgio Buarque de Holanda muda-se para o Rio de Janeiro, de onde vai, além de ser o representante do movimento de arte moderna que ocorrerá em São Paulo em 1922, se inserir num campo de sociabilidade inteiramente novo em relação ao de São Paulo e que vai ser igualmente determinante na sua formação intelectual.

²³ Ainda antes de ser publicado o poema foi lido na casa de Ronald de Carvalho no Rio de Janeiro por um grupo de intelectuais, entre eles, Manuel Bandeira, Oswald de Andrade, Austregésilo de Athayde, Osvaldo Orico e Sérgio Buarque de Holanda. Cf. BARBOSA, F. A. *Verdes anos de Sérgio Buarque de Holanda*. In: "Sérgio Buarque de Holanda: Vida e obra" Secretaria do Estado da Cultura e Universidade de São Paulo. São Paulo – SP. 1988.

Já no Rio de Janeiro o autor conciliava a Faculdade de Direito com o trabalho nas redações de diversos jornais cariocas, tais como o *Rio-Jornal*, onde foi convidado a trabalhar pelo amigo de Faculdade de Direito José Maria Lopes Cansado, e no *O jornal*, este último seria posteriormente incorporado por Assis Chateaubriand aos *Diários Associados*. Em ambos os jornais Sérgio Buarque de Holanda publicou textos de crítica literária. Colaborou também na "Idéia Ilustrada", revista dirigida por Cláudio Ganns e Américo Facó. Foi este amigo quem o apresentaria, mais tarde, para trabalhar na Agência Havas.

Na faculdade conheceu a figura de Edgardo de Castro Rebelo, naquele tempo professor, mais tarde amigo. Seus colegas de turma, entre outros, eram Vasco Leitão da Cunha, Prado Kelly, Mário da Costa Guimarães, José Bonifácio Olinda de Andrade, Francisco Soares Brandão, Álvaro Teixeira Soares, Waldemar da Rocha Barros, José Maria Lopes Cansado, Sérgio da Rocha Miranda. Foi na faculdade também que nasceram duas grandes amizades: Prudente de Moraes Neto e Afonso Arinos de Mello Franco.

Foi ainda redator do *Mundo Literário*, onde escreveu artigos sobre as novidades do movimento modernistas de 1922 em São Paulo. Nestes textos, publicados em meados de 1922, meses após a realização da "semana" e no início de 1923, quando então os ecos do movimento já haviam se propagado e Sérgio Buarque de Holanda acirra veementemente a discussão com os "passadistas de São Paulo", como os nomeava, em defesa dos modernistas. Entre esses textos podemos destacar *Os novos de São Paulo*,

publicado em 5 de junho de 1922, onde o autor dá notícias de vários intelectuais, escritores, poetas e até revistas que despontavam e erguiam-se, em São Paulo, contra o parnasianismo que “imperava de tal maneira que cairia logo no ridículo o poeta que não fizesse do tratado de Banville o seu livro de cabeceira”²⁴. Entre eles, destaca Menotti Del Picchia, Guilherme de Almeida, a *Revista do Brasil*, Oswald de Andrade, a *Revista Klaxon*, Mário de Andrade, etc.

Meses depois, no artigo *A literatura nova de São Paulo*, publicado no mesmo jornal em 5 de agosto de 1922, falando dos dois planos diversos, um vertical e outro horizontal, que são “as duas eternas tendências universais da arte” cita o exemplo de Ribeiro Couto e o de Guilherme de Almeida em cujas obras “essa tendência [a horizontal] é tão acentuada que toda a sua obra poética consiste na horizontalização de noções naturalmente verticais”²⁵, que faz com que os leitores se interessem pelos freqüentadores do cinema dos arrabaldes “com uma naturalidade que espanta”. Essa tendência, segundo Sérgio Buarque de Holanda, captaria a nervosidade da vida, a “*schandern* que Goethe considerava o melhor do homem [...] e é esse o característico mais evidente nos escritores novos de São Paulo”²⁶, finaliza.

O fato de o livro de Ribeiro Couto dar voz a um “desinteressante senhor subdiretor da terceira repartição de

²⁴ HOLANDA, S. B. “Os novos de São Paulo”. In: *Mundo Literário*. Volume I. Rio de Janeiro – RJ. Pág. 251-252.

²⁵ HOLANDA, S. B. “A literatura nova de São Paulo”. In: *Mundo Literário*. Volume II. Rio de Janeiro – RJ. Pág. 114-115.

²⁶ *Ibid.* Id.

águas conjuntamente com sua senhora e filhos”²⁷, é para Sérgio Buarque de Holanda representativo de uma literatura que principiava, por meio de uma visão horizontal do social, a dar voz aos atores até então excluídos. Podemos dizer que esse trabalho fecundo de crítica literária e o próprio vínculo com esse espírito modernista fizeram surgir em Sérgio Buarque de Holanda, lapidado com o tempo e com o contato com a sociologia alemã, sobretudo Simmel, condições para realizar, difundir e normalizar uma série de aspirações que o levariam para o estudo das ciências sociais anos mais tarde e, nos anos 1940, aos livros *Monções, Caminhos e Fronteiras* e *O Extremo Oeste*.

A passagem para a historiografia no início dos anos 1930 não foi um começo absoluto nem uma causa primeira e mecânica, essa experiência dos anos 1920 certamente havia sido, na sua formação, uma sementeira de grandes mudanças.

Em outro texto, *Os futuristas de São Paulo*, de 5 de janeiro de 1923, Sérgio Buarque de Holanda opõe as duas vertentes da literatura paulista do momento, naturalistas e parnasianos de um lado e futuristas de outro. Na primeira, os representantes do conservadorismo, do tradicionalismo e na segunda, os representantes do modernismo.

Do lado dos futuristas, o autor anuncia que “não se imagine que o atual movimento modernista que lá se dá é

²⁷ Ibid. Id.

uma contribuição ou o resultado de uma evolução dos movimentos anteriores”²⁸.

Esse denominado “espírito novo” vinha acompanhando, ao mesmo passo, o progresso material da cidade, de modo que “São Paulo não tem mais tempo de olhar para trás [...] podem berrar a vontade [os passadistas] que ninguém mais tem ouvidos para eles”²⁹.

Referindo-se aos livros “monumentais” *Paulicéia Desvairada* de Mário de Andrade, *Domingo dos séculos* de Rubens de Moraes, entre outros, Sérgio Buarque de Holanda arremata dizendo que “em nenhuma época São Paulo chegou à tamanha pujança intelectual”³⁰.

Em ainda outro artigo, chamado *O passadismo morreu mesmo*, de 5 de junho de 1923, Sérgio Buarque de Holanda joga uma “pá de cal” nos passadistas ao comentar as críticas e reações que os seus artigos haviam suscitado naqueles e comenta que são [as reações] “quando muito, provavelmente, missa de sétimo dia [...] o passadismo morreu mesmo”³¹.

Esse era o espírito que tomou conta do meio intelectual e artístico, sobretudo paulista, nos meses imediatos após a “semana”. As discussões repercutiram e se multiplicaram, e o que salta aos olhos, nestes artigos, é o empenho de Sérgio Buarque de Holanda na luta pela renovação da literatura brasileira contra o espírito acadêmico, naturalista e o

²⁸ HOLANDA, S. B. “Os futuristas de São Paulo”. In: *Mundo Literário*. Volume III. Rio de Janeiro – RJ. Pág. 384.

²⁹ Ibid. Id.

³⁰ Ibid. Id.

parnasiano. Essa reação era também, em muitos aspectos, uma reação contra o conservadorismo, o elitismo e o tradicionalismo da sociedade brasileira, outro aspecto que seria também recorrente na obra historiográfica de Sérgio Buarque de Holanda anos depois.

No entanto, ao longo dos anos 1920, passado o entusiasmo inicial, Sérgio Buarque de Holanda se distanciaria desse movimento futurista que, inicialmente havia louvado, por perceber os traços e os contornos facistizantes que esse movimento [sobretudo na Europa, mas com reverberações no Brasil] foi tomando.

Aliás, esse período é importante pois mostra que Sérgio Buarque de Holanda era um anti-tradicionalista desde a mais tenra juventude e por isso se ligou desde as primeiras horas ao grupo [Oswald de Andrade, Mário de Andrade, etc] onde embrionariamente já se encontrava gestado o movimento modernista de 1922. Mesmo que numa análise mais aproximada é possível observar um viés de contradição, pois se por um lado o espírito que movia os intelectuais era o de ruptura com o conservadorismo e com o tradicionalismo, por outro lado, a própria semana foi patrocinada por membros das oligarquias conservadoras de São Paulo³².

³¹ HOLANDA, S. B. "O passadismo morreu mesmo". In: *Mundo Literário*. Volume V. Rio de Janeiro – RJ. Pág. 370-373.

³² A tutela de Graça Aranha aos jovens escritores não era bem vista e até criticada, mas é certo que "se deve a Graça Aranha a realização da Semana de Arte Moderna. Foi o seu prestígio e amizade com Paulo Prado e o livre trânsito que sempre teve junto à cúpula política do governo de São Paulo que facilitaram o apoio oficial, sem o que seria impossível a cessão do Teatro Municipal para que ali tivesse lugar o acontecimento que tanta celeuma levantou, pois uma circunstância política veio ao encontro dos projetos de Graça Aranha. Estávamos em plena campanha presidencial, com a disputa da candidatura de Artur Bernardes, presidente do Estado de Minas Gerais, e as forças oposicionistas da chamada Reação Republicana, tendo os nomes de Nilo Peçanha e J. J. Seabra como candidatos. Artur Bernardes tinha o apoio do

Naquele primeiro momento, tratava-se de romper com o tradicionalismo e com o conservadorismo estéticos, mas, podemos dizer que havia, em muitos deles, e entre eles Sérgio Buarque de Holanda, um princípio de consciência política quanto a necessidade de ruptura com o passado colonial, representada por aquelas mesmas oligarquias que os patrocinaram.

Essa experiência seria fundamental na sedimentação deste anti-tradicionalismo que seria um dos fulcros inspiradores de sua obra historiográfica e uma bandeira política que o autor empunhou até o final da vida, ou seja, a luta pela superação do conservadorismo, do tradicionalismo e do atraso.

No final do ano de 1924, no Rio de Janeiro, apareceu a revista *Estética*, que, fundada por Sérgio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes Neto, pode ser considerada a segunda revista do modernismo e que preencheu o vazio deixado pela revista *Klaxon*.

A revista *Estética* durou três números apenas, são eles: o de setembro de 1924, o de janeiro-março de 1925 e o de abril-junho de 1925. A revista procurou trilhar os caminhos abertos pela *Klaxon*, representada por textos de Mário de Andrade e Manuel Bandeira, mas não deixou também de desbravar outros horizontes, tendo revelado, por exemplo, os

governo paulista, então sob a presidência de Washington Luis. Uma das conferências da Reação Republicana seria proferida em São Paulo por J. J. Seabra no Teatro Municipal, recusado afinal com o pretexto de que havia sido cedido para a Semana de Arte Moderna" Cf. BARBOSA, F. A. *Verdes anos de Sérgio Buarque de Holanda*. In: "Sérgio Buarque de Holanda: Vida e obra". Secretaria do Estado da Cultura e Universidade de São Paulo. São Paulo – SP. 1988. Pág. 33-34.

nomes dos escritores mineiros Pedro Nava e Carlos Drummond de Andrade.

Na revista *Estética* Sérgio Buarque de Holanda publicou diversos artigos de crítica literária, entre eles, as primeiras críticas dos livros *Domingo dos séculos* de Rubens de Moraes, *Estudos Brasileiros* de Ronald de Carvalho, *Poesia* de Manuel Bandeira e *Memórias sentimentais de João Miramar* de Oswald de Andrade, onde o autor ressaltava o caráter inovador da nova literatura de São Paulo. Entre os textos publicados que discutiam o movimento modernista e seus desdobramentos um em especial desperta a atenção, trata-se do texto *Um homem essencial*, publicado em setembro de 1924, no qual Sérgio Buarque de Holanda trata de um livro de Graça Aranha, com quem dois anos mais tarde, sobretudo após a publicação do texto *O lado oposto e os outros lados*, romperia completamente.

O ano de 1926 é um ano decisivo na vida do jovem Sérgio Buarque de Holanda. No campo político, afasta-se definitivamente da possibilidade de filiação ao Partido Comunista, que havia sido fundado em 1922, e do qual Sérgio Buarque de Holanda esteve sempre próximo por intermédio dos amigos militantes ou simpatizantes; e no campo intelectual, afasta-se da crítica literária depois do malogro da revista *Estética*. Da crítica literária, porém, não se despediria sem antes um acerto de contas com o movimento modernista.

Este acerto é o texto *O lado oposto e os outros lados*, publicado na *Revista do Brasil* em 15 de outubro de 1926. Neste texto o autor procura apresentar, num tom corrosivo,

os desdobramentos do modernismo e das suas mazelas internas e mostra-se decidido a "romper com todas as diplomacias nocivas, mandar pro diabo qualquer forma de hipocrisia, suprimir as políticas literárias e conquistar uma profunda sinceridade para com os outros e para consigo mesmo"³³, pois, segue, "mesmo em literatura, os fantasmas não pregam medo em ninguém"³⁴.

Trata-se, na verdade de uma rebelião contra Graça Aranha, Ronald de Carvalho, Guilherme de Almeida e Tristão de Athayde, que segundo Sérgio seriam "uma elite de homens inteligentes e sábios, embora sem grande contato com a terra e o povo"³⁵, de modo que, em nome de seu grupo, composto por Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Prudente de Moraes neto, Alcântara Machado, Manuel Bandeira e Ribeiro Couto, sentenciou: "hoje eles não significam mais nada para nós"³⁶.

Muitos anos depois, num artigo escrito a propósito do trigésimo aniversário da Semana de Arte Moderna, intitulado *Depois da Semana*³⁷ e publicado no *Diário Carioca* em 24 de fevereiro de 1952, Sérgio Buarque de Holanda procura definir melhor as diferenças que opunham os vários grupos que compunham o movimento modernista.

Neste texto o autor diz assinalar alguns "teimosos equívocos" que projetam a sua sombra sobre a história do

³³ HOLANDA, S. B. *O lado oposto e os outros lados*" In: Prado. A. A. (org.) *Op. Cit.*

³⁴ Idem.

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

³⁷ HOLANDA, S. B. *Depois da Semana*. In: COSTA, M. (org.) "Para uma nova história". Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo – SP. 2004. Págs . 95-98.

modernismo. Quanto aos aspectos positivos da "Semana" o autor realça a obra de demolição e de construção que o movimento viria a empreender no âmbito da produção estética no Brasil; já quanto aos seus malefícios, "cabe dizer, veio de que as próprias exigências da mobilização tenderam a dar-lhe um perfil unitário [...] misturando as tintas, essas exigências ajudaram a tornar-se uma imagem bastante convencional e certamente falsa do movimento: a imagem de onde desaparecem todas as complexidades em favor de uma simplificação mentirosa"³⁸.

Essa visão de unidade segundo Sérgio Buarque de Holanda é demasiadamente simplificadora e como podemos notar no texto escrito por Sérgio em 1926 *O lado oposto e os outros lados*, divergências era o que não faltavam entre os vários grupos dentro do movimento.

Dois fatores contribuíram para essa visão de unidade "a "Semana" deve-se uma parte das responsabilidades por tamanhas simplificações [...] outra parte, e não menor, deve-se sem dúvida ao apostolado de Graça Aranha. Ainda hoje vemos com excessiva freqüência associados aos "modernistas" – já que é forçoso recorrer a essa designação coletiva – certas idéias ou teorias que só a esse apostolado pertenciam [...] Não há exagero em dizer-se que a história do modernismo corresponde largamente à história da resistência dos modernistas a esse esforço de Graça para unificá-los, sob a égide das doutrinas que ele próprio forjara e professava"³⁹.

³⁸ Idem. Pág. 96.

³⁹ Idem. Pág. 97.

Mas essa é uma outra história, que foi explorada entre outros, por Antonio Arnoni Prado no livro *1922 – Itinerário de uma falsa vanguarda*⁴⁰, o que interessa para nós nesses episódios é já ir delimitando o fermento que movia o espírito do jovem Sérgio Buarque de Holanda que, em 1926, aos vinte e quatro anos, já demonstrava um espírito crítico e uma lucidez que ficaria, anos depois, evidente não só no historiador, mas no intelectual maduro e, portanto, mais perspicaz e não menos combativo.

Cansado das celeumas com os velhos companheiros do movimento modernista, Sérgio Buarque de Holanda continuou trabalhando na redação de vários jornais, tais como o "O Jornal", convidado pelo amigo Rodrigo M. F. de Andrade. Em 1927, segundo depoimento de Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda "deu a louca em Sérgio"⁴¹ e ele distribuiu todos os seus livros entre os amigos e aceitou a proposta para dirigir o jornal "O Progresso" em Cachoeiro do Itapemirim, Espírito Santo.

Voltou ao Rio de Janeiro em 1928. Trabalhou na agência de notícias United Press e em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, participou de bancas examinadoras em ginásios, indicado por Aníbal Machado, que era chefe de gabinete do ministro Viana de Castelo, durante a presidência de Washington Luis. Foi também colaborador na segunda fase da *Revista do Brasil*, cujo título havia sido comprado de Monteiro Lobato por Assis

⁴⁰ PRADO, A. A. *1922 – Itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana e o Integralismo*. Ed. Brasiliense. São Paulo – SP. 1983.

⁴¹ HOLANDA, M. A. A. B. *Apontamentos para uma biografia de Sérgio Buarque de Holanda*. Arquivo Sérgio Buarque de Holanda. SIARQ – UNICAMP – Campinas – SP.

Chateaubriand, tendo como secretário Rodrigo M. F. de Andrade e seu auxiliar Prudente de Moraes Neto. Até que em 17 de junho de 1929 partiu para a Europa como enviado especial dos *Diários Associados* para cobrir os acontecimentos na Alemanha, Polônia e Rússia, para retornar do seu "exílio alemão" apenas quase dois anos mais tarde, no dia 13 de janeiro de 1931.

* * *

Em 1922 Sérgio Buarque de Holanda tinha vinte anos de idade e segundo o depoimento de Manuel Bandeira, que ao conhecê-lo espantou-se com a sua erudição e perguntou-se: "Como era possível que Machado de Assis no século XIX e Sérgio Buarque de Holanda no século XX tivessem chegado a ter, no Brasil, uma formação cultural tão séria".⁴²

Neste ano dois acontecimentos marcariam a trajetória do jovem intelectual. Um de forma de mais direta, a Semana de Arte Moderna de São Paulo, e outro de forma secundária, a fundação do Partido Comunista.

A Semana de Arte Moderna de São Paulo, pois foi ali que Sérgio Buarque de Holanda, mesmo muito jovem, desenvolveu o seu anti-tradicionismo, que seria uma marca indelével na sua obra. O Partido Comunista, com o qual ele se relacionou

⁴² *Apud.* KONDER, L. *Intelectuais brasileiros e marxismo*. Ed. Oficina do Livro: Belo Horizonte – MG, 1991, Pág. 60.

superficialmente, pois, se nessa época o jovem Sérgio Buarque de Holanda não se interessava diretamente por política a ponto de se filiar ao partido, a grande arregimentação de intelectuais que o partido provocou, atingia de certa forma, mesmo que indiretamente, a todos aqueles que pensavam em mudanças sociais, afinal de contas, naquele momento, o comunismo era uma via.

Mas a fundação do Partido Comunista e o contato com o marxismo atingiriam Sérgio Buarque de Holanda de outra forma. Ao longo dos anos vinte, chegou até a se aproximar de Octávio Brandão, porém, segundo Leandro Konder, havia ficado, na ocasião, muito mal impressionado com o sectarismo do principal intelectual do partido⁴³.

No final dos anos 1920 e início dos anos 1930 já havia um movimento de recusa da ortodoxia stalinista e uma parte considerável dos intelectuais brasileiros pendeu para o Trotskismo. Essas divisões serviram ainda mais para Sérgio Buarque de Holanda manter certa distância e não se vincular a nenhuma delas, conseguindo preservar assim a sua posição política que poderia ser definida como um socialismo democrático.

Esses anos entre 1922 e 1928 foram determinantes, mas os dois anos seguintes, 1929 e 1931 seriam decisivos nesses que, poderíamos considerar, seriam os anos de aprendizagem de Sérgio Buarque de Holanda.

* * *

Na Alemanha Sérgio Buarque de Holanda vai passar por uma experiência decisiva na formação de sua vida intelectual. Trabalhou intensamente e além das reportagens que fez para os *Diários Associados*, cujos textos foram reunidos e publicados por Francisco de Assis Barbosa no livro *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*, trabalhou também como redator na revista *Duco*.

Havia um grande interesse naquele momento na Alemanha em conhecer o Brasil para estreitar as relações comerciais entre os dois países, de modo que, ficou a cargo de Sérgio Buarque de Holanda, convidado pela Embaixada Brasileira em Berlim, a tarefa de escrever e com isso “traduzir” o Brasil para os alemães.

Na Alemanha, naquele momento, tinha-se a pior imagem possível do Brasil, divulgada pela imprensa alemã. Segundo o título de um dos artigos enviados por Sérgio Buarque de Holanda para o Brasil, que foi publicado no jornal *Diário de São Paulo* em 19 de fevereiro de 1930, para os alemães o Brasil não passava de um “paraíso de bandidos e eldorado das epidemias”. Além das doenças tropicais, transmitidas, sobretudo, pelos papagaios que assustavam os moradores da cidade de Berlim, onde era comum encontrar esses pássaros,

⁴³ Ibid. Id

as proezas do bando de Lampião ocupavam de quando em vez os noticiários dos jornais.

Em um dos jornais mais importantes de Stuttgart, lia-se sobre o Brasil naqueles anos as seguintes notícias: “o total de analfabetos é enorme e atinge no interior dos Estados cerca de 100% da população. Centenas de milhares de famílias vivem apenas de 100 marcos durante todo um ano. Essa pequena soma é obtida mediante a venda de produtos naturais, colhidos sem esforço, nos portos mais próximos [...] Com isso podem comprar um pouco de sal, roupas, farinha de mandioca, e carne-seca, o bastante para voltarem satisfeitos ao seu perpétuo *dolce far niente*”⁴⁴.

Eram essas as informações que Sérgio Buarque de Holanda havia sido encarregado de, por um lado, desmistificar, no caso da questão do “*dolce far niente*” do povo brasileiro, mero preconceito e, por outro lado, discutir as verdades, como no caso dos quase 100% de analfabetos nas populações do interior dos Estados.

Na revista *Brasilianische Rundschau*, Sérgio Buarque de Holanda voltaria a escrever sobre o Brasil, a sua história e a sua formação social, cultural, política e econômica para os alemães⁴⁵. Para escrever estes textos, Sérgio Buarque de Holanda contava com muito pouca bibliografia, de modo que

⁴⁴ “Boletim Internacional” Diário de São Paulo. São Paulo, 23 de Setembro de 1930. *apud* BARBOSA, F. A. *Op. Cit.* Pág. 46.

⁴⁵ Ambas as produções, tanto as da revista *Duco* como as da revista *Brasilianische Rundschau* permanecem completamente desconhecidas do público brasileiro e inéditas em língua portuguesa, no entanto, estão programadas para saírem na série de livros de textos inéditos de Sérgio Buarque de Holanda que eu organizo junto com a editora da Fundação Perseu Abramo. Nestes textos será possível determinar o momento exato da guinada do crítico literário para o historiador, assim como também a gênese deste último.

foi necessário um esforço enorme para vasculhar a sua memória em busca de todo conhecimento e experiência sobre o Brasil que havia acumulado. Erudito que era em matéria de história do Brasil, esse exercício não teria sido tão homérico, mas a falta de acesso a informações havia despertado no autor o voraz pesquisador em arquivos e o leitor compulsivo de livros sobre a história do Brasil que seria nos anos posteriores.

Nesses textos é possível determinar o momento exato em que, na carreira do autor, se dá a guinada do crítico literário para o historiador; primeiro pela própria mudança de seus interesses, a passagem da literatura para a história, e a descoberta, portanto, de uma outra forma de expressar a sua veia crítica e; segundo, a descoberta da filosofia, da sociologia e da historiografia alemãs que lhe daria um método com o qual o autor poderia utilizar de instrumento para trilhar esse novo caminho que surgira no seu horizonte. Entre esses autores, poderíamos destacar as influências de Weber e Simmel como as mais significativas.

Em entrevista para a revista *The Hispanic American Historical Review*, no início dos anos 1980, Sérgio Buarque de Holanda comentou sobre os seus escritos na Alemanha numa das poucas vezes que falou sobre este assunto, disse: "eu escrevi artigos tentando explicar o Brasil para os Alemães. Só quando você está no exterior é que consegue ver o seu

próprio país como um todo. Você o encara sob uma perspectiva diferente. E o Brasil não é fácil de se entender”⁴⁶

Na Alemanha Sérgio Buarque de Holanda começa então a sistematizar o seu pensamento sobre a história do Brasil. Começa a pensar em não no que éramos como nação, mas naquilo que ainda não éramos como povo e naquilo que em nossa evolução social ainda insistia em não ter vindo à luz.

O mesmo espírito crítico que havia desenvolvido na primeira metade dos anos 1920, no campo da crítica literária, voltava-se agora para o campo da sociedade. A cruzada do autor seria neste campo também, contra o conservadorismo e contra o tradicionalismo da sociedade brasileira que estariam servindo como um freio às reais condições de modernização do país.

É nesse instante que assistimos a gênese de um intelectual engajado nos problemas políticos e sócias do seu tempo presente, que será característica principal do Sérgio Buarque de Holanda historiador da primeira até a última de suas obras.

O tempo presente que já havia sido sempre a sua preocupação como crítico literário engajado, seria, depois também, a sua maior preocupação como historiador. Sérgio Buarque de Holanda não concebia outra maneira de se interessar pela história senão como um instrumento para se compreender o tempo presente, dizia: “geralmente, confundem historiador com antiquário. Escrever história é ter

⁴⁶ GRAHAM, R. “An interview with Sérgio Buarque de Holanda”. In: *The Hispanic American*

uma visão dialética do passado e, eventualmente, de suas conseqüências no presente [...] é o presente que importa e é através dele que compreendemos a condição humana”⁴⁷

A preocupação incessante que passou a ter com o tempo presente levou-o a aprofundar a sua percepção política e conseqüentemente o seu senso crítico sobre a história social e política do Brasil.

Na mesma entrevista para Jorge Andrade o autor revela, se referindo aos tempos de formação como historiador no final dos anos 1920 e início dos anos 1930 na Alemanha, que “a grande mistificação que descobri lendo e pesquisando certos historiadores é que em seu tempo não havia povo, não é estranho? Pelo que escrevem, o povo não tomou parte nas bandeiras. Não mourejou com cangalha nas costas, abrindo picada na mata adversa; nem galgou penhascos escorregadios ou corredeiras traiçoeiras, transportando barcos nos ombros. Não lutou contra as selvas, os índios e as feras. Não enfrentou rios, febres e montanhas. Não mergulhou nas águas nem se enfiou como toupeira na terra em busca do ouro, da prata e das pedras [...] Piratininga era uma verdadeira Arcádia na opinião desses historiadores com mania de nobiliarquia”⁴⁸

Segundo o depoimento de Francisco de Assis Barbosa, “não é esse tipo de historiador elitista que lhe servirá de modelo, a sua problemática era bem outra. Não compreenderia uma história da qual o povo não participe [...]

Historical Review. 62 (1). 1982. Pág. 03-17.

⁴⁷ ANDRADE, J. Labirinto. Rio de Janeiro – RJ. Ed. Paz e Terra. 1978. Pág. 173-174.

o povo, grande esquecido, até então, expulso das histórias oficiais e apologéticas passa a adquirir status de personagens de relevo, quando não de personagem principal”⁴⁹

E, de fato, se tomarmos a análise da obra historiográfica de Sérgio Buarque de Holanda desde *Raízes do Brasil* (1936) até *Da monarquia à República* (1974), veremos que o fulcro inspirador que percorre toda a obra do autor e será uma das características principais da sua obra, é justamente essa questão para qual o autor atina desde o primeiro momento, ainda no “exílio alemão”, ou seja, a questão do povo como personagem principal na história do Brasil.

Provavelmente depois dos textos que escreveu para a revista *Duco* e para o jornal *Brasilianische Rundschau*, onde tratou do tema, é no livro *Raízes do Brasil* que o autor vai sistematizar e aplicar pela primeira vez numa obra de maior fôlego suas convicções, ou seja, a de que o povo deveria emergir dos subterrâneos da história do Brasil. Nos livros *Monções, Caminhos e Fronteiras* e *O Extremo Oeste*, esse objetivo vai encontrar um formato, uma delimitação e uma estética lapidar, ou seja, nunca antes se havia feito no Brasil historiografia onde o povo estivesse tão bem representado e, por estar tão bem representado, denunciasse a injustiça social histórica que se comete nesse país desde os anos iniciais da colonização. É como se por baixo da camada de tinta removida se revelasse o quadro de uma realidade ainda pouco conhecida e, quando muito, apenas insinuada, como veremos mais tarde.

⁴⁸ Idem.

Mas voltando a questão dos anos de aprendizagem do jovem Sérgio Buarque de Holanda, poderíamos dizer que no "exílio alemão", ele conseguiria executar apenas parte do trabalho para o qual havia sido designado como correspondente dos *Diários Associados*, que era o de correspondente na Alemanha, Polônia e Rússia.

Isto por que na Alemanha trabalhou mais intensamente, na Polônia fez entrevistas com o Marechal Julio Szymanski, lugar-tenente do Marechal Pilsudski, já a terceira parte da viagem não se realizaria, que era sua ida à Rússia comunista. Mas das tentativas que fez resultaram ao menos duas amizades para a toda a vida, Mário Pedrosa e Astrojildo Pereira. Só mesmo para Sérgio Buarque de Holanda, que não estava nem de um lado nem de outro, seria possível, naqueles anos em que os nervos se acirravam, unir-se a um leninista e a um trotskista sem desavenças.

Sérgio Buarque de Holanda conheceu Mário Pedrosa logo que chegou à Berlim. Pedrosa, segundo depoimento de Antonio Candido, fora impedido, providencialmente, por questões pessoais, de ir à Rússia, pois "nesse intervalo chegou ao ponto crítico a luta Stalin-Trotsky e como ficara do lado deste seria loucura prosseguir [...] certamente teria ido parar na Sibéria"⁵⁰

Já o encontro com Astrojildo Pereira seguiu o écran de um filme de suspense.

⁴⁹ BARBOSA, F. A. *Op. Cit.* Pág. 45.

⁵⁰ CANDIDO, A. *Op. Cit.* Pág. 122.

Ainda segundo depoimento de Antonio Candido, Sérgio Buarque de Holanda, assim que chegou a Berlim procurou a embaixada soviética para providenciar a sua ida àquele país, mas, diante de uma burocracia kafkiana, resolver fazer uso, no bom sentido, de um estilo bem brasileiro, a da indicação. Procurou o deputado comunista Willi Müzenberg, que lhe passou, por sua vez, o endereço de um amigo brasileiro em Moscou, Américo Ledo.

Embora tudo estivesse relativamente arrumado, Sérgio Buarque de Holanda declinou da viagem e tempos depois "do consulado (soviético) recebeu na véspera do natal de 1929 um recado para ir lá encontrar o Sr. Duarte Silva. Foi, e este se identificou: era Américo Ledo. Mas na verdade se chamava Astrojildo Pereira Duarte Silva. Sérgio convidou-o para a ceia no seu apartamento, e ali nasceu uma boa amizade para toda a vida"⁵¹

Entrevistou ainda vários intelectuais, entre eles o escritor meio brasileiro Thomas Mann. Mas em 15 de setembro de 1930 soou o alerta da chegada dos nazistas ao poder, quando o partido saltou de 12 para 107 cadeiras no parlamento alemão e, a partir desse momento o tempo começou a ficar obscurecido na Alemanha, de modo que, na véspera do natal deste ano de 1930 Sérgio Buarque de Holanda embarcou para o Brasil, e precisamente em 13 de janeiro de 1931 desembarcou no Rio de Janeiro.

Sérgio Buarque de Holanda traduziu ainda vários filmes da UFA, entre eles o famoso *Anjo Azul* de Josef von Stenberg,

que consagrou Marlene Dietrich. Mas as experiências mais produtivas seriam mesmo: primeiro o aprendizado da língua alemã, que lhe permitiu a leitura e o estudo da cultura e, segundo, sem dúvidas, as aulas de Friedrich Meinecke que freqüentou na Universidade de Berlim, quem provavelmente o iniciou nas sociologias de Simmel e Weber, cujas influências seriam determinantes para os seus estudos sobre a história do Brasil.

* * *

Ao desembarcar no Rio de Janeiro, Sérgio Buarque de Holanda se mostrou desinteressado da literatura e pela crítica literária conseqüentemente. Estava muito envolvido com a experiência alemã e a cabeça borbulhante com os novos métodos sociológicos que aprendera e certamente com a relação possível entre essa sociologia alemã e a história do Brasil, que se solidificaria dia a dia.

Mas, de imediato, retomou as suas atividades de jornalista e como tradutor de notícias das agências Havas e Reuters e, quando essas agências deixam de operar no Brasil, Sérgio passa a atuar na United Press e na Associated Press, aonde vai se tornar redator chefe. Foi também diretor da sucursal no Rio de Janeiro do *Jornal de Minas*, fundado pelos amigos de faculdade Virgílio e Afonso Arinos de Mello Franco.

⁵¹ Idem. Pág. 120.

Em 1932 Sérgio Buarque de Holanda chegou a ser preso dando "vivas a São Paulo", uma provocação a Getúlio Vargas em plena Revolução Constitucionalista. Frequentou também o escritório da bancada paulista no Rio de Janeiro, secretariado por Antonio de Alcântara Machado, amigo dos tempos do Colégio São Bento em São Paulo, durante os trabalhos da Assembléia Constituinte em 1934.

O fato de ter retornado ao Brasil em plena revolução de 1930, portanto, em meio às mudanças institucionais e num clima em que a própria revolução ainda parecia buscar o seu rumo, será pleno de conseqüências para a maturação do pensamento social de Sérgio Buarque de Holanda. É justamente em meio a diversidade e heterogeneidade de enfoques que será possível para o autor refletir e procurar definir os rumos políticos da revolução, os seus atores e os processos nela implícitos.

No início a principal discussão sobre o processo revolucionário de 1930 e o sentido das medidas implementadas é, sobretudo, se elas foram conservadoras ou não. O termo "modernidade conservadora" decorre exatamente da constatação de que a demolição da velha ordem se faria, segundo Eli Diniz, "sem qualquer reformulação substancial da estrutura econômico - social preexistente"⁵².

Deve-se compreender a revolução de 1930 a partir do pressuposto de que não houve uma alteração significativa nas relações de produção, ou seja, nas estruturas da economia e

⁵² DINIZ, E. "O Estado Novo: estrutura de poder e relações sociais". In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. Volume 3. São Paulo – SP: Ed. DIFEL. 1983. Pág. 87.

da vida material. Tão pouco houve, e este é o aspecto mais importante para nós, uma mudança na esfera política, uma substituição de classe no poder, isso porque, segundo Boris Fausto, "as relações de produção, com base na propriedade agrária, não são tocadas, o colapso da hegemonia da burguesia do café não conduz ao poder político outra classe"⁵³.

Se, como nos chama a atenção Boris Fausto, não houve transformações ou mudanças estruturais significativas no campo econômico, social e político, ainda estaria vigorando, mesmo após a revolução, uma sociedade com os mesmo traços da sociedade da Primeira República.

Desse modo, podemos inferir que o pacto que se renova ou que subsiste após 1930, não é simples resultado do que poderíamos chamar de poder residual das oligarquias, mas um acordo deliberado que eliminam alguns dos seus recursos políticos ao mesmo tempo em que ampliam outros. Em troca de maior subordinação ao Estado, ampliam-se os favores recebidos.

Assegurando o seu lugar enquanto classe política, as elites agrárias utilizam e aperfeiçoam um estilo de política, original da vida pública brasileira desde a Colônia, ou seja, maleável, integrativo, ardiloso, de raízes tradicionais – personalistas e clientelistas. Diante do acúmulo de incertezas e conflitos no cenário político, essa astúcia – a capacidade de

⁵³ FAUSTO, B. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo – SP: Editora Brasiliense. 1972. Pág. 86.

composição - converte-se em valor inestimável como instrumento de manutenção das elites no poder.

Para Aspásia Camargo, nas análises de conjuntura política, voltadas para o fluxo dos acontecimentos imediatos e para o conjunto de atores que compõem o quadro revolucionário "a ênfase recai sobre as origens e o conteúdo oligárquico das cisões regionais que engendram o movimento e que lhe conferem, em termos de modelo político, uma feição continuista, ou seja, tributária da velha ordem contra a qual se insurge"⁵⁴.

É justamente por culpa dessa justaposição de atores antigos e modernos que as transformações trazidas pela revolução se operam nas frentes de menor resistência, coexistindo com a conservação deliberada das heranças sociais. Pode-se chamar de "modernização conservadora" justamente esse movimento em que "o Estado e seus agentes presidem as mudanças, criando setores estratégicos e incorporando, de forma parcial, os interesses que manipulam. Enquanto isso garantem a permanência do antigo sistema, cujas bases econômico-sociais se mantêm intactas"⁵⁵

Tradicionalmente, essa passagem da Primeira para a Segunda República aparece analisada como uma forma de transição. Conceitos vagos como "a indústria brasileira nasce com a revolução de 1930"; 1930 assinala "o predomínio da indústria sobre a agricultura", que povoavam o debate da intelectualidade brasileira na grande imprensa da época,

⁵⁴ CAMARGO, A. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: *Revolução de 30: seminário internacional*. Brasília - DF. Ed. UNB. 1983. Pág. 12.

generalizam problemas que naquele período eram mais complexos e, portanto, exigiam uma análise mais profunda.

Essas mudanças, embora relevantes e sintomáticas de um novo tempo não devem ser superestimadas, pois a divisa de um dos setores oligárquicos que participa do movimento de 30 é igualmente expressiva e esclarecedora dos verdadeiros interesses das elites, que segundo Boris Fausto era: "façamos a revolução antes que o povo o faça".

Se o regime oligárquico sofreu uma quebra e uma desestruturação a partir dos anos 30, é bem verdade também que, como assinala Francisco Weffort, "isto não quer dizer, de modo algum, que a oligarquia tinha perdido completamente o controle do *status quo*. A economia continuava baseada na grande propriedade da terra e nos produtos de exportação"⁵⁶.

Nos momentos de transição, formas novas e arcaicas coexistem e, como assinala Edgar Carone, "é só desta maneira que podemos ver as forças sociais aparecerem mais complexas, compreender que a agricultura ainda é a forma econômica dominante, entender que o sistema político ainda continua a ser dominado pelas classes tradicionais"⁵⁷.

Por outro lado e ao mesmo tempo, a revolução de 1930 representou, a despeito de todo o seu tradicionalismo, o anunciador da possibilidade de mudança de uma estrutura social cuja formação remonta ao início do sistema colonial, que se havia transformado algo até então, não havia

⁵⁵ Ibid. Id.

⁵⁶ WEFFORT, F. C. "Educação e política". In: FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro - RJ: Ed. Paz e terra. 1983. Pág. 14.

ultrapassado os limites dos seus moldes tradicionais, como por exemplo, na passagem da monocultura da cana-de-açúcar para o café, a manutenção do trabalho escravo e com um agravante, o tráfico negreiro⁵⁸.

Mesmo que seja possível afirmar em relação à revolução de 30, que as elites mudaram o regime ou a situação para conservar o poder, no bojo desse processo foi desencadeado um espírito crítico no sentido de procurar analisar com olhar diferenciado a História do Brasil.

No campo da produção sociológica e historiográfica, o primeiro deles foi sem dúvidas o livro *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, publicado em 1933, que apesar da visão saudosista e aristocrática atribuída ao livro, modificou o enfoque racista reinante até então e aparece no cenário nacional como uma obra de referência que suscitou o espírito crítico em outras obras posteriores. O segundo grande livro foi *Evolução Política do Brasil* de Caio Prado Júnior, publicado também em 1933, onde o autor, baseado na tradição marxista, relê a vida econômica e política brasileira destacando a presença de um sentido na formação da nossa sociedade, que será chave para a experiência intelectual brasileira posterior.

A revolução de 1930 não é simples de ser compreendida, pois desencadeou uma complexa trama de tradição e modernização que exerceu um apelo substancial sobre a vida pública brasileira.

⁵⁷ CARONE, E. *A Segunda República*. São Paulo – SP: Ed. DIFEL. 1973. Pág. 05.

É justamente essa faceta da revolução, a do conservadorismo, do tradicionalismo e da permanência, que vai levar Sérgio Buarque de Holanda a participar desde as primeiras manifestações que agitaram a vida social e política do país na primeira metade dos anos 1930. Engajou-se nas campanhas contra a guerra e o fascismo [fenômenos políticos cujo surgimento havia acompanhado de perto na Europa no início dos anos 1930] quando surgiram no país as frentes antifascistas. Embora tenha até sido preso em 1932, a sua militância se revelaria uma militância mais intelectual, por meio da publicação de artigos e manifestos.

O certo é que da Revolução até 1935, todos os acontecimentos políticos foram aproximando Sérgio Buarque de Holanda da visão que expressaria em 1936 no livro *Raízes do Brasil*, ou seja, a de que no Brasil nunca houve uma revolução social, pois todas as revoluções foram políticas e voltadas para remodelar os interesses das elites.

Em 18 de junho de 1935, por exemplo, escreveu e publicou um artigo no jornal *Folha da Manhã*, de São Paulo, intitulado *O Estado Totalitário*, que era uma provocação na ante-sala do Estado Novo, ao conservadorismo e ao totalitarismo das elites naquele momento, além de uma espécie de diagnóstico, baseado na febre inicial, do que viria depois, em 1937. No artigo pode-se ler: "Nenhum fato surpreende tanto na história política das nações durante os anos que sucederam a grande guerra do que o rejuvenescimento – para não dizer a ressurreição – das

⁵⁸ São significativos para este tema os trabalhos de Emilia Viotti da Costa, "*Da Senzala à*

doutrinas que predicam a máxima sujeição do indivíduo ao Estado. Em bom número de povos e dos mais prestigiosos da família internacional, essas doutrinas parecem ter conquistado definitivamente os espíritos e, o que é mais extraordinário, também os corações, para se imporem, ao menos por esse motivo, a atenção dos contemporâneos”⁵⁹.

Neste texto, Sérgio Buarque de Holanda comenta o livro de Carl Schmitt *Der Begriff des Politischen* e a propósito analisa com muita propriedade a polarização entre liberalismo em crise de um lado e totalitarismo de outro, que passou a ser a tendência no mundo após 1929.

De um lado, de acordo com o sistema liberal [comenta o autor] “o Estado tende a ser um mero servidor da sociedade neutra [...] não admira que do liberalismo tenham surgido todas as teorias negadoras do Estado: para um liberal conseqüente só existe no fundo uma realidade, que é o indivíduo”⁶⁰. De outro lado, de acordo com o sistema totalitário, ao contrário do sistema liberal, apregoa-se “a máxima sujeição do indivíduo ao Estado”⁶¹.

No Brasil não era diferente e Sérgio Buarque de Holanda percebia com sagacidade os rumos políticos que a revolução estava tomando, ou seja, como no resto do mundo, a tendência da crise do liberalismo [das oligarquias no nosso caso] estava levando, inevitavelmente, a um regime

Colônia” e “Da monarquia à República”.

⁵⁹ HOLANDA, S. B. “O Estado Totalitário”. Folha da Manhã. 18 de junho de 1935. São Paulo – SP. Pág. 06.

⁶⁰ Ibid. Id.

⁶¹ Ibid. Id.

totalitário. Em 1935 os ventos só estavam principiando a soprar, em 1937 viria a tempestade.

O livro *Raízes do Brasil*

Em 1935 Sérgio Buarque de Holanda publicou na revista *Espelho*, dirigida pelo amigo Américo Facó, o texto *Corpo e Alma do Brasil*. Este ensaio, re-elaborado e aprofundado, viria a ser publicado em 1936 com o título *Raízes do Brasil*.

Em meados de 1934, com a promulgação de uma nova Constituição e a eleição de Getúlio Vargas pelo Congresso, parecia que uma democracia formalmente liberal tinha enfim possibilidades de se instituir no país. Entretanto, segundo Boris Fausto indica, entre os anos de 1935 e 1937 “as tendências centralizadoras e autoritárias recuperaram e acresceram sua forças, através de um processo em que as elites políticas regionais se submeteram, a cúpula militar completou a despolitização das Forças Armadas e a classe dominante colocou-se inteiramente à sombra do poder do Estado”⁶².

O sucesso na liquidação da democracia liberal em prazo tão curto deve-se à aliança entre os liberais e autoritários, com o intuito de esmagar também o imenso movimento popular em torno do que em 1935 daria origem a ANL (Aliança

⁶² FAUSTO, B. *Pequenos ensaios de história da República (1889-1945)*. São Paulo – SP. CEBRAP. Caderno 10. 1972. Pág. 65.

Nacional Libertadora). O insucesso do levante de 1935 abriu também caminho para o novembro de 1937.

Sérgio Buarque de Holanda acompanhou de perto todo clima político e as tensões que surgiram neste período e animou-se inicialmente com os objetivos da ANL que propunha a criação de frentes populares para combater a ameaça fascista e a defesa das liberdades democráticas. Decepcionou-se, no entanto, quando o curto verão da ANL terminou em 1935 e o conservadorismo cobriu com o seu manto da permanência o cenário da vida social e política brasileira.

É neste intervalo entre a repressão à Aliança Nacional Libertadora (1935), que uma vez diante da possibilidade de ver revogado o passado colonial do país, propunha uma política social inclusiva, e a instituição do Estado Novo (1937), que uma vez surgido estes movimentos populares, reage para liquidar essas oposições e manter a sociedade brasileira nos termos do passado exclusivo das elites, que Sérgio Buarque de Holanda escreve *Raízes do Brasil*. O livro, publicado em 1936⁶³, não passa, no seu arcabouço, de um desdobramento, de um aprofundamento e de uma análise crítica do ambiente político que se inicia nos anos 1930 e vai até 1935, e por que não dizer, até 1937, já que o Estado Novo, não passa de um desdobramento dos acontecimentos desse período.

Neste momento, já estava claro para o autor que o Brasil não necessitava de uma revolução política apenas, mas de

⁶³ Publicado pela primeira vez numa iniciativa do editor José Olympio, inaugurando a coleção Documentos Brasileiros, dirigida por Gilberto Freyre.

uma revolução social, ou seja, uma revolução que desencadeasse um processo de passagem de um sistema socio-econômico a outro.

Em livro recente, o sociólogo Paul Singer procura definir os conceitos de revolução social e revolução política nos seguintes termos: "A noção de revolução política ofuscou a de revolução social, por causa da tese [até a pouco predominante nos meios de esquerda] que a condição necessária e suficiente para a conquista do socialismo seria a conquista do poder estatal [...] continua sendo verdadeiro que o socialismo pressupõe a transferência do controle efetivo dos meios de produção dos capitalistas aos trabalhadores. Mas, esta transferência requer muito mais do que um ato jurídico-político de transferência de posse [...] ela requer, antes de tudo, que os trabalhadores estejam desejosos de assumir coletivamente tal controle."⁶⁴

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda propunha uma revolução social que ocorresse por meio de um processo multissecular de passagem de uma formação social a outra, e que a revolução política fosse apenas um episódio da transformação institucional das relações de poder. Cada revolução social tem a sua dinâmica própria e, segundo Paul Singer "produzida por amplas mudanças históricas na infraestrutura econômica e outras tantas na supra-estrutura ideológica e institucional."⁶⁵

⁶⁴ SINGER, P. *Uma Utopia Militante: repensando o socialismo*. Petrópolis – RJ. Ed. Vozes. 1998. Pág. 10.

⁶⁵ *Ibid.* Pág. 11.

É um erro pensar que uma revolução social se faz a golpes de martelo ou que seja consumada mediante uma única revolução política, como se a construção de uma sociedade democrática ou até mesmo a socialista se consumasse apenas com a tomada de poder.

Em *Raízes do Brasil* podemos encontrar, portanto, um projeto de revolução social consubstanciado na passagem da vida rural para a vida urbana e na superação das raízes ibéricas.

Em *Raízes do Brasil* podemos encontrar, portanto, um projeto social consubstanciado na passagem da vida rural para a vida urbana e na superação das raízes ibéricas.

O livro representou, de início, uma das mais importantes e originais contribuições deste período, junto com Caio Prado Júnior e no campo da literatura, poderíamos citar, a obra de Graciliano Ramos, nesse esforço de se revelar o passado do país para combater o autoritarismo do tempo presente ou desvendar no tempo presente as permanências e as sobrevivências arcaicas do passado.

Em *Raízes do Brasil*, a principal tese do autor é a de que, para nos modernizarmos, deveríamos superar as raízes ibéricas impregnadas na nossa sociedade. Raízes estas identificadas pelo autor como o ruralismo, o personalismo, as relações de favor, o patriarcalismo e a decorrência mais grave que este estado de coisas engendra: uma democracia improvisada, onde o interesse privado prevalece sobre o público.

Sérgio Buarque de Holanda gostava de citar uma frase de Goethe segundo a qual somente valia a pena conhecer o passado para libertar-se dele, "... diria efetivamente (diz Sérgio Buarque) que uma das missões do historiador, desde que se interesse pelas coisas do seu tempo – mas em caso contrário ainda se pode chamar historiador? - consiste em procurar afugentar do presente os demônios da história. Quer isso dizer, em outras palavras, que a lúcida inteligência das coisas idas ensina que não podemos voltar atrás e nem há como pretender ir buscar no passado o bom remédio para as misérias do momento que corre"⁶⁶. A permanência ou a sobrevivência do passado colonial brasileiro vista em *Raízes do Brasil*, portanto, como um obstáculo a ser superado, como um estorvo para o tempo presente.

Em 1936, Sérgio Buarque de Holanda teria sido um dos primeiros historiadores brasileiro a duvidar do caráter revolucionário da Revolução de 1930, levantando críticas muito pertinentes àquele clima social e político que o autor já pressentia de antemão, lendo nas entrelinhas dos discursos e das práticas políticas de então, desembocaria no Estado Novo.

Enquanto havia neste contexto, por parte de alguns intelectuais⁶⁷, por um lado, um certo otimismo em relação aos rumos que o país tomava em direção ao "progresso" e, por outro, um re-elogio da colonização portuguesa e do mundo luso brasileiro⁶⁸, o livro *Raízes do Brasil* criticava as medidas políticas da Segunda República. Fazia a sua crítica voltando-

⁶⁶ HOLANDA, S. B. *Visão do Paraíso*. São Paulo – SP: Editora brasiliense. 1994. Pág. XVIII.

⁶⁷ Os exemplos de Alberto Torres, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Plínio Salgado.

⁶⁸ Gilberto Freyre

se para o passado colonial do país onde buscava elementos para denunciar aquelas medidas políticas, sociais e econômicas do presente como conservadoras e, portanto, pertencentes a um quadro social que remontava à sociedade colonial.

Por meio do livro *Raízes do Brasil* é possível evidenciar três aspectos importantes: 1- a posição política do autor diante do contexto histórico do seu tempo 2 - o próprio ambiente político e social em que a obra foi gestada e 3 - o projeto social imanente ao texto.

Segundo a interpretação de Antonio Candido, estaria contido em *Raízes do Brasil* a busca de uma identidade e um projeto de nação que visava, sobretudo, a participação popular. Participação que só seria viável por meio da superação do conservadorismo que Sérgio Buarque de Holanda atribuía à nossa sociedade.

Ao livro *Raízes do Brasil* pode-se aplicar, portanto, o termo de obra fundadora de uma corrente historiográfica que tem como princípio e objetivo buscar uma explicação para o Brasil e, mais ainda, pôr em marcha um projeto de compreensão da cultura nacional que podemos chamar de "experiência intelectual brasileira".⁶⁹

Em *Raízes do Brasil*, trata-se de se discutir e procurar encontrar o sentido do Brasil e o autor o faz mediante um estudo do processo histórico de nossa formação. Do modo como nós viemos nos constituindo no plano das idéias, das

instituições e da nossa vida social ao longo dos anos, o que nos condicionou à situação de nação periférica.

É dessa forma então, que Sérgio Buarque de Holanda inicia a sua análise em *Raízes do Brasil*. Trata-se de questionar quais as maiores conseqüências que acarretaram nas origens da sociedade brasileira “a tentativa de implementação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar”⁷⁰.

Nessa perspectiva Sérgio Buarque de Holanda nos põe um outro problema cuja solução nos parece ainda mais complicada. E o problema fundamental está justamente na questão de sabermos se “antes de perguntar até que ponto poderá alcançar bom êxito a tentativa, caberia averiguar até onde temos podido representar àquelas formas de convívio, instituições e idéias de que somos herdeiros”⁷¹.

Ao longo dos cinco primeiros capítulos de *Raízes do Brasil* Sérgio Buarque de Holanda faz justamente um levantamento dessas formas de convívio, das instituições e das idéias das quais somos herdeiros e que persistem, apesar da revolução que se pretende renovadora, ainda nos anos 1930.

⁶⁹ ARANTES, P. E. *Sentimento da Dialética na Experiência Intelectual Brasileira: Dialética e Dualidade em Antônio Candido e Roberto Schwarz*. São Paulo – SP: Ed. Paz e Terra. 1992.

⁷⁰ HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26^o. São Paulo – SP: Editora Companhia das letras. 1995. Pág. 31

⁷¹ Ibid. Id.

Nos dois últimos capítulos é o projeto social que visa a superação do conservadorismo que dá o tom ao debate. O autor edifica toda a estrutura do seu livro levando em consideração a contradição que surge logo após a Revolução de 1930, entre a permanência das raízes ibéricas e da estrutura do mundo colonial e o processo desencadeado pelo incentivo à industrialização e a conseqüente modernização do país. Porém, do seu ponto de vista, o movimento e o confronto dessas forças contraditórias, que se opõem veementemente até chegarem a exaustão, darão lugar, após a superação desse impasse, a formas e forças novas, capazes de transformar os homens e a sociedade.

Desse modo, mesmo sendo provável que contra a cabal realização do surgimento de um "admirável mundo novo" se erga, e cada vez mais obstinada, a resistência dos adeptos de um passado, a sua diluição no novo deverá aos poucos ir tingindo-o de cores idílicas. E está será, para o autor, a efetiva revolução que poderá nos conduzir a uma sociedade democrática, posto que revogado o autoritarismo do passado.

O livro foi escrito sob forte influência weberiana e, do complexo das variantes interpretativas implícitas na obra de Max Weber, pode-se dizer que Sérgio Buarque de Holanda ficou profundamente envolvido com o grande teórico da racionalização, da modernização, da burocratização e da administração racional-legal, processos que em Weber encontram-se estreitamente ligados ao processo de desencantamento do mundo.

Para Sérgio, a aplicação de Weber à história do Brasil serviria para ajudar a compreender a nossa “modernização conservadora” e encontrar mecanismos de neutralizar a tradição ibérica, responsável pelo nosso atraso. Por isso que o autor vai se debruçar, sobretudo, na obra de Weber, nos capítulos sobre o patrimonialismo e sobre a influência das cidades no processo de modernização no Ocidente⁷².

É a modernização do país e a sua complexa trama com o atraso é que vai mover toda a estrutura do livro *Raízes do Brasil*. Aliás, todo o campo intelectual dos anos 1930 se caracteriza por essa mesma preocupação ideológica.

* * *

Por outro lado, em meio à diversidade de interpretação sobre a Revolução de 1930, todas evidenciam, no entanto, que a revolução é o marco que inaugura modificações substanciais no plano econômico e social e acelera a implantação da sociedade industrial, mas os frutos dessa modernização apareceriam somente a partir dos anos 1940.

A principal característica deste tempo é justamente essa dupla sensação: de um lado, como vimos, uma marca

⁷² Nos arquivos de Sérgio Buarque de Holanda no SIARQ da Biblioteca Central da UNICAMP, podemos ver o livro de Max Weber *Wirtschaft und Gesellschaft*, publicado em 1923 em

conservadora e, de outro, a marca de uma revolução que possibilitaria no seu horizonte a superação das oligarquias.

Isso porque, embora o seu viés conservador, a Revolução de 1930, ou seja, esse movimento das classes médias associadas com setores descontentes da própria oligarquia dos fins dos anos 1920, assinalou, todavia, a abertura de um longo processo de transformação e mudanças que deveriam abalar as estruturas do Estado e da economia brasileira.

Segundo Luís Felipe Alencastro, a revolução de 1930 se situa na convergência de uma dupla mutação: primeiro, "o mercado de trabalho se territorializa"⁷³, fenômeno inédito, pois desde o século XVII a praxe era o trabalho escravo, e segundo "o Estado deixa de intervir na captação de proletários estrangeiros para cuidar do enquadramento do proletariado nacional"⁷⁴.

Anunciada, desde a crise de 1929 e a longa depressão que se prolongou até os anos 30, a reestruturação de uma sociedade capitalista dependente e dedicada à produção agrícola para a exportação, desencadeou um processo de transformação estrutural que em linhas gerais pode ser definido da seguinte forma: 1 - intensificação da urbanização e da industrialização e 2 - o aumento considerável da migração para as grandes cidades como sintoma da decadência da economia agrária.

Tubigen, com os grifos e as anotações feitas pelo autor ainda na Alemanha, justamente nos capítulos VII intitulado *Patrimonialismus* e no capítulo VIII intitulado *Die Stadt des Okzidents*.

⁷³ ALENCASTRO, L. F. *A pré-revolução de 30*. São Paulo – SP: CEBRAP. Setembro de 1997. Pág. 20.

⁷⁴ *Ibid.* Id.

A importância atribuída à Revolução de 1930 na literatura sobre o tema, seja como episódio político, seja enquanto processo, parece fundamentada na interpretação dos seguintes fenômenos: as inovações introduzidas no sistema político, as medidas implementadas em plano social [legislação trabalhista] a reorganização e a modernização do aparelho do Estado, a incorporação de novos atores à cena política [camadas urbanas] e, a partir de uma visão mais abrangente, a associação estabelecida entre os acontecimentos de 1930 e os processos de crise do sistema oligárquico e de expansão das atividades industriais no país.

De um lado, a revolução de 1930 vista como episódio político específico, não passou tanto na sua gênese como no seu desenvolvimento de um caso típico de negociação entre elites. De outro lado, como processo, desencadeou na sua dimensão econômica, uma inegável expansão das atividades industriais e da cultura urbana. É justamente essa expansão tanto das atividades industriais quanto da cultura urbana é que podemos denominar de ruptura.

Em relação à expansão das atividades industriais, as duas grandes empresas brasileiras, por exemplo, surgem a partir da década de 1940, a Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Vale do Rio Doce. Mesmo assim, o crescimento da atividade industrial entre os anos de 1939-45, registra uma taxa anual de apenas 5,4%, inferior ao período precedente 1933-39 que registrou uma taxa de 11,3%, demonstrando que a taxa de crescimento da produção e o ritmo de desenvolvimento industrial no Estado Novo foram

inferior aos dos anos que o antecederam. Esse quadro nos indica o caráter conservador das políticas do Estado nesse setor ou, segundo Florestan Fernandes analisa em *A Revolução burguesa no Brasil*, que nas sociedades dependentes de origem colonial o capitalismo é introduzido antes da constituição de uma ordem social competitiva⁷⁵.

Segundo Renato Ortiz de acordo com a análise de Florestan Fernandes, a burguesia nacional é dotada de moderado espírito modernizador e “implanta uma democracia social restrita que não estende o direito de cidadania a toda população, e por fim utiliza a transformação capitalista para reforçar seus interesses estamentais. Dito de outra forma, a burguesia não possui na periferia o papel civilizador que desempenhou na Europa⁷⁶.”

Na década de 1940, dos 41.236.315 de habitantes, apenas 31,24% moravam na área urbanas, enquanto 68,76% moravam nas áreas rurais, o que nos indica o incipiente processo de modernização implantado a partir dos anos 1930, que mal havia despertado o interesse das pessoas pelo ritmo do desenvolvimento e da qualidade de vida urbana. Apenas a partir da década de 1950 que esse quadro começa a se alterar, quando 24% da população rural migram para as cidades, 36% em 1960 e 40% em 1970, correspondendo nestas três décadas a 40 milhões de pessoas.

Durante toda a década de 1930, a modernização do país foi de fato apenas uma idéia. A década de 1920, segundo

⁷⁵ Cf. FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro – RJ. Zahar editores. 1975.

⁷⁶ ORTIZ. R. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo-SP. Ed. Brasiliense. 1988. Pág.17.

Renato Ortiz, "antecipa mudanças que irão se concretizar somente nos anos posteriores. Antecipação que denuncia este hiato, a inadequação de certos conceitos aos tempos em que são enunciados [...] o descompasso é um elemento da sociedade brasileira periférica"⁷⁷

Somente a partir da segunda metade dos anos 1940 que se pode considerar seriamente a presença de atividades que consolidam o desenvolvimento de uma sociedade e de uma cultura urbana e industrial. A sociedade brasileira, logo após o final da Segunda Guerra Mundial, se moderniza de fato em diversos setores, e partir de então se inicia o que nós poderíamos chamar de uma "sociedade de massa". E o desenvolvimento dessa sociedade de massa pode ser melhor definida na medida que se analisa o significativo aumento do chamado "mercado de bens simbólicos".

Esse "mercado de bens simbólicos" postulado por Renato Ortiz engloba o desenvolvimento de um poderoso sistema de informação e entretenimento, que não só formava opiniões, determinava o consumo, como criava uma rede [imprensa, rádios e jornais] por onde se divulgava nas grandes cidades a cultura e o estilo de vida do mundo moderno.

Como exemplo dessa difusão, podemos tomar as emissoras de rádio, que de 106 em 1944, passam para 300 em 1950, em apenas seis anos. O cinema, em 1941 com a criação da Atlântida e, em 1949, a Vera Cruz que incrementaram a produção cinematográfica nacional. As redes de televisão a partir dos anos 1950. As revistas, como, por

⁷⁷ Ibid. Pág. 32

exemplo, a *Cruzeiro* que em 1948 atingia uma tiragem de 300 mil exemplares. Os livros, os jornais cujas tiragens cresceram vertiginosamente.

Esses números demonstram o dinamismo que a sociedade brasileira ganha a partir do pós-guerra e a faceta que ganhou o nosso processo de inserção num capitalismo tardio e numa sociabilidade moderna. Em texto recente, Fernando Novais e João Manuel Cardoso de Mello, procuram definir a procissão de milagres que foi a modernização brasileira.

Do otimismo inicial do pós-guerra, quando se pensava que estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos até os anos 1980, quando as dúvidas sobre o sucesso de nossa modernização ganham intensidade, passamos rapidamente do otimismo à desilusão.

Seguindo a idéia de que nossa história é uma procissão de milagres, apontada por Sérgio Buarque de Holanda no livro *Visão do Paraíso*, o milagre do ouro no século XVII quando a economia açucareira tinha perdido dinamismo, o milagre do café nos séculos XIX, XX e agora, segundo acrescenta Fernando Novais, “estamos percebendo que nossa industrialização não deixou de ser também um desses milagres: resultou antes de circunstâncias favoráveis, para as quais pouco concorremos, do que de uma ação deliberada da vontade coletiva”⁷⁸.

⁷⁸ NOVAIS, F. ;MELLO, A. M. C. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”. In: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo – SP. Ed. Cia das Letras. 1998. Pág. 645.

A modernização brasileira havia se implantado no Brasil da forma mais excludente possível. O desenvolvimento rápido de uma sociedade capitalista, industrial, urbana e de consumo não havia se estendido ao alcance da maioria da população, pelo contrário, segundo Fernando Novais “o Brasil, que já chocara as nações civilizadas ao manter a escravidão até finais do século XIX, volta a assombrar a consciência moderna ao exibir a sociedade mais desigual do mundo. Não é por acaso que o termo *brazilianization* vai se tornar sinônimo de capitalismo selvagem”⁷⁹.

Seja qual for o ponto de vista que se tome, a verdade é que a revolução de 1930 é um marco determinante na história do país. Depois da revolução o destino do país tomou outros rumos, visto nos seus mais diversos aspectos, mesmo que estes rumos não fossem todos em direção a modernização do país [mesmo porque em história não existe isso, sempre haverá as contradições, as encruzilhadas, os descaminhos].

Junto com essa modernização e com a dilatação da presença do Estado na sociedade brasileira ocorreu também, segundo Sérgio Miceli, entre os anos 1930 e 1945 um processo “de centralização autoritária, bem como a redefinição dos canais de acesso e influências para expressão dos interesses econômicos e regionais junto ao poder central”⁸⁰.

Esse trabalho de construção institucional determinou a abertura de ministérios e com eles uma vasta oferta de

⁷⁹ Ibid. Pág. 633.

⁸⁰ MICELI, S. Pág. 199

empregos públicos, tais como, o Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, o ministério do Trabalho, Indústria e Comércio também em 1930 e o da Aeronáutica em 1941, entre outros. Determinou também a abertura de uma série de organismos vinculados em linha direta com a presidência da República, tais como: o Departamento Administrativo do Serviço Público em 1938, o Departamento de Imprensa e Propaganda em 1939, o Conselho Federal de Comércio externo em 1934, o Conselho de Imigração e Colonização em 1938, o Conselho Nacional do Petróleo em 1938, o Conselho Nacional de Águas e Energia em 1939, e o Conselho de Segurança Nacional, além de uma rede de autarquias, conselhos, departamentos e comissões especiais.

Diante desse novo universo que se abriu uma coisa aconteceu de concreto já desde o início, não houve como ficar em cima do muro e a partir de então cada um foi se avizinando daquilo que mais correspondia à sua concepção de mundo, de sociedade, de cultura, de política e etc. e o que antes estava diluído no todo, foi se decantando e tomando o seu devido lugar no caleidoscópio da revolução e da história que a partir dali se iniciara.

Uma categoria que sofreu uma transformação marcante com esse fortalecimento do Estado a partir de 1930, foi a dos intelectuais. Originários, em sua maioria, de famílias oligárquicas, que naquela altura já se encontrava em franca decadência, e ainda mais "confrontados pela rarefação das carreiras tradicionais, expostos à concorrência provocada pela inflação de diplomas conferidos pelas diversas faculdades

recém-criadas, eles foram ameaçados primeiramente pelo risco da perda de status”⁸¹.

Com as relativas mudanças no antigo estilo de vida das camadas cultas, estas se viram na necessidade de profissionalizar os seus trabalhos como artistas, escritores etc. Outro caminho foi também sucumbir à sedução dos empregos públicos⁸². Acontece que muitos desses intelectuais, oriundos inclusive da semana de 1922, tornaram-se não só meramente funcionários, mas defensores do poder forte do Estado, tendo-se vinculado ideologicamente a ele,

⁸¹ PECAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil*. Pág. 19.

⁸² Sobre essa relação entre os intelectuais e o Estado Carlos Drumond de Andrade escreveu: “O emprego do Estado concede com que viver, de ordinário sem folga, e essa é a condição ideal para bom número de espíritos: certa mediania que elimina os cuidados imediatos, porém não abre perspectiva de ócio absoluto. O indivíduo tem apenas a calma necessária para refletir na mediocridade de uma vida que não conhece a fome nem o fausto [...] observe-se que quase toda a literatura brasileira, no passado como no presente, é uma literatura de funcionários públicos. Nossa figura máxima foi um diretor geral de contabilidade do Ministério da Viação, Machado de Assis [...] Raul Pompéia, diretor de estatística do Diário Oficial e da Biblioteca nacional; Olavo Bilac, inspetor escolar no Rio; Alberto Oliveira, diretor de instrução no Estado do Rio, como também o foram José Veríssimo e Franklin Távora; Aluisio de Azevedo, oficial maior no Estado do Rio e cônsul; Araújo Porto Alegre, cônsul; Mário de Alencar, diretor de biblioteca na câmara; Mário Pederneiras, taquígrafo no senado; Gonzaga Duque, oficial da fazenda na Prefeitura do Rio; B. Lopes, empregado nos correios, como Hermes Fontes; Ronald de Carvalho, praticante de secretaria e depois oficial no Itamaraty; Coelho Neto, diretor de justiça no Estado do Rio; Humberto de Campos, inspetor federal de ensino; João Ribeiro e Capistrano de Abreu, oficiais da biblioteca nacional; Guimarães Passos, arquivista da mordomia da casa imperial; Augusto de Lima, diretor do arquivo público de Minas; Araripe Jr., oficial do ministério do império; Emilio de Menezes, funcionário do recenseamento; Raymundo Correia, diretor de finanças do governo mineiro; Luis Carlos e pereira da Silva, da Central do Brasil; Ramiz Galvão e Constâncio Alves, respectivamente diretor e diretor de seção da Biblioteca Nacional; José de Alencar, diretor e consultor da secretária de justiça; Farias Brito, secretário do Governo do Ceará; Lúcio de Mendonça, delegado de instrução pública em campanha; Manoel Antonio de Almeida, administrador da tipografia nacional e oficial da secretaria da fazenda; Lima Barreto, oficial da secretaria da guerra [...] João Alphonsus, funcionário da secretaria de finanças de Minas; o grande Gonçalves Dias, oficial da secretária de Estrangeiros ... Mas seriam páginas e páginas de nomes, atestando o que as letras devem à burocracia, e como esta se engrandece com as letras [...] há que contar com elas para que prossiga entre nós certa tradição meditativa e irônica, certo jeito entre desencantado e piedoso de ver, interpretar e contar os homens [...] o que talvez só um escritor-funcionário, ou um funcionário-escritor, seja capaz de oferecer-nos, ele que constrói, sob a proteção da ordem burocrática, o seu edifício de nuvens, como um louco manso e subvencionado”. In: ANDRADE, C. D. *Passeios na Ilha*. Pg. 658-659. *apud*. Miceli, S. *Op. Cit.* Pág. 195-196.

manifestando, dessa forma, também o seu desejo de se ampliar o próprio acesso a essas carreiras e aumentando, ao final, as suas próprias dependências diante das autoridades públicas. Para esses intelectuais, as opiniões ideológicas que professavam “seriam, no essencial, apenas o produto de uma estratégia para preservar suas posições nas elites dirigentes”⁸³.

No prefácio do livro *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*, Antonio Candido exemplifica esses descaminhos díspares que tomaram os intelectuais dentro de uma mesma senda. O caso de Carlos Drummond de Andrade é exemplar, pois enquanto “serviu” ao Estado Novo, como funcionário “não alienou por isso a menor parcela de sua dignidade ou autonomia mental”⁸⁴. Tanto não se alienou como publicou, neste período, duas obras eivadas de versos políticos e revolucionários que são os dos livros: *Sentimento do mundo* e *Rosa do Povo*.

Por outro lado, um intelectual como Cassiano Ricardo, não só se enquadrou ideologicamente “como apoiou pela palavra e pela ação, por que o regime correspondia à sua noção de democracia autoritária e nacionalista”⁸⁵.

E assim ocorreu com muitos e neste cenário de mudanças, por onde andariam os velhos companheiros do movimento

⁸³ PECAUT, D. *op. cit.* Pág. 20.

⁸⁴ MICELI, S. *op. cit.* Pág. 74

⁸⁵ *Ibid.* id.

modernista de Sérgio Buarque de Holanda? Que rumos teriam tomado e a que posições se alinharam?

Os de São Paulo, tais como Graça Aranha, tornou-se entusiasta da Revolução e fora preso por duas vezes por conta disso; escrevera o último romance *A viagem maravilhosa* em 1929, que não obteve nenhuma repercussão. Ronald de Carvalho, que fora ministro do regime decaído, aproximara-se de Vargas e não tardou a ocupar o cargo de secretário da presidência da República. Alceu Amoroso Lima, secretário da liga eleitoral católica, foi autor do programa de reivindicações do clero junto à Assembléia Constituinte de 1934. Guilherme de Almeida elegera-se para a Acadêmica Brasileira de Letras. Oswald de Andrade avizinhou-se do comunismo depois de uma visita que fez a Prestes no Uruguai; filiou-se ao Partido Comunista e chegou a editar um jornal: *O Homem do Povo*, além do livro *Marco Zero* e da peça *O Rei da Vela*, ambos com personagens que discutiam e denunciavam a sociedade burguesa. Caio Prado Junior escreveu *Evolução Política do Brasil* em 1933, uma das primeiras interpretações marxistas da história do Brasil, ingressou no PCB e em 1935 chegou a ser presidente da seção paulista da Aliança Nacional Libertadora. Mário de Andrade, que não se encantou muito nem com o marxismo nem com o comunismo e no campo político assumia posições socialistas, aceitou, em 1934, o convite de Sérgio Milliet para colaborar na criação do Departamento Municipal de Cultura da Prefeitura de São Paulo, designando para a divisão de documentação histórica e social.

Os do Rio de Janeiro, tais como Ribeiro Couto, iniciou uma carreira no Itamaraty, tendo também sido eleito para a Academia Brasileira de Letras. Manuel Bandeira trabalhara como suplente de tradutor de telegramas na Agência United Press, junto com o próprio Sérgio Buarque de Holanda. Prudente de Moraes neto tornara-se diretor da faculdade de filosofia e letras da Universidade do Distrito Federal, onde também, na mesma época, trabalhou Sérgio Buarque de Holanda.

Outro fato que ocorreu é que diante da incerteza sobre as verdadeiras orientações do governo provisório, um surto de ativismo tomou conta dos intelectuais, seja à esquerda como no caso da ANL, seja à direita, como no caso da LEC. Desse modo o que fica evidente é que podemos encontrar, segundo Daniel Pecaute, tipos muito diversificados de relação entre os intelectuais e o regime, "alguns se comportam como ideólogos do autoritarismo, outros se contentam em aventurar-se em busca do Brasil autêntico [...] outros engajam-se nas associações, movimentos e ligas que se proliferam após 1930"⁸⁶.

As profundas mudanças sociais que se iniciaram a partir de 1930, como vimos, vão atingir em cheio o campo de trabalho dos intelectuais, tendo sido eles, em várias ocasiões, cooptados, no bom sentido da palavra, para o serviço público. Desse modo, segundo Daniel Pecaute, "a geração dos anos 1925-1940 não solicitou a mão protetora do Estado; ao contrário, mostrou-se disposta a auxiliá-lo na construção da

⁸⁶ PECAUTE, D. *Op. Cit.* Pág. 74

sociedade em bases racionais. Participando das funções públicas ou não, manteve uma linguagem que é a do poder. Ela proclamou em alto e bom som a sua vocação para elite dirigente”⁸⁷.

Parte desses intelectuais vai atuar como ideólogos do Estado Novo, colocando em prática um projeto social e de nação que preconizava o Estado como agente da política econômico, chocando-se naquele momento, em alguns aspectos, contra o projeto liberal. Um desses intelectuais foi Oliveira Vianna, que concebeu à época o Estado como sujeito da história, e a ele atribuiu a promoção do desenvolvimento econômico.

Essa era a complicada interseção entre intelectuais, política, classe dirigente e Estado centralizador nos anos 1930. Nesse campo social havia, para o intelectual, basicamente três formas de se relacionar com o Estado: a oposição a ele, o vínculo ideológico ou como um mero “servidor”.

Quase todos não tiveram como escapar a uma dessas três opções e acabaram de uma forma ou de outra, tendo sido assimilado por esta redefinição social do campo de ação do intelectual, posto em marcha a partir dos anos 1930.

⁸⁷ PECAUT, D. *Op. Cit.* Pág. 22.

* * *

Quanto a Sérgio Buarque de Holanda, na primeira metade dos anos 1930 trabalhou como jornalista, mas nesse período de instabilidade política, a profissão de jornalista era instável e precária. De 1930 a 1936, o autor se dedicou ainda à pesquisa e escrita do livro *Raízes do Brasil* que, como vimos, se configurou como uma resposta ao tempo presente, procurando determinar no curso da revolução, as rupturas e as permanências com o passado.

No mesmo ano em que publicou *Raízes do Brasil* Sérgio Buarque de Holanda tomou o mesmo e inevitável caminho que estava reservado aos intelectuais naquele momento, que era o serviço público. Ingressou, a convite do amigo e diretor da Faculdade de Filosofia e Letras Prudente de Moraes Neto, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi contratado como professor-assistente da Cadeira de História Moderna e Contemporânea da qual era titular o professor Henri Hauser; assumiu também a Cadeira de Literatura Comparada como assistente do professor Troughon. Outro amigo dos tempos de São Paulo que também havia sido contratado foi Mário de Andrade, com o qual então Sérgio passou a ter contato mais freqüente.

Quando os professores retornaram para a Europa, em 1938, Sérgio Buarque de Holanda assumiu ambas cadeiras como professor-adjunto, porém, só até 1939, quando a Universidade

Federal do Rio de Janeiro foi extinta. Foi desse modo que, no mesmo ano, aceitou o convite de Augusto Meyer para ser o diretor da Seção de Publicações do então recém criado Instituto Nacional do Livro. Neste instituto foram trabalhar também Mário de Andrade, Américo Facó, Liberato Soares Pinto, Chico Barbosa, José Honório Rodrigues, entre outros. Em 1937 foi também convidado por Gustavo Capanema para fazer parte da comissão de Teatro do Ministério da Educação.

Em 1940 retomou, a contragosto, o seu trabalho de crítico literário no jornal *Diário de Notícias* e no jornal *Diário Carioca* do Rio de Janeiro. Os textos que escrevera neste período foram reunidos pelo autor e publicados em 1944 no livro *Cobra de Vidro*.

Os anos quarenta vão ser anos de intensa atividade para Sérgio Buarque de Holanda. Em 1941 viajou aos Estados Unidos a convite da Divisão de Relações Culturais do Departamento de Estado norte-americano onde proferiu palestras, participou de mesas redondas e congressos, além de dar cursos em várias universidades.

Em 1943 tornou-se diretor da Divisão de Consulta da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro onde ficara até 1946. Neste mesmo ano de 1943 viaja para Belo Horizonte a convite de Juscelino Kubitschek, na caravana organizada por Vinícius de Moraes e Paulo Emílio Sales Gomes. Em 1944 foi nomeado membro da comissão encarregada da publicação das obras completas de Rui Barbosa.

O ano de 1945 foi decisivo fundou a esquerda democrática, que mais tarde se tornaria o Partido Socialista e participou do I Congresso de Escritores, realizado em São Paulo, onde foi eleito presidente da seção do Distrito Federal da Associação Brasileira de Escritores. Na ocasião do Congresso em São Paulo, Sérgio Buarque de Holanda foi um dos redatores e um dos primeiros signatários da famosa *Declaração de Princípios*, lida nas escadarias do Teatro Municipal e que se configurou num manifesto a favor da liberdade de expressão e contra a ditadura Vargas.

Esta estada em São Paulo seria o prenúncio do seu retorno depois de mais de vinte anos no Rio de Janeiro. Nessa ocasião conhece Antonio Candido, por quem nutrirá uma amizade fecunda pela vida inteira. Em 25 de janeiro de 1946, por ocasião da morte de Afonso de E. Taunay, José Carlos de Macedo Soares, interventor Federal de São Paulo, nomeou Sérgio Buarque de Holanda diretor do Museu Paulista, onde permaneceria, no museu, até 1956 e, em São Paulo, até o final de sua vida em 1982.

No ano de 1945 é que o trabalho de historiador se sedimenta. Depois de um intervalo de dez anos desde *Raízes do Brasil*, o autor publicou neste ano o livro *Monções*, onde retomaria a sua principal preocupação como historiador que era lançar luz sobre a história do povo brasileiro, deixando de lado certo tipo de história comum na historiografia da época

que estava preocupava em entender as grandes estruturas do desenvolvimento histórico e social do Brasil⁸⁸.

Mas o que em 1945 vai se configurar na publicação do livro *Monções* se inicia já no final dos anos 1930, quando o autor, ao retomar o seu trabalho de crítico literário, publica também na imprensa artigos sobre a história do Brasil.

A inovação, em relação a tudo que se tinha publicado até então na historiografia brasileira sobre a história do Brasil, está no método utilizado pelo autor. A partir dos textos escritos em 1940, o autor com preocupações políticas de *Raízes do Brasil* vai ceder lugar para um autor preocupado com novas temáticas e novas abordagens da história, ou seja, de uma macro-história para uma micro-história que não deixaria, no entanto, de dar conta do coletivo, do social.

Nessa passagem, um outro aspecto da obra de Sérgio Buarque de Holanda vai se tornar visível: se em *Raízes do Brasil* a inspiração, como vimos, era Max Weber, nesses e nos trabalhos posteriores, embora, tanto lá como cá trata-se de uma análise original, como veremos, a inspiração maior será Georg Simmel. Não só Georg Simmel e Max Weber, mas a filosofia e a sociologia alemãs sempre serviram de ponto de partida para o autor. Poderíamos pensar, por exemplo, na obra de Walter Benjamin (*Obra das Passagens* ou *Paris capital*

⁸⁸ Nos anos 1930 a historiografia brasileira estava dividida entre aqueles que priorizavam a continuidade em relação à mudança, entre eles podemos citar Gilberto Freyre e, de outro lado, os que priorizavam a mudança em relação à continuidade, entre estes podemos citar Caio Prado Junior. O campo de investigação desses autores estava ligada a correntes políticas e ideológicas, a temática circulava em torno da modernização do país, da organização social, das ações políticas, da estruturação do Estado e da sociedade brasileira e as transformações em curso [industrialização, urbanização, etc]. O livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, por exemplo, foi publicado em 1942.

do Século XIX) e de Siegfried Kracauer (*Jacques Offenbach e a Paris de sua época*) que vão considerar, nas suas análises, os elementos de superfície “aparentemente banais como a moda, os cartazes, a própria opereta [...] em outras palavras como relacionam cultura e vida material, ambos antecipam, sem forçar a mão, o que posteriormente se convencionou chamar de estudos culturais [...] elaboram também um modo de conceber a história do ponto de vista de uma micrologia, o todo no minúsculo, de uma análise dos fenômenos de superfície, dos fragmentos, dos elementos imediatamente dispersos, dos despojos (*Abfälle*) da história”⁸⁹

Sérgio Buarque de Holanda, dotado de uma refinadíssima capacidade de observação, vai ser no Brasil o grande mestre desta metodologia cuja função é tornar visível às conexões ocultas, os fios entrelaçados entre os fenômenos. Não sendo possível abarcar o mundo na sua totalidade, Sérgio Buarque, assim como Simmel, tentam conquistá-lo por meio de uma digressão que parte de um simples fenômeno em todas as direções.

A sociologia de Georg Simmel se caracteriza pela abordagem e pelo ângulo de aproximação muito particular que ele preconiza no estudo da vida coletiva. Para estudar a sociedade, Simmel nos diz que é preciso captá-la na sua acepção mais densa, ou seja, lá onde há a ação recíproca de vários indivíduos. O termo importante nesta definição é a palavra recíproca. É o que a sociologia deve observar, pois

⁸⁹ MACHADO, C. E. J. Notas sobre Siegfried Kracauer, Walter Benjamin e a Paris do Segundo Império – pontos de contato. *Revista História*: São Paulo, V. 25, N. 2, pág. 48-63, 2006, Pág. 60.

esses são os vínculos que existem entre os indivíduos, o que ele chama de socialização. Isto implica sempre uma influência recíproca de uns sobre os outros. Simmel não considera a existência de uma socialização sem mobilidade, a socialização sempre é algo dinâmico. O seu método pode ser definido analogamente como alguém que "viajando por países estrangeiros, entra em contato com tipos humanos desconhecidos: num primeiro momento o seu olhar não percebe diferenças individuais dos habitantes, mas apenas as características comuns, que no seu complexo constitui para ele algo de absolutamente novo, desviam para si sua atenção. Um campo espiritual inexplorável pode ser conquistado apenas se primeiramente abarcado como um todo. Apenas depois de ter apalpado os contornos é possível distinguir claramente as partes que o constituem e colher particularmente as relações entrelaçadas que o unem."⁹⁰

Para Simmel, o conteúdo da socialização seria tudo o que os indivíduos, os sujeitos concretos de toda realidade histórica recebem como pulsão, interesse, intuições, tendências, estados e movimentos psicológicos, podendo engendrar um efeito sobre o outro ou receber um efeito vindo do outro, isso porque no centro do horizonte de Simmel "está sempre o homem como portador da cultura e como ser espiritual maduro que age e julga em plena posse de suas energias psíquicas, ligado aos seus semelhantes pelo comum agir e sentir."⁹¹

⁹⁰ KRACAUER, S. "Georg Simmel". In: *O ornamento da massa*. Tradução Carlos Eduardo Jordão Machado. São Paulo: Ed. Cosac & Naify (prelo).

⁹¹ Ibid. Id..

O conteúdo da socialização é, portanto, tudo o que faz mover o indivíduo e pode entrar em inter-relação com o outro, este o esforço de suas investigações, ou seja, “mostrar com toda clareza o tecido das relações sociais [...] Simmel estuda a fundo a estrutura de todas as possíveis relações humanas, representa o caráter específico seja das formações maiores como aquelas menores no interior da sociedade, mostra a influência de um grupo sobre o outro, e a necessária conexão que subsiste entre os mais diversos processos sociais.”⁹²

Trata-se de por a nú os fios que envolvem os fenômenos como um todo, já que a única função é tornar visível “as conexões ocultas, os fios entrelaçados entre os fenômenos que ligam de forma irregular e arbitrariamente, o não sistemático torna-se aqui sistema [...] este tecido não é feito segundo um plano, como uma ordenação bem estruturada de pensamentos, o seu único fim é, sobretudo, ou de estar lá e de demonstrar com a sua existência o entrelaçamento das coisas.”⁹³

Para conseguir entender os mistérios do ser social é preciso partir do estudo do menor átomo desta realidade: o indivíduo. Em 1945, quando escreve *Monções*, essas idéias estavam no ar, de modo que são desses pressupostos que Sérgio Buarque de Holanda partirá.

Monções

⁹² Ibid. Id.

⁹³ Ibid. Id..

É sintomático que Sérgio Buarque de Holanda tenha voltado à historiografia na primeira metade dos anos 1940 para falar justamente do povo brasileiro, personagem coadjuvante da história do Brasil. No início da década de 1940, todas as ilusões em relação à revolução de 1930 já haviam de algum modo se dissipado, sobretudo depois do Estado Novo em 1937. Após este período, sobretudo a política econômico-financeira, representou, globalmente, mais uma adaptação pragmática às circunstâncias da época do que uma reviravolta de orientação. A modernização brasileira já mostrava em todas as suas nuances o seu viés conservador e mais uma vez o povo havia sido relegado à margem do desenvolvimento.

Voltar a escrever sobre a situação de marginalidade do povo brasileiro, pois em *Monções*, embora vasculhando o campo do individual, é da história social do país que o autor se ocupa, era mais uma vez firmar compromisso com o tempo presente. Ao escrever *Monções*, o autor queria nos dizer que lá, como cá, a situação era a mesma. O povo nunca havia feito parte da história do Brasil, ao menos da história oficial, e como no *Poema de um trabalhador que lê*, de Brecht, o autor teria também elaborado algumas questões semelhantes, tais como, quais foram os homens que adentraram os chapadões, os sertões, as serras intransponíveis e desenharam, moldando-se às adversidades do meio com a consistência do couro, para utilizar uma expressão do próprio Sérgio Buarque de Holanda, o mapa do Brasil. Em *Monções*, podemos encontrar algumas respostas.

Antes de publicar o livro *Monções*, Sérgio Buarque de Holanda escreveu no final dos anos 1930 e início dos anos 1940 diversos textos sobre o assunto bandeiras e monções. Os textos foram publicados no Rio de Janeiro e posteriormente em São Paulo: intitulam-se *A água e o sertão I*⁹⁴ e *A água e o sertão II*⁹⁵, *Pré-história das Monções I*⁹⁶, *Pré-história das Monções II*⁹⁷ e *Pré-história das Monções III*⁹⁸ e *Uma Povoação Setecentista*⁹⁹, entre outros.

Esses textos podem ser considerados como a gênese do livro que seria publicado em 1945 e estão eivados do olhar simmeliano e, conseqüentemente, na contra mão de todas as preocupações que as ciências sócias tinham no Brasil naquele momento.

Na seqüência de textos intitulados *Pré-história das Monções*, o objeto de análise do autor vai ser não só as vias de transporte, os rios, como também os meios de transporte, as canoas. O autor vai partir então de aspectos isolados e aparentemente sem significação, tais como, a discussão em torno do tipo de madeira com que se construíam essas canoas, a durabilidade das canoas, as formas de manejo, as águas e as turbulências dos rios, a troca de experiências entre adventícios e naturais da terra e vai, a partir daí, elaborar

⁹⁴ HOLANDA, S. B. *A água e o sertão* (OESP, SP, 29 de novembro de 1940, Pág. 2)

⁹⁵ HOLANDA, S. B. *A água e o sertão – Conclusão* (OESP, SP, 4 de dezembro de 1940, Pág. 9)

⁹⁶ HOLANDA, S.B. *Pré-história das Monções I* (OESP-SP, suplemento literário, 29 de dezembro de 1943, ano I, n.º 12, Pág. 3).

⁹⁷ HOLANDA, S. B. *Pré-história das Monções II* (OESP-SP, suplemento literário, 4 de janeiro de 1943, ano I, n.º 13, Pág. 2)

⁹⁸ HOLANDA, S. B. *Pré-história das Monções III* (OESP-SP, suplemento literário, 12 de janeiro de 1943, ano I, n.º 14, Pág. 3)

⁹⁹ HOLANDA, S. B. *Uma povoação setecentista* (OESP – Suplemento Literário – SP, 23 de novembro de 1944, ano 2, n.º 57, Pág. 1)

todo um painel de como a ação recíproca de vários indivíduos, nas suas inter-relações, vai dar mobilidade e dinamismo ao processo de socialização nos primeiros tempos da colonização e, ao cabo, vai ser definitiva no processo de desbravamento do território do Brasil.

No texto *Pré-história das Monções I*, Sérgio Buarque de Holanda nos revela que “se os grandes canoões de tronco de ximbauva ou peroba são inseparáveis da história das monções no século XVIII, não foi menos importante, especialmente durante a fase anterior do desbravamento do território brasileiro, o emprego das simples igaras de casca, herdadas dos naturais da terra”¹⁰⁰.

O intercurso analisado aqui entre adventícios e naturais da terra é justamente aquilo que Simmel¹⁰¹ entendia como necessário para a compreensão de uma sociedade movediça, ou seja, captar a acepção mais densa dessa sociedade que é tudo aquilo, ações físicas e psicológicas, que pode engendrar um efeito recíproco entre os homens.

No texto *Pré-história das Monções II*, é a questão da escolha da melhor madeira, sua durabilidade e seu desempenho, que está em foco.

Essas pequenas canoas eram utilizadas para viagens de curta distância, tanto no mar como nos rios, embora nas vias fluviais tenham feito também longas jornadas. O fato de ser leve e de fácil manuseio faziam delas as preferidas

¹⁰⁰ HOLANDA, S. B. *Op. Cit*

¹⁰¹ KRACAUER, S. *Op. Cit.*

justamente nos trechos mais acidentados e, conseqüentemente, mais perigosos para a navegação e, por isso mesmo "o emprego desse meio de transporte requeria extraordinária perícia e constante prática, pois um simples passo em falso ou uma fenda no tênue material de que é feita basta para que a canoa emborque ou se inutilize durante a viagem. O europeu recém vindo, em particular, achava-a altamente incomoda e perigosa"¹⁰².

Eram, no entanto, canoas resistentes e velozes. Além de serem utilizadas para o transporte de provisões, ganhou outras diversas utilidades "em Cabo Frio, certos índios que viajavam em suas igaras realizaram a incrível proeza de tomar um grande navio francês depois de viajarem dias e noites a fio. Do mesmo modo, na ilha de São Sebastião, perto de São Vicente, mataram os índios oitenta marinheiros de Cavendish, apoderando-se, além disso, de um dos seus navios. Façanha semelhante praticaram alguns tamoios do Rio de Janeiro, apossando-se de um pequeno navio português que viajava a pouca distância da costa"¹⁰³.

Para a fabricação das igaras, cujo processo foi transmitido pelos índios aos colonos e mamelucos desde o início dos tempos coloniais, a primeira providência era a escolha da árvore apropriada. Em vários momentos as entradas coloniais teriam sido interrompidas e até retardadas pela simples carência de bons troncos, tamanha a dependência desses homens dessas canoas, sem as quais teria sido impossível vencerem a geografia hostil. Essas canoas construídas

¹⁰² HOLANDA, S. B. *Op. Cit.*

literalmente segundo as velhas técnicas indígenas vão formar o grosso das frotas do comércio e seriam amplamente utilizadas nas bandeiras paulistas.

Nestes textos, como podemos ver, já se encontra ensaiado o método que Sérgio Buarque de Holanda buscava para analisar o papel do povo brasileiro no processo de sedimentação da história colonial. Sem as técnicas indígenas e o seu conhecimento, as bandeiras e monções seriam impensáveis. Assim também como o conhecimento das vias fluviais, da flora, da fauna, e de outros elementos que somente a inter-relação com os nativos da terra se conheceu e, cujo conhecimento, se tornou um imperativo nessas entradas.

Outra peça importante desse mosaico é a questão da água e do sertão. Segundo Sérgio Buarque de Holanda “se os cursos de água nem sempre foram auxiliares prestimosos na marcha das bandeiras, sua ausência completa pôde determinar, não raro, problemas de difícil solução”¹⁰⁴.

Em dois textos intitulados *A água e o sertão I* e *A água e o sertão II*, Sérgio Buarque de Holanda vai analisar o papel da água, ou da sua falta, nas entradas.

O que vai chamar a atenção do autor é a intuição admirável e quase divinatória desses rudes topógrafos que são os sertanejos. Estes sabiam dizer com certeza o caminho que levaria a alguma fonte de água apenas “pela configuração, pelo colorido do terreno, por algum sinal só perceptível a

¹⁰³ HOLANDA, S. B. *Op. Cit.*

olhos experimentados”¹⁰⁵. Aqui mais uma vez é a experiência do gentio que vai ser de inapreciável valor para os práticos do sertão, ou seja, o extraordinário senso topográfico peculiar a esses homens e inacessível ao homem civilizado e a toda sua ciência. A extraordinária capacidade de observação e a sua intimidade com a natureza, que era peculiar aos naturais da terra e inatingível aos civilizados e a sua intimidade, faziam com que a convivência num mundo agreste e primitivo fosse menos hostil.

Entre essas árvores que vertem água estão a árvore-fonte, a árvore-rio, a maria-preta, o umbuzeiro e o mandacaru, essas verdadeiras “samaritanas do sertão”, pois o “líquido que vertia essas árvores era em tamanha quantidade que os viajantes chegavam a colocar alguidares e bacias por baixo dos ramos, a fim de recolhê-la”¹⁰⁶.

É inegável a decisiva importância dessas fontes vegetais, de que se serviam as antigas bandeiras, na exploração de nosso sertão. Em Euclides da Cunha pode-se também comprovar este fato, diz ele “se não existisse o umbuzeiro (...) aquele trato de sertão tão estéril (...) estaria despovoado”¹⁰⁷.

A distância entre as povoações e as extensas regiões ásperas seriam intransponíveis sem o recurso a estas plantas providenciais. O conhecimento dessa relação de plantas que retiam a água da chuva e que ajudavam a matar a sede

¹⁰⁴ HOLANDA, S. B. *Op. Cit*

¹⁰⁵ *Ibid.* Id.

¹⁰⁶ HOLANDA, S. B. *Op. Cit.*

¹⁰⁷ *Apud.* HOLANDA, S. B. *Op. Cit.*

contribuíram para permitir o conhecimento e a exploração de extensas zonas do território brasileiro e a alargar as suas fronteiras.

Já nos primeiros tempos da colonização europeia a presença de boas águas determinou muitas vezes a escolha de sítios destinados à instalação de povoados. Bons ares e boas águas “dois requisitos que andam sempre juntos e de certo modo relacionados, pois que a qualidade dos ares seria forçosamente prejudicada onde quer que existisse águas deletérias”¹⁰⁸.

Um desses povoados foi a formação da vila de Cuiabá, situada no extremo oeste da América luzitana e que Sérgio Buarque de Holanda vai tratar em artigo intitulado *Uma povoação setecentista*.

A escassa população dessa longínqua vila sertaneja, especializada em explorar as ricas aluviões auríferas ali acumuladas “dependiam exclusivamente, para o seu sustento, do que lhes levavam as canoas de monção”¹⁰⁹.

Só com o tempo é que principiaram a crescer na vizinhança das minas algumas plantações que produziam o mantimento básico daquela gente.

Esta é só um exemplo das inúmeras povoações que foram fundadas sertão a dentro em decorrência das entradas. Eram, por assim dizer, independentes, de tão distantes que estavam da jurisdição da Coroa Portuguesa. Tão distantes que as suas

¹⁰⁸ Ibid. Id.

¹⁰⁹ HOLANDA, S. B. *Op. Cit.*

fundações seriam impensáveis senão por meio do conhecimento topográfico dos naturais da terra.

Sérgio Buarque de Holanda vai juntando esses indícios que, ao cabo, vão compor o quadro de uma rede de sociabilidade das mais importantes, sem a qual, dificilmente se compreende inteiramente o Brasil Colônia. Quando publica *Monções* em 1945, são esses estudos que, re-elaborados formarão a espinha dorsal do livro, ou seja, a questão dos caminhos do sertão, do transporte fluvial, do ouro, dos sertanistas e mareantes, das estradas móveis e do comércio de Cuiabá.

Na época em que foi lançado o livro não obteve muita publicidade, *Raízes do Brasil* continuava a ser o livro de referência do autor. Com o final da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo os interesses estavam voltados para a política. Nos anos posteriores, com o início da guerra fria, a política continuaria por muitos anos, sobretudo no campo de produção das ciências sociais brasileira, ofuscando qualquer outro tipo de tema, ou de abordagem que não fosse nessa direção. Mas a originalidade de Sérgio Buarque de Holanda, neste período, está justamente nessa contramão. Enquanto todos se interessavam pelas massas, pelas superestruturas da sociedade, pela política e etc, Sérgio Buarque de Holanda voltava-se para aspectos microscópicos da dinâmica social.

O Extremo Oeste

Numa série de artigos publicados em jornais, intitulados *A Pré-história das Bandeiras*¹¹⁰, Sérgio Buarque de Holanda trata de um aspecto, até então, praticamente desconhecido da história colonial, ou seja, enquanto a tônica da colonização era bordejar o litoral, os paulistas se aventuraram em outras searas, e o maior exemplo disso é o caminho que se estabeleceu ainda em meados do século XVI entre a cidade de São Vicente e Assunción no Paraguai.

Estes artigos, publicados ao longo do ano de 1948, foram reunidos e originou o livro *O Extremo Oeste*, publicado postumamente em 1986, que segue também o caminho metodológico aberto pelo autor no livro *Monções*.

Neste livro notamos que a sociedade paulista segue, já em meados do século XVI, um percurso singular e muito particular em relação àquele modelo agro-exportador, escravista e litorâneo característico do período inicial da colonização¹¹¹ ou da exploração do território da América Portuguesa.

Essa sociedade paulista, cuja dinâmica é a interação com o meio, vai dar o tom do que seria a sociedade paulista nos séculos XVII e XVIII com o movimento mais sistematizado das

¹¹⁰ Publicados no jornal *O Estado de São Paulo* em julho de 1948

¹¹¹ Segundo Ilana Blaj "ao rejeitar esta visão [Sérgio Buarque de Holanda] rejeita igualmente as caracterizações que vêem o desenvolvimento de São Paulo colonial como residual, atípico, porque, nestas acepções, o que daria o parâmetro da tipicidade seria a integração no modelo agroexportador, escravista e colonial" In: CANDIDO, A. *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo-SP. Pág. 13.

bandeiras e monções, ou seja, uma sociedade móvel, porém, construindo os parâmetros de sua fixação sedimentação por meio de “pulsações, sangrias, despovoamento e povoamento”¹¹².

O percurso singular da sociedade paulista é a negação de todas as determinações da coroa portuguesa para a colonização da América Portuguesa. Os paulistas foram os que menos respeitaram regras e, por isso mesmo implantaram um modo de interação próprio, seguindo as exigências locais para o intercuro entre meio, sociedade, cultura e ambiente.

Assim é que enquanto a tônica da colonização era bordejar o litoral, os paulistas, se aventuraram em outras searas, e o maior exemplo disso é o caminho que se estabeleceu ainda em meados do século XVI entre a cidade de São Vicente e Assunción no Paraguai. Numa série de artigos publicados em jornais, intitulados “*A pré-história das Bandeiras*”, Sérgio Buarque de Holanda trata deste aspecto praticamente desconhecido da história colonial.

Para analisar esse processo uma das fontes do autor, é uma “relação” que Martin de Orue escreveu em 1554, relatando ao conselho de sua majestade o imperador tudo o que havia visto em sua viagem ao Peru, onde o autor destaca o seguinte trecho:

“Del peru vyno por el año pasado um pasajero natural portugues que se

¹¹² Ibid. Pág. 85.

dize domyngo nunes natural de moron
ques junto ala Raya de Castilla el qual
trajo de veynte a treynta myl
ducados este andado persuadiendo al
Rey por uma conquysta por el (Brasil)
para por ally entrar a las espaldas de
Cuzco.....”¹¹³

Esse relato de Orue, na sua íntegra, oferece importantes subsídios para o estudo das primeiras comunicações por terra firme entre São Vicente e Assunción e é, por isso mesmo, imprescindível para quem queira conhecer os primórdios da história da expansão paulista.

No capítulo III da *A pré-história das bandeiras*, intitulado “*As primeiras entradas vicentinas*” Sérgio Buarque de Holanda nos diz que “quase um século antes das investidas de caçadores de índios sobre o sertão ao sul do Paranapanema, numerosos moradores de São Vicente já iam até o Paraguai em busca do gentio manso”¹¹⁴.

Testemunho disso são os documentos quinhentistas, como, por exemplo, a carta do clérigo Martins Gonzáles datada de 1556, onde este se queixa do governador do Paraguai que, não contente em desprezar os naturais da terra “dava licença aos moradores de São Vicente para que

¹¹³ HOLANDA, S. B. *A pré-história das bandeiras II*. SP-SP. OESP. Julho de 1948.

¹¹⁴ HOLANDA, S. B. *A pré-história das bandeiras III*. . SP-SP. OESP. Julho de 1948.

pudessem retirar índios deste país e leva-los a São Vicente, e assim levaram muitos”¹¹⁵

Com o tempo, a movimentação nessa rota tornou-se intensa pois, na época, São Vicente passou a adquirir um significado particular no sistema de comunicação dos domínios espanhóis com a costa do Atlântico. O que facilitou essa relação foi o fato de já haver ali “a presença de um núcleo estável de população em contato mais ou menos assíduo com o velho continente”¹¹⁶.

Por meio das cartas jesuíticas Sérgio Buarque de Holanda confirma que embarcações saíam com destino à Europa com certa regularidade, como, por exemplo, as cartas de Nóbrega datadas de São Vicente, 12 de fevereiro de 1553, de 15 de junho e de 31 de agosto de 1553. Uma carta, especialmente importante é a de 25 de janeiro de 1554, pois dá notícia da fundação da cidade de São Paulo, naquela data¹¹⁷. Ainda outras cartas datadas de Santos, 25 e 30 de junho de 1553, dão testemunho desse movimentado intercambio.

Como podemos notar, eram constantes os embarques de navios para a Europa partindo ora de Santos ora de São Vicente, de modo que os traficantes passaram a se utilizar da rota entre São Vicente e Assunción para ter acesso ao Atlântico e conseqüentemente ao velho continente.

Mas a liberdade com que se utilizou essa rota clandestina logo foi relativizada, pois “a própria posição privilegiada de

¹¹⁵ HOLANDA, S. B. *A pré-história das bandeiras V.* . SP-SP. OESP. Julho de 1948.

¹¹⁶ HOLANDA, S. B. *A pré-história das bandeiras VII.* . SP-SP. OESP. Julho de 1948.

São Vicente e Santos para o intercâmbio com o ultramar, sua relativa proximidade das possessões castelhanas e o perigo que de tudo isso poderia decorrer, ao cabo, para a integridade das terras da coroa portuguesa iriam contribuir largamente para a decisão de Tomé de Souza, mandando 'cegar' o caminho por terra"¹¹⁸. Os interesses políticos prevaleceram sobre as vantagens econômicas que tiravam os vicentinos no comércio com os castelhanos.

Tendo então ordenado em 1553 o governador Tomé de Souza que se fechasse o caminho por terra a Assunción, a proibição foi submetida à Lisboa, onde foi mantida. O motivo principal que levou a coroa a proibir o trânsito pelo caminho é que um certo Adão Gonçalves "vizinho de São Vicente, levando mostras de um metal proveniente do Paraguai [...] feitos os ensaios verificaram tratar-se de prata e de muito boa mina"¹¹⁹. Bastaram essas insinuações para que, uma vez despertado a cobiça da coroa portuguesa, esta intervisse de forma definitiva para a proibição do tráfego por aquele caminho.

Com a proibição, cria-se a necessidade da fiscalização e da vigilância, e é exatamente nesse sentido que é fundada, por ordem, de Tomé de Souza, em 1553, a cidade de Santo André, "porta do sertão e passagem forçada dos viandantes, Santo André podia tornar-se posto de permanente vigilância"¹²⁰.

¹¹⁷ As cartas costumavam ser datadas nas vésperas da partida dos navios.

¹¹⁸ HOLANDA, S. B. *A pré-história das bandeiras VIII*. . SP-SP. OESP. Julho de 1948.

¹¹⁹ Ibid. id.

¹²⁰ HOLANDA, S. B. *A pré-história das bandeiras VII*. . SP-SP. OESP. Julho de 1948.

Ao que parece o caminho até o Paraguai foi realmente esquecido por quase meio século, segundo atestam alguns documentos, entre eles, a "Descripcion Colonial" de d. Reginaldo de Lizarraga onde se lê o seguinte:

"Solisse camiñar desde el Brasil al rio de la Plata em el parge de la Assumption (digo venja el camiño a salir frontero ò poço más arriba de donde esta poblada la Assumption) distancia de cocientos leguas por tierra poblada y no mal camiño; yo he visto hombre em la provincia de la Plata que desde el Brasil com otros viño hasta Assumption: agora no se camiña"¹²¹

Por outro lado, por essa mesma época, a possibilidade de abrir essa mesma rota para o comércio entusiasmou o ânimo dos paulistas conforme se pode constatar nas Atas da Câmara de São Paulo dessa época, ou seja, por volta de 1605 a 1616.

Desse modo, pode-se dizer que passado meio século, este caminho seria um dos primeiros caminhos usado pelos bandeirantes nos primórdios da expansão paulista no final do século XVI e no começo do século XVII.

¹²¹ LIZARRA, R. *Descripcion Colonial*. Buenos Aires. 1916, 2º vol. Pág. 246. *Apud*. HOLANDA, S. B. *A pré-história das bandeiras VIII*. . SP-SP. OESP. Julho de 1948.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, depois de reaberto este caminho até Assunción, não havia mais meios humanos que detivessem, como detiveram em 1553, “um movimento imposto pelas necessidades mais rudimentares de uma população que lutava contra o isolamento e a penúria. Pode-se dizer que essa primeira fase do movimento, bruscamente interrompido em seu nascedouro, teve um papel realmente decisivo depois de longa hibernação de mais de cinquenta anos. Ela marcou, por assim dizer, a vocação sertanista dos moradores da capitania de São Vicente”¹²²

Certamente não teria sido por mero acaso que a fundação de Santo André e mais tarde de São Paulo, se acham relacionadas àquelas primeiras tentativas de penetração do território. Erigidas as duas vilas à porta do sertão, seria ingênuo acreditar que essa porta devesse permanecer trancada para sempre, como não ficou.

Vale a pena citar um trecho em que Sérgio Buarque de Holanda nos relata exatamente as razões pelas quais as necessidades mais rudimentares de toda uma população, levaram inevitavelmente à retomada de um movimento *sui generis* de interação entre o homem, a cultura e o meio.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda: “A carência de braços para a faina rural constituía-se desde então, no tema predominante da história paulista. É à volta desse tema e provocados de algum modo por ele, que irão nascer alguns dos episódios impressionantes de nosso passado, aqueles,

¹²² HOLANDA, S. B. *Op. Cit*

sem dúvida, que mais nitidamente assinalarão a história social e política de São Paulo”¹²³. Segundo o autor, quem tente explicar a obra dos bandeirantes apenas pelo seu gosto de aventura ou pela ambição heróica de dilatar neste continente os domínios da Coroa portuguesa, dará, quando muito, uma explicação parcial. Estaremos bem mais perto daqueles homens, porém, e mais perto de compreendê-los quando tomarmos ciência de que “tudo quanto de grande empreenderam, obedece em parte considerável às exigências comezinhas e até prosaicas de sua vida doméstica e quotidiana. Lutaram teimosamente contra a pobreza e a mesquinhez, e saíram muitas vezes triunfantes dessa luta. Morando à margem das linhas naturais de comunicação e trato com o Reino, não puderam recolher indolentemente as riquezas fartas e quase ao alcance da mão com que contaram desde muito cedo os plantadores de açúcar do Nordeste ou da Baía. E como não dispusessem de semelhantes riquezas, também careceram do instrumento capital de produção naquelas áreas – o escravo, - que ia ter o senhor de engenho levado da Guiné no bojo dos navios negreiros”¹²⁴.

Para Sérgio Buarque de Holanda seus negros foram, sobretudo, quase unicamente, os “negros” da terra, nome que, por muito tempo ainda, designou apenas os indígenas do país. Para obtê-los precisavam correr distâncias cada vez maiores e enfrentar obstáculos de toda natureza e “só então podiam realizar, às vezes à custa de terríveis sacrifícios, o

¹²³ Ibid. Id.

¹²⁴ Ibid. Id

ideal muito humano de repouso e estabilidade que lhes parecera negado pela lei da natureza.”¹²⁵.

Caminhos e Fronteiras

Em 1957 Sérgio Buarque de Holanda publicou o livro *Caminhos e Fronteiras*, fruto já maduro dos estudos precedentes. Este livro também pode ser considerado um marco na historiografia brasileira, onde o conhecimento indiciário ganha uma forma magistral no contexto da obra do autor.

Todavia, os princípios da história social sempre estão presentes. Sérgio Buarque de Holanda nunca perde de vista o fato de que toda a estrutura da produção colonial estava centrada, nos três primeiros séculos, nestes três pilares: o latifúndio, a monocultura voltada para o mercado externo e o trabalho escravo. A economia colonial – escravista e mercantil – é uma economia meramente predatória. Nestes três primeiros séculos não se tem nenhum projeto de nação, o que explica também o tipo de povoação meramente litorânea.

Partindo desse pressuposto, ou seja, a colonização como um “capítulo da expansão comercial e marítima”, da formação do capitalismo e da acumulação primitiva de capital, não seria correto imaginarmos que o intercuro dos adventícios com os ameríndios, sobretudo no Brasil, tenha se realizado com troca

¹²⁵ Ibid. Id.

de amenidades entre ambos os lados. Pelo contrário, nesse primeiro momento, certamente esse intercuro teria se realizado mediante conflitos sangrentos.

Apenas num segundo momento, porém, é que o elemento orquestrador, por excelência, no processo de adaptação dos adventícios em meio às adversidades climáticas e mesológicas dos trópicos, teria sido à sua já anunciada plasticidade social, fruto de forças que se confrontaram e dos confrontos foram sedimentando novas formas de sociabilidade, sem a qual não teriam, como sugerimos, obtido sucesso.

Mas qual foi, na prática, esse processo em que são superados e desfeitos todos os limites étnicos e culturais, criando um novo espaço social no qual os ameríndios já não tinham mais garantido o seu lugar, ao mesmo tempo em que subtrai aos adventícios, o seu caráter europeu?

É indiscutível que para o trabalho de colonização portuguesa "a colônia é simples lugar de passagem", pois a característica fundamental e os objetivos dessa colonização, como vimos, estão meramente voltados para a exploração comercial, por isso o seu caráter litorâneo que lhe facilitava os negócios, enquanto que a colonização espanhola preferiu voltar-se para as terras do interior e para os planaltos.

As terras do interior não interessaram imediatamente os portugueses, pois o próprio regimento de Tomé de Souza, primeiro Governador Geral do Brasil, impunha todas as dificuldades às entradas terra dentro. Neste regimento lê-se

que é expressamente proibida a ida de uma terra à outra sem as devidas autorizações e licenças especiais concedidas pelo governo e pelo provedor - mor da fazenda real.

Apegaram-se tanto ao litoral que uma das medidas tomadas para conter a população no litoral eram as doações de capitanias próximas ao mar, onde os donatários, ali sim, pudessem construir quantas vilas quisessem.

A fundação de vilas próximas no litoral tinha, como objetivo, meramente a produção de gênero tropical para exportação, porque "os gêneros produzidos junto ao mar podiam conduzir-se facilmente à Europa e que os do sertão, pelo contrário, demoravam para chegar aos portos e quando chegavam eram demasiadas as despesas"¹²⁶.

A preponderância da colonização de tipo litorânea se faz, portanto, em detrimento das povoações que se fixaram no sertão adentro a despeito de toda política de ocupação meramente litorânea da metrópole. Embora não se desfizessem por completo os vínculos com a metrópole européia, essas povoações interioranas viviam num certo estado de abandono.

É somente a partir do terceiro século de domínio português que se inicia um processo de entrada para o interior do continente. Não porque os negócios na faixa litorânea haviam escasseado, mas sim, por causa do descobrimento do ouro nas Minas Gerais, em Cuiabá e, como vimos, do intenso comércio entre São Vicente e Assunción. Só

¹²⁶ HOLANDA, S. B. *Op. Cit.* Pág. 101.

a partir desse momento que as povoações do sertão ganham relevância, são percebidas e incorporadas pela metrópole.

O primeiro texto de *Caminhos e Fronteiras* discute as veredas de pé posto, ou seja, os caminhos de que se serviram aqueles que, contrariando as ordens expressas da metrópole, avançaram sertão adentro em busca de riquezas.

Para se chegar a partir da vila de São Paulo para o litoral ou para o sertão ou vice versa, as vezes era mais produtivo aos adventícios habituar-se à soluções e aos recursos materiais dos naturais da terra, por meio de suas veredas e atalhos, do que, certamente, desorientar-se seguindo os mapas e os toscos desenhos do amplo sistema de estradas expandindo-se a partir de São Paulo.

Sem este sistema viário previamente estabelecido pelos indígenas, dificilmente os adventícios teriam seguido por tamanha distância sertão adentro e continuariam por mais tempo, como diz o frei Vicente do Salvador "arranhando o litoral feito caranguejos"¹²⁷.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, eram de várias espécies esses tênues e rudimentares caminhos de índios, de modo que, para cada um deles usava-se um determinado tipo de artifício, tais como, marcar o trajeto assim como o costume indígena de fixar galhos em lugares estratégicos que serviriam de balizas ou marcadores para o caminho de volta, em outros era o modo de caminhar, descalço e em fila indiana que determinava o rendimento e o ritmo da marcha.

¹²⁷ Apud. HOLANDA, S. B. *Op. Cit.* Pág. 107.

Outro artifício era o de assinalar o caminho com golpes de machado nas árvores. O etnólogo Theodor Koch-Grünberg, no seu livro *Dois anos entre os Índios brasileiros*¹²⁸, narra diversos outros meios utilizados pelos indígenas que foram incorporados ao repertório dos adventícios. Foi para este etnólogo, por exemplo, que um índio Taulipanguê desenhou em suas miudezas o curso completo do rio Cuquenau, inclusive os seus setenta afluentes. Desenho que permitiu ao etnólogo maior precisão em suas incursões pela região Norte do Brasil.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, “onde não fossem praticáveis tais sistemas o índio encontrava meios de guiar-se pelo sol e pelos astros [...] durante a noite marcavam as horas pela observação das estrelas e constelações, durante o dia pela sombra que o polegar deixa na mão”¹²⁹.

Outro exemplo fantástico do costume indígena que foi muito utilizado pelos bandeirantes, é a sandália cujos rastros ficavam impresso em sentido inverso ao da caminhada e era “destinada a disfarçar o rumo da marcha”¹³⁰.

Eram essas algumas das inúmeras destrezas com que sabiam conduzir-se os naturais da terra. Foram essas influências indígenas que animaram, senão tornaram possíveis, as grandes empresas dos bandeirantes. Podemos dizer que em todas as instâncias os adventícios dependeram das técnicas dos naturais da terra para sobreviver. O

¹²⁸ KOCH-GRUNBERG, T. *Dois anos entre os Índios brasileiros*. Manaus-AM. EDUA. 2005.

¹²⁹ HOLANDA, S. B. *Caminhos e Fronteiras*. Editora Cia das letras. São Paulo – SP. 1994. Pág. 20.

intercurso que ocorreu na América Portuguesa entre duas culturas opostas e inicialmente hostis é fato *sui generis* na história.

Assim como na resolução do problema dos caminhos e o da água, a alimentação também foi um desafio vencido pelos adventícios por meio de sua fácil adaptação às iguarias da terra.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, para “a análise histórica das influências que podem transformar os modos de vida de uma sociedade é preciso nunca perder de vista a presença, no interior do corpo social, de fatores que ajudam a admitir ou a rejeitar a intrusão de hábitos, condutas, técnicas e instituições estranhas à sua herança cultural”¹³¹.

No caso dos adventícios esses eram mais transigentes e adotaram em larga escala os recursos e táticas indígenas de aproveitamento da fauna e da flora local para a sua própria sobrevivência.

Muitos dos alimentos que foram obrigados a comer, certamente causariam repugnância aos paladares europeus. Comiam, por exemplo, cobras, ratos, sapos, saúvas, igá torrada, macacos, larvas e raízes de vários gêneros de plantas, sendo que a mais conhecida delas a mandioca.

Esses intercursos culturais se caracterizam por uma excessiva maleabilidade, pela mistura étnica e também pela aculturação onde os indígenas desempenhavam um papel

¹³⁰ Ibid. Pág. 30.

¹³¹ Ibid. Pág. 55.

fundamental. Aqui, “o adventício tinha de ficar quase totalmente à mercê dos expedientes inventados pelo selvagem, pois o aparato técnico trazido do Velho Mundo era muitas vezes inútil em terras que não estivessem preparadas para recebê-lo”¹³². Houve, desse modo, desde sempre uma deglutição dos métodos europeus pelos métodos da terra¹³³, sobretudo nas técnicas relativas à caça e a pesca.

A simbiose entre métodos europeus e métodos rústicos era uma prática comum, por exemplo, quando o caçador, mesmo armado, procura “quase nivelar-se aos bichos e até às árvores da floresta, a fim de enganar e melhor destruir a sua presa”¹³⁴.

No universo literário de Guimarães Rosa¹³⁵, onde o mundo do homem sertanejo é representado na sua essência, este artifício anímico é uma constante no cotidiano dos personagens, onde há uma espécie de sentimento de comunidade e até de parentesco entre o homem e os demais seres da natureza.

A fauna e flora brasileiras, tão conhecida de nossos indígenas, não ofereciam apenas o recurso à alimentação, mas se revelava também uma verdadeira botica da natureza. A farmacopéia indígena era igualmente um recurso indispensável na jornada do sertão.

¹³² Ibid. Pág. 60

¹³³ Este aspecto antropofágico da cultura brasileira está estudado na obra de Oswald de Andrade.

¹³⁴ HOLANDA, S. B. Op. Cit. Pág. 69.

¹³⁵ Conferir, entre outros, GALVÃO, W. N. *Mitológica Rosiana*. São Paulo, Ática, 1978.

O poder curativo de algumas práticas indígenas partindo do uso de plantas e animais da fauna e flora local "tinha todos os requisitos para alarmar ou escandalizar os europeus"¹³⁶. Para os hábitos e tradições européias era uma afronta a utilização e a aplicação terapêutica de várias partes de animais selvagens, tais como, os chifres, ossos, dentes, unhas, cascos e couraças, seja por meio do uso direto ou da utilização mágica como patuás.

O uso desses medicamentos sofreu, todavia, o longo processo de "racionalização e assimilação a que o europeu sujeitou muitos de tais elementos, dando-lhes novos significados e novo encadeamento lógico"¹³⁷. Os adventícios souberam, desse modo, acolher entre os remédios indígenas o que lhes parecesse melhor e mais conforme a ciência e à superstição do tempo em que viviam.

O mérito da utilização dessas plantas e rituais curativos só foi possível, em grande parte, mais uma vez, pela plasticidade social dos adventícios que permitiram assim, como condição de sua própria sobrevivência, que permanecessem longamente vivas e fecundas as tradições, os costumes e até a linguagem da cultura que subjugaram. Na província de São Paulo, por exemplo, é notório e significativo o fato de que a língua portuguesa só suplantou inteiramente a da terra em meados do século XVIII.

Para finalizar, vamos ver nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda, alguns aspectos significativos das condições

¹³⁶ HOLANDA, S. B. *Op. Cit.* Pág. 78.

¹³⁷ *Ibid.* Pág. 80.

impostas pelo meio, da implantação em terra brasileira de uma civilização adventícia e, como essa civilização assimilou e provocou novas modalidades de convívio. Diz o autor: “a lentidão com que no planalto paulista se vão impor costumes, técnicas ou tradições vindos da metrópole [...] terá profundas conseqüências. Desenvolvendo-se com mais liberdade e abandono do que em outras capitanias, a ação colonizadora realiza-se, aqui, por uma contínua adaptação a condições específicas do meio americano. Por isso mesmo não se enrija logo em formas inflexíveis. Retrocede, ao contrário, a padrões primitivos e rudes: espécie de tributo pago para um melhor conhecimento e para a posse final da terra. Só aos poucos, embora com extraordinária consistência, consegue o europeu implantar num país estranho algumas formas de vida que trazia do Velho Mundo. Com a consistência do couro, não a do ferro ou do bronze, dobrando-se, ajustando-se, amoldando-se a todas as asperezas do meio”¹³⁸.

* * *

Essa metodologia utilizada por Sérgio Buarque de Holanda na abordagem da História do Brasil pode ser considerada de inspiração Simmeliana, mas decisivamente, a originalidade do autor o leva além e com isso elabora o seu próprio caminho nesta seara metodológica. Como vimos nos

¹³⁸ HOLANDA, S. B. *Monções*. Rio de Janeiro – RJ. 1945. Pág. 11-14.

três livros analisados, é do recorte minúsculo e dos problemas mais comezinhos, portanto do microscópico, e por isso não menos decisivo, da vida cotidiana, que o autor parte para entender as estruturas elementares da sociabilidade na colônia.

Numa crítica escrita nos anos 1940 e publicada no *Diário Carioca*, intitulada *Bandeiras e Monções*, acerca do livro *História do Brasil* de Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda faz uma *meã culpa* por um outro texto que havia publicado anteriormente onde dizia que “sabíamos que ele [Capistrano de Abreu] é grande conhecedor de nossos fatos históricos, e por isso, para estimular, lhe fizemos rasgados elogios na memória que inserimos no *Livro do Centenário do Descobrimento do Brasil*. Mas após mais de dez anos de espera reconhecemos que seu saber é puramente micrológico e de minúcias, sem relevo de espécie alguma”¹³⁹.

Hoje, reconhece o autor “esses argumentos dificilmente prevalecem, pois já não nos parece tão evidente que em grande historiador brasileiro, como o foi Capistrano de Abreu, tivesse por dever incluível escrever alguma copiosa História do Brasil. Preferimos com freqüência, e não sem boas razões, o amor à minúcia significativa, explorada até o íntimo, àquele gosto macrológico do painel abundante, que talvez acrescente ao nosso saber teórico, mas não ilumina verdadeiramente o conhecimento do passado”¹⁴⁰.

¹³⁹ HOLANDA, S. B. *Bandeiras e Monções*. Diário Carioca. Rio de Janeiro-RJ. 1942.

¹⁴⁰ Ibid. Id.

Segundo Antonio Candido, nestas obras (*Monções, O Extremo Oeste e Caminhos e Fronteiras*) é possível “destacar certos traços que mostram como era avançada a sua concepção de História do Brasil (...) como historiador, o seu interesse principiava na esfera da cultura material, o artefato, o mister, a técnica de sobreviver, de caçar, de transportar e seu papel respectivo na grande aventura de ocupação do território pelo colonizador”¹⁴¹.

¹⁴¹ CANDIDO, A. In: HOLANDA, S. B. *Para Uma Nova História*. Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo-SP.

SEGUNDA PARTE

1945-1960

Com o final do Estado Novo e o início da experiência democrática no Brasil, duas das questões mais urgentes que se apresentaram neste período, foram a da eleição e a da nova constituição que se fazia necessária. Em 1945 o presidente Dutra venceu as eleições para e presidente e no início de 1946 se iniciaram os trabalhos em torno da nova constituição. Nesse ano Sérgio Buarque de Holanda ingressa na Escola de Sociologia e Política como professor de História Econômica do Brasil em substituição a Roberto Simonsen, e trabalhava na elaboração do livro *Monções*.

Um outro processo que se inicia nesse período é o da retomada, por parte, sobretudo, dos intelectuais, dos movimentos de esquerda, veementemente combatidos durante os anos do Estado Novo. Um exemplo dessa nova fase é o fato de o Partido Comunista Brasileiro (PCB) ter deixado a clandestinidade e participado inclusive das eleições presidenciais de 1945, embora tenha, já no ano seguinte sofrido novamente perseguição política por parte agora do governo Dutra e sendo, por fim, levado novamente à clandestinidade em 1948, tendo inclusive sido cassado os mandatos dos deputados, senadores e vereadores eleitos pela legenda do partido na última eleição¹⁴².

Nesta esteira de retomada, Sérgio Buarque de Holanda esteve presente na fundação da Esquerda Democrática.

¹⁴² FAUSTO, B. *História Concisa do Brasil*. São Paulo – SP. Ed. EDUSP. 2001.

A Esquerda Democrática foi fundada em sua primeira convenção, no Rio de Janeiro, entre os dias 07 e 14 de abril de 1946. Foram seus fundadores, Sérgio Buarque de Holanda, Castro Rebelo, Hermes Lima, Alceu Marinho do Rego, Octávio Tarquino, Gastão Cruels, Manuel Bandeira, Guilherme Figueiredo e Arnaldo Pedroso Horta, entre outros. Somente em sua segunda convenção é que a Esquerda Democrática adotaria a denominação de Partido Socialista Brasileiro, exatamente em 16 de agosto de 1947, denominação que manteria até a sua extinção pelo AI-2 em 1965, quando foram extintos praticamente todos os partidos políticos no Brasil.

Ter se vinculado à Esquerda Democrática e ao Partido Socialista Brasileiro foi uma atitude de franca coerência com o seu pensamento político porque o programa político da Esquerda Democrática resumia, basicamente, a posição política de Sérgio Buarque de Holanda e nos serve, inclusive, para lançar luz sobre a sua posição política no livro *Raízes do Brasil*, publicado dez anos antes. A rejeição tanto ao comunismo como ao liberalismo e sua adesão desde sempre a um socialismo democrático. Até por isso mesmo nunca ter se vinculado ao Partido Comunista, por exemplo, como foi o caso de muitos dos fundadores da Esquerda Democrática e do Partido Socialista Brasileiro.

O professor Alexandre Hecker, em sua tese de doutorado intitulada *Socialismo sociável: o PSB paulista em tempos de guerra fria (1945-1965)*, expõe de modo claro os antecedentes da criação do Partido Socialista Brasileiro, inclusive a intrincada teia que se formou imediatamente após

o fim do Estado Novo e em função da eleição que se avizinhava.

Para Alexandre Hecker, o embrião do Partido Socialista Brasileiro, surge de um processo de fusão de vários núcleos esquerdistas, num processo que reunia grupos ideológicos socialistas de vários matizes diferentes e “uma das conseqüências não menos importantes do regime ditatorial do Estado Novo foi provocar o nascimento de grupos oposicionistas, em São Paulo, marcados por um comportamento que rejeitava dois tipos comuns de características partidária da esquerda: aquele que se distinguisse por ausência de liberdade interna, e o que se apoiasse na superação da luta de classes pela via comunista soviética”¹⁴³

Nesse espírito é que esse grupo de socialistas, a essa altura, muitos deles, já ex-militantes do Partido Comunista Brasileiro não apoiaram o candidato do Partido à presidência, o engenheiro Yedo Fuiza, e decidiram apoiar a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, pois segundo Mario Pedrosa, diretor do periódico *Vanguarda Socialista*, da facção trotskista, “o caráter de luta revolucionária de massa pelo poder para tomar a aparência de uma campanha presidencial. O movimento encabeçado por Eduardo Gomes significa, no jogo das contradições sociais, um movimento progressista no sentido político; representa uma conglomeração de elementos sociais diferentes em ação unida contra a ditadura”¹⁴⁴.

¹⁴³ HECKER A. Socialismo sociável: o PSB paulista em tempos de guerra fria (1945-1965). Tese de doutorado. USP. São Paulo-SP. Pág. 55.

¹⁴⁴ PEDROSA, M. *Vanguarda Socialista*, 31 de agosto de 1945.

Outra iniciativa bastante representativa dessa nova esquerda que surge no país foi a fundação da União Democrática Socialista que teve como o seu principal articulador o crítico de arte Paulo Emílio Salles Gomes.

Todas as diretrizes desse socialismo democrático seriam descritas no manifesto da UDS, redigida em 1945 pelo próprio Paulo Emílio e assinada tanto por nomes egressos do comunismo, como de trotskistas, além de professores, jornalistas, universitários, intelectuais e artistas.

Embora a UDS tivesse tido vida efêmera, pois "suas forças eram fracas e as tarefas muito grandes, pois tangida pela questão da participação eleitoral, necessária à viabilidade de seu projeto"¹⁴⁵, o seu grande mérito foi integrar-se à chamada Esquerda Democrática fundada em agosto de 1945. A Esquerda Democrática tinha uma abrangência maior em termos de filiação partidária em diversos Estados do país, enquanto que a UDS estava mais restrita a São Paulo, mas o campo aberto pela UDS estava demarcado e "restava politizar, inserir as diretrizes numa prática que considerasse a luta interna e sua viabilização em termos de sociedade e Estado. Restava consignar um manifesto de ação político partidária e fixar as reivindicações"¹⁴⁶.

O manifesto escrito por Paulo Emílio para a UDS, serviu também de plataforma para a Esquerda Democrática e seria também do seu segmento oficial o Partido Socialista Brasileiro.

¹⁴⁵ HECKER, A. Pág. 59.

¹⁴⁶ Ibid. Pág. 72

É justamente por meio desse manifesto que podemos tirar algumas evidências que podem nos levar a delimitar o pensamento político de Sérgio Buarque de Holanda. Por meio das razões pelas quais o autor tomou partido, primeiro pela fundação da Esquerda Democrática e segundo do Partido Socialista Brasileiro.

Embora não tenha participado da elaboração do documento, que foi redigido inteiramente por Paulo Emílio em São Paulo, as idéias contidas nele correspondiam ao que Sérgio Buarque de Holanda entendia como um processo seguro rumo à democratização do país. Este é, certamente, o motivo principal que o fez se engajar de início à ED e posteriormente ao PSB.

Há, sem dúvidas, pontos importantes de interseção entre o conteúdo do manifesto e, por exemplo, o pensamento político de Sérgio Buarque de Holanda exposto no livro *Raízes do Brasil*. Vejamos alguns desses pontos:

1-] A fundação da Esquerda Democrática representou o esforço de se organizar uma via socialista para o desenvolvimento do país, uma espécie de meio termo entre os dois grandes programas políticos vigentes na época, liberais conservadores oriundos das facções fascistas de um lado e comunistas revolucionários stalinistas de outro. Desde *Raízes do Brasil*, publicado em 1936, portanto, dez anos antes desse movimento de regeneração das forças socialistas no país, Sérgio Buarque de Holanda já pensava numa via socialista democrática como a única saída possível para uma

modernização inclusiva no país.

No capítulo *Nossa Revolução*, de *Raízes do Brasil*, o autor expõe as suas idéias quando diz sobre o integralismo: “não seria difícil prever o que poderia ser o quadro de um Brasil fascista [...] na doutrinação dos nossos integralistas, com pouca corrupção a mesma que aparece nos manuais italianos, faz falta aquela truculência desabrida e exasperada, quase apocalíptica, que tanto colorido emprestou aos seus modelos da Itália e da Alemanha. A energia sobranceira destes transformou-se, aqui, em pobres lamentações de intelectuais neurastênicos [...] com efeito, tudo faz esperar que o integralismo será, cada vez mais, uma doutrina acomodatória, avessa aos gestos de oposição que não deixam ampla margem às transigências, e partidária sistemática da ordem, quer dizer, do poder constituído”¹⁴⁷.

Sobre o comunismo diz: “deu-se com eles coisa semelhante [...] tudo quanto o marxismo lhes oferece de atraente, essa tensão incoercível para um futuro ideal e necessário, a rebelião contra a moral burguesa, a exploração capitalista e o imperialismo, combina-se antes com a mentalidade anarquista de nosso comunismo do que com a disciplina rígida que Moscou reclama dos seus partidários”¹⁴⁸.

Na seqüência de sua crítica às experiências de outras elaborações engenhosas que não nos levaria a nos encontrarmos um dia com a nossa realidade, mesmo os princípios do liberalismo, que entre nós, no terreno político e

¹⁴⁷ HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Ed. Cia das letras. São Paulo-SP. 1995

¹⁴⁸ Ibid. Id.

social tem sido, segundo o autor, uma inútil e onerosa superfetação.

Sua crítica final consiste em dizer que “poderemos ensaiar a organização de nossa desordem segundo esquemas sábios e de virtude provada, mas há de restar um mundo de essências mais íntimas que, esse, permanecerá sempre inato, irreduzível e desdenhoso das invenções humanas. Querer ignorar esse mundo será renunciar ao nosso próprio ritmo espontâneo, à lei do fluxo e refluxo, por um compasso mecânico e uma harmonia falsa [...] o espírito não é força normativa, salvo onde pode servir à vida social e onde lhe corresponde. As formas superiores da sociedade devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas”¹⁴⁹.

A pergunta que cabe fazer é se seria o socialismo democrático a melhor via para a modernização brasileira? Não só modernização no sentido econômico, mas das relações políticas e sociais?

Para Sérgio Buarque de Holanda, assim como para todos aqueles que se engajaram na fundação da UDS, da Esquerda Democrática e do Partido Socialista Brasileiro, parece que o socialismo democrático era o programa que mais se aproximaria do ideal para o desenvolvimento e o fortalecimento de uma sociedade democrática em todos os sentidos no Brasil.

¹⁴⁹ HOLANDA, S. B. Pág 188

2-] Um segundo ponto de interseção que pode ser observado é o próprio conteúdo do manifesto, o seu programa político-social e as suas reivindicações imediatas.

O manifesto começa com a afirmação categórica de que no Brasil “nunca houve democracia”, uma expressão que seria amplamente utilizada por Sérgio Buarque de Holanda em seus textos e entrevistas. Vamos selecionar alguns trechos do manifesto representativos do ponto de vista da aproximação com as idéias de Sérgio Buarque de Holanda exposta, sobretudo, no livro *Raízes do Brasil*.

No manifesto está expressa as seguintes idéias: “O Estado Novo implantado por Getulio Vargas com o auxílio do integralismo e a cumplicidade de largos setores das classes conservadoras, representa historicamente um supremo esforço de consolidação das oligarquias que sempre se opuseram ao progresso do Brasil [...] os representantes das classes conservadoras receberam a ditadura com simpatia, ou pelo menos, sem oposição, porque o regime fascista [...] atendia aos seus interesses de classe [...] dessa forma pôde o Estado Novo consolidar-se e manter o seu quadro de opressão política, econômica e social em favor das classes conservadoras”¹⁵⁰.

Como já vimos no primeiro capítulo desta pesquisa, que tratou da visão política do autor no livro *Raízes do Brasil*, todo o livro se estrutura em torno da mesma idéia expressa no manifesto, ou seja, a da superação das oligarquias que dominam o cenário social, político e econômico brasileiro. Em

Raízes do Brasil lemos: “essa vitória [da modernização] nunca se consumará enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas e [...] aristocráticos, onde ainda assenta nossa vida social [...] somente através de um processo semelhante teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as conseqüências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar”¹⁵¹.

E escrevendo em 1936, na ante-sala do Estado Novo e logo após a repressão da intentona comunista de 1935, Sérgio Buarque de Holanda, podia quase que prever o que viria quanto reação conservadora das elites brasileiras. Segundo o autor, “contra sua cabal realização [da modernização] é provável que se erga, e cada vez mais obstinada, a resistência dos adeptos de um passado que a distância já vai tingindo de cores idílicas [...] não é impossível, porém, que se traduza diretamente em formas de expressão social capazes de restringir ou comprometer as esperanças de qualquer transformação profunda”¹⁵².

Quando das eleições é que Sérgio Buarque de Holanda se filia ao partido, neste ano (1945), Sérgio Buarque de Holanda concordou em figurar como candidato a vereador, mas única e exclusivamente com o intuito de completar o número exigido de candidatos para a apresentação da chapa. Sobre esse episódio, declarou anos mais tarde: “naquela eleição fui derrotado vergonhosamente, é preciso enfatizar. Eu não tinha

¹⁵⁰ GOMES, P. E. S. Pág. 99-100. Manifesto UDS.

¹⁵¹ HOLANDA, S. B. *Op. Cit.* Pág. 180.

¹⁵² *Ibid.* Pág. 180-181

jeito para pedir votos, direta ou indiretamente. Com o fim do Estado Novo, a única coisa que queríamos era fundar o partido, o que, afinal, conseguimos”¹⁵³.

Em 1948 o autor retoma, mais uma vez, sua atividade como crítico literário no jornal *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro. Sobre essa “recaída” declarou: “ao deixar a atividade regular de crítico literário, há mais de seis anos [1941], eu não imaginava retomá-la algum dia. Preferi por muito tempo conservar-me o que sempre fora, um bissexto da crítica, sem mais obrigações e responsabilidades do que escrever em horas vagas sobre livros que ocasionalmente me interessavam”¹⁵⁴.

O relatório da ONU sobre democracia

Com o final da Segunda Guerra Mundial em 1945, o saldo trágico por ela deixado foi devastador: um custo material superior a um bilhão e trezentos milhões de dólares, mais de trinta milhões de feridos, cerca de cinqüenta milhões de mortos. Só a União Soviética perdeu mais de vinte milhões de habitantes, a Polônia seis milhões, a Alemanha cinco e meio milhões, o Japão um e meio milhão. Morreram ainda, cerca de

¹⁵³ Entrevista a Revista *Veja* 1976.

¹⁵⁴ *Ibid.* Id.

seis milhões de judeus nos campos de concentração nazistas¹⁵⁵.

Finda a guerra, no mesmo ano de 1945, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo principal de manter a paz e a segurança internacional e desenvolver a cooperação entre os povos na busca de solução dos problemas econômicos, sociais, culturais e humanitários, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais.

Uma das preocupações iniciais da ONU foi tentar entender por que a Segunda Guerra Mundial havia eclodido e qual o papel dos regimes totalitários – fascistas liderados na Alemanha por Hitler, na Itália por Mussolini e na Espanha por Franco – na gênese dos conflitos.

A preocupação maior que se tinha era com o fortalecimento da democracia no mundo e é nesse espírito que em 1949 a UNESCO, um dos organismos criados pela ONU, reuniu vários intelectuais de diversos países para debater e tentar encontrar caminhos para o desenvolvimento – onde não houvesse – e para o fortalecimento – onde a guerra havia abalado - de sociedades mais democráticas.

Do Brasil o representante foi Sérgio Buarque de Holanda, de modo que o ano de 1949 marca o seu retorno para a Europa para participar de tão importante projeto: o comitê, composto por representantes de oito países, organizado com o objetivo de discutir o conceito de democracia.

¹⁵⁵ FAUSTO, B. *Op. Cit.*

Sérgio Buarque de Holanda ainda participaria de dois outros comitês a convite da UNESCO, em Paris. Um para estudar os contatos entre civilizações e culturas, e outro, para discutir a possibilidade de tradução de obras representativas de diferentes localidades. Nessa ocasião também, pronunciou três conferências na Sorbonne.

Para Sérgio Buarque de Holanda, pensar a questão da democracia era fundamental, pois o Brasil havia acabado de sair de uma longa ditadura, cujo governo havia, em determinado momento, até demonstrado simpatia pelos regimes totalitários. Pensar o conceito de democracia era para Sérgio Buarque de Holanda, um forma e uma oportunidade de repensar a história recente do Brasil e retomar aquilo que é o fio da meada de sua produção historiográfica que é a questão da participação do povo na história do Brasil.

No final dos anos 1940 Sérgio Buarque de Holanda escreveu para os jornais *Diário de Notícias* e *Diário Carioca*, alguns textos comentando as suas impressões e a sua contribuição ao trabalho que acabava de empreender junto à ONU.

Nestes textos o que salta aos olhos é a visão sofisticada, para a sua época, que o autor tinha da conjuntura que se formava no período pós-guerra nos quadros da política internacional. Mesmo escrevendo em um período muito recente do final da guerra para se emitir algumas análises tão acertadas.

Num primeiro texto que escreveu: *Problemas da*

*democracia mundial*¹⁵⁶, o autor comenta a primeira etapa do trabalho na ONU que tinha sido constituída de um inquérito largamente distribuído, cujas respostas deveriam, esperava-se, fornecer a maior variedade possível de pontos de vista acerca do conceito de democracia.

Essa era a preocupação maior da época, pois logo que a guerra terminou, o que se procurava estabelecer foi uma “família mundial das nações democráticas”, com o propósito comum de se atingir uma solução para os conflitos econômicos, políticos e sociais do tempo presente, partindo dos princípios democráticos. Pois, como diz o autor: “mais do que em qualquer outra época da história, as divergências políticas de nosso tempo são inseparáveis dos conflitos de idéias. Até onde aquelas divergências podem tomar vulto, convertendo-se em nova ameaça à paz entre as nações e, no interior das nações, entre as classes e os indivíduos mostram-nos a evidência os sucessos desses três últimos decênios e, muito em particular, dos últimos três anos”¹⁵⁷.

E mais adiante: “não se pode dizer que o alijamento, em 1945, dos fascismos nacionalistas como fator ponderável dos conclave internacionais tenha ajudado decisivamente a clarear a atmosfera. A verdade, bem ao contrário, é que as esperanças de paz nunca pareceram mais longínquas e inúteis do que nos dias atuais. Subjugado o inimigo, que permitira uma composição ou um compromisso de emergência entre as

¹⁵⁴ HOLANDA, S. B. Diários de Notícias. RJ – RJ. 1949. Publicado também em HOLANDA S. B. *Para uma nova História*. Ed. Fundação Perseu Abramo. SP-SP. 2004.

¹⁵⁷ HOLANDA, S. B. *Op. Cit.*

forças antifascistas, o que testemunhamos presentemente é o expandir-se, de modo por vezes assustador, das diferenças radicais que de fato as separavam, mesmo nos anos de guerra. As posições adversas definem-se e elucidam-se com tamanha nitidez que deixam escassa margem a qualquer perspectiva de um entendimento tranqüilizador”¹⁵⁸.

Isso porque com os primeiros anos do pós-guerra apresentou-se um panorama bem diferente do da Primeira Guerra Mundial, onde a desmobilização militar foi generalizada e a produção bélica cessou. Após 1945, entretanto, as grandes potências não só conservaram os seus exércitos, mas desenvolveram ainda mais a indústria bélica.

O mundo se organizou sobre novas bases, destituindo a Europa da posição de eixo do poder mundial e elegendo Washington e Moscou como novos centros, o que reativou o confronto entre capitalismo e comunismo. As nações tendiam para um ou outro pólo de poder, fixando a bipolarização do mundo, marcada pela tensão internacional, alimentada pelo conflito ideológico e político dos Estados Unidos e da União Soviética.

Para Sérgio Buarque de Holanda essas novas bases “acham-se representadas, de um lado, pelos que professam confiança ilimitada nos princípios defendidos pela Revolução Norte-Americana e pela Revolução Francesa, por tudo enfim, quanto os seus contrários qualificam, não sem desdém, de democracia liberal ou formal, ou estritamente política; de outro, pelos que aceitaram sem reservas os postulados do

¹⁵⁸ Ibid. Id.

marxismo e o processo de sua prática nas repúblicas soviéticas, ou seja, a “democracia” tomada numa acepção, sobretudo, político-social”¹⁵⁹.

O inquérito empreendido pela ONU, que se trata na verdade de um meticuloso questionário envolvendo uma parte considerável dos diferentes tópicos que gravitam em torno da expressão democracia, visava precisar os conceitos de liberdade, de direito, de legalidade, entre outros e, ao cabo, procurar entender a fundo os dois mundos que ora se defrontavam.

Mas a questão chave do inquérito, segundo Sérgio Buarque de Holanda era mesma a de tentar delimitar em que medida o termo democracia é ambígua, tendo em vista que não deixa de ser altamente significativo o fato de que para cada um dos grupos ideológicos em contraste, essa palavra tenha um valor igualmente honorífico e cada qual presuma, naturalmente, interpretá-la da maneira mais genuína.

Desse modo, a palavra democracia deve ser usada “para exprimir uma noção estreita, noção política, designando os métodos que dirigem a tomada de decisões, ou há de ser empregada para exprimir um conceito largo, conceito político-social, designando não apenas as condições e métodos da tomada de decisões, mas também os seus resultados?”¹⁶⁰.

Há aqui um problema social na medida em que se pensa se uma democracia social poderia funcionar como tal se nada

¹⁵⁹ Ibid. Id.

¹⁶⁰ Ibid. Id.

fosse feito para torná-la democracia? E um problema político, pois a democracia política representaria o melhor meio para se atingir o objetivo da democracia social? Existiria entre esses dois conceitos uma relação de meio e fim?

A questão de fundo era a seguinte: qual seria enfim “a natureza terminológica, de fato, ou normativa, do desacordo entre os teóricos adeptos da prioridade da “democracia política” considerada como meio de se realizar a “democracia social” e aqueles que preconizam a “democracia social” como o meio de se realizar a “democracia política”¹⁶¹.

Para Sérgio Buarque de Holanda essa discussão era muito presente, por um lado por suas próprias convicções sobre ser a grande revolução brasileira justamente uma democracia social; e por outro lado, a realidade brasileira que quando muito conseguia atingir uma democracia política, por meio da eleição direta, o direito ao voto e etc.

Essa foi uma discussão fecunda entre os oito componentes do comitê de Sérgio Buarque de Holanda e da uma dimensão do considerável esforço empreendido no sentido de uma análise das divergências ideológicas e das soluções possíveis para essas divergências.

Num segundo texto, publicado logo depois, intitulado *Introdução à Democracia*¹⁶², Sérgio Buarque de Holanda retoma a discussão sobre o inquérito que já havia sido devolvido, com um lamentável grau de abstencionismo

¹⁶¹ Ibid. Id.

¹⁶² HOLANDA, S. B. Diários de Notícias. RJ – RJ. 1951. Publicado também em HOLANDA S. B. *Para uma nova História*. Ed. Fundação Perseu Abramo. SP-SP. 2004

generalizado entre, sobretudo, os estudiosos brasileiros, aos quais o inquérito havia sido enviado. Sérgio Buarque de Holanda comenta aqui a única participação brasileira, a do Sr. Wilson Martins¹⁶³.

Segundo este autor, comenta Sérgio Buarque de Holanda, é a inflexão política que domina sem contraste, mas na verdade “no Brasil, as definições unicamente políticas de democracia já passaram um pouco de moda ou, ao menos, já não se fazem escutar com demasiada freqüência”¹⁶⁴.

Certamente Sérgio Buarque está se referindo aqui a políticos e intelectuais, inclusive a si mesmo, vinculados ao Partido Socialista Brasileiro, que na esteira da abertura política fundaram um partido justamente pensando numa modernização e numa democracia inclusiva para o país.

Partindo da famosa declaração de que a democracia é o governo “do povo, pelo povo, para o povo” o Sr. Wilson Martins admite apenas duas proposições essenciais ao regime democrático, ou seja, um governo do povo e pelo povo, mas ainda segundo o autor “não possui o privilégio de ser um governo para o povo, se a preposição para o valor de decisões tomadas para o bem estar geral da coletividade [...] por que tais decisões tomadas não são de caráter político, mas de natureza administrativa”¹⁶⁵.

Para Sérgio Buarque, ao contrário do Sr. Wilson Martins,

¹⁶³ Autor do livro *Introdução à Democracia Brasileira*. Editora Globo. Porto Alegre, 1951

¹⁶⁴ HOLANDA, S. B. *Op. Cit.*

¹⁶⁵ MARTINS, W. apud HOLANDA, S. B. *Op. Cit.*

a preposição “para” não é essencial apenas à noção de democracia “em verdade nenhum governo digno desse nome pode existir ou subsistir sem que inclua entre suas atribuições essenciais a de promover o bem público”¹⁶⁶.

O engano do Sr. Wilson Martins, segundo Sérgio Buarque, consiste justamente em amarrar “fortemente a idéia de governo para o povo às teorias modernas de planificação econômica ou, ainda mais, às apologias do Estado onipotente”, o que o levou ao pensamento de que “todos os sistemas de governo existem para o povo e a não distinguir a democracia social dos sistemas totalitários”¹⁶⁷.

Por fim, Sérgio Buarque de Holanda afirma que o autor poderia ter evitado tal generalização se considerasse que a proposição “governo para o povo” é inseparável do resto da declaração, ou seja, “do povo, pelo povo”, pois, “os governos feitos apenas para o povo erigidos em juízos exclusivamente à custa de mecanismos de propaganda tão poderosos que abafam toda voz contrastante e, ao cabo, só deixam ouvir a ressonância de sua mesma linguagem [...] não é outra coisa, aliás o que fazem os regimes totalitários”¹⁶⁸.

No terceiro texto, intitulado *A Democracia e a Tradição Humanista*¹⁶⁹, Sérgio Buarque de Holanda discute a questão debate no comitê em torno das formas da democracia, onde se procurou renunciar a oposição entre democracia formal e

¹⁶⁶ HOLANDA, S. B. *Op. Cit.*

¹⁶⁷ *Ibid.* Id.

¹⁶⁸ *Ibid.* Id.

¹⁶⁹ HOLANDA, S. B. *Diários de Notícias*. RJ – RJ. 1949. Publicado também em HOLANDA S. B. *Para uma nova História*. Ed. Fundação Perseu Abramo. SP-SP. 2004

real, ocidental e oriental, substituindo esses termos por “democracia liberal” e “democracia de massas”.

Para Sérgio Buarque de Holanda, o termo “democracia de massas” cunhado primitivamente para designar tanto o regime soviético como os regimes totalitários traz em si uma “indistinção perigosa e discutível”. Assim como dentro da designação “democracia liberal” deve ser considerada também a sua forma socialista que “se aproxima das democracias populares pelos seus objetivos, mas não subverte as formas de representação, as relações de classe e a estrutura do Estado”¹⁷⁰.

A ambigüidade, portanto, não reside, mais uma vez, no conceito de democracia, mas na variedade de sua interpretação. Variedade essa condicionada ao que pode estar relacionada às condições históricas e sociais de cada povo.

Ambigüidades a parte, a conclusão a que chegou o comitê é a de que todas as formas de democracia participam de uma tradição comum de humanismo, “tanto as formas coletivistas como as liberal-democráticas buscam igualmente a justiça, a igualdade, a liberdade, a liberação do homem para o amplo desenvolvimento das suas faculdades, o igual acesso aos benefícios da civilização e a livre participação nas funções públicas”¹⁷¹.

Embora nenhuma delas professe a doutrina da dignidade superior de uma raça ou a prioridade definitiva do Estado

¹⁷⁰ HOLANDA, S. B. *Op. Cit.*

¹⁷¹ Relatório da ONU apud HOLANDA, S. B. *Op. Cit.*

sobre o indivíduo, ambas existem apenas no campo da pura abstração, já que, segundo Sérgio Buarque de Holanda, “seria lícito objetar que, na prática atual, nenhum desses princípios é universalmente respeitado”¹⁷².

Esse relatório da ONU serviu para alargar ainda mais a visão política de Sérgio Buarque de Holanda, sobretudo a sua convicção sobre a revolução social que se devia operar no Brasil acompanhada de uma democracia política.

* * *

Em 1950 Sérgio integrou a delegação brasileira que viajou ao I Colloquium de Estudos Luso-Brasileiros, que se reuniu em Washington para comemorar também o 150º aniversário da biblioteca do congresso.

No ano de 1952 seguiu para a Itália para atuar como professor na Universidade de Roma, assumindo a cadeira de Estudos Brasileiros. Antes, em 1950, fora eleito para a presidência da secção paulista da Associação Brasileira de Escritores, cargo que deixou ao partir para a Europa.

Na Itália e na Europa atuou de forma intensa tanto no ensino como na pesquisa, que era o seu forte como

¹⁷² HOLANDA, S. B. *Op. Cit.*

intelectual, além de outras tantas atividades, tais como: representou a embaixada do Brasil no Conselho de Administração da Fundação Américo Rotellini; assistiu, em Veneza, ao congresso organizado pela Société Européenne de Culture; colaborou na organização de um volume da revista *Ausonia*, de Siena, onde publicou o artigo *Apposto italiano nella formazione del Brasile*; na Suíça, por ocasião do Rencontres internationales de Gêneve, conferiu a conferência *Le Brésil dans la vie americane*; no Liceum Romano proferiu a seguinte palestra *L'Itália nello sviluppo e nella vita del Brasile*; no capitólio falou sobre a cidade de São Paulo, em cerimônia realizada por ocasião da comemoração do IV centenário de sua fundação; prestou importante colaboração no Instituto de Studi Brasiliani; foi eleito membro do comitê do International Council of Museum (ICOM), como tal, participou, em 1954, de uma reunião no museu do Louvre, além de tomar parte em diversas comissões julgadoras de prêmios acadêmicos.

O mais importante deste período, porém, é que no tempo em que esteve na Itália, pôde se dedicar inteiramente aos estudos históricos e à pesquisa nos privilegiados arquivos europeus, de onde traria uma vasta gama de fontes para suas pesquisas posteriores.

Dos artigos que publicou na Itália [*Apposto italiano nella formazione del Brasile*, *Le Brésil dans la vie americane*, *L'Itália nello sviluppo e nella vita del Brasile*], das palestras que proferiu, entre elas a intitulada *L'Europe et le Nouveau*

Monde no Rencontre Internationales de Genève, da preparação dos cursos que deu e das pesquisas que realizou, certamente Sérgio Buarque de Holanda levantou material suficiente para escrever, anos depois, um clássico da historiografia brasileira: o livro *Visão do Paraíso*, escrito inicialmente como tese de admissão de concurso, foi publicado em 1958. De tese de admissão, o estudo tornou-se algo que tomou uma dimensão inesperada, tanto pela erudição com que foi conduzida a pesquisa e redigido o texto como pela inovação em relação aos temas e as abordagens historiográficas ali apresentadas.

Ao regressar da Itália, Sérgio Buarque de Holanda foi eleito vice-presidente do Museu de Arte Moderna de São Paulo, cargo no qual permaneceria durante seis anos, durante os quais participou na organização de diversas atividades, tais como, em 1953, no aniversário do quarto centenário da cidade de São Paulo, a segunda edição da Bienal do MAM, com direção artística de Sérgio Milliet e a primeira edição do Festival Internacional de Cinema organizada em 1954 por Paulo Emilio Salles Gomes.

Em 1956, o seu nome foi proposto pelo professor Eurípedes Simões de Paula para assumir, interinamente, a cadeira de História da Civilização Brasileira, onde permaneceria até 1958, até ser efetivado por meio de um concurso que teve como tese o estudo *Visão do Paraíso*.

Neste mesmo ano foi designado para presidir a uma comissão encarregada da elaboração de um projeto de lei propondo a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e

Artístico do Estado de São Paulo. Mas mesmo em meio a estas atividades incessantes, o seu foco estava voltado para o livro *Visão do Paraíso*, que, como veremos, abriu novos caminhos na seara da historiografia.

Visão do Paraíso

Em 1958 o livro *Visão do Paraíso* vai revelar um historiador da cultura avant la lettre.

Como vimos nas obras posteriores ao livro *Raízes do Brasil*, o cunho mais sociológico sai de cena e abre espaço para um autor com preocupações e metodologias propriamente historiográficas. Nestas obras, Sérgio Buarque de Holanda é além de historiador da cultura material, historiador das mentalidades e da cultura, assim como em seus outros três livros fundamentais: *Caminhos e Fronteiras*, *Monções* e *O Extremo Oeste*.

Em *Visão do Paraíso*, Sérgio Buarque de Holanda analisa os motivos edênicos no descobrimento e na colonização do Brasil. Nesse livro o autor já trabalhava com histórias das mentalidades e com história cultural até mesmo antes que os grandes nomes da história nova francesa, como Jacques Le Goff, Georges Duby entre outros, entrassem em moda na historiografia brasileira.

No entanto, a erudição e a complexidade da obra não permitem que seja facilmente classificada como pertencente a

uma escola historiográfica, isso porque "a rivalizar com a presença da nova história social francesa, no pensamento de Sérgio Buarque, quando não a superando, estariam a filosofia, a sociologia e a historiografia alemãs"¹⁷³

Até mesmo pelas principais inspirações do livro *Visão do Paraíso*, que são as presenças do historiador alemão Ernst Curtius: *Europäische Literatur und lateinisches Mittelalter*, publicado em 1948 e não podemos esquecer também dos trabalhos já citados de Kracauer, Benjamin e Simmel.

Existem, portanto, muitas aproximações e influências, mas também, evidências que afastam o livro *Visão do Paraíso* da história das mentalidades francesa, amalgamando também na análise elementos da historiografia alemã, de onde o nosso autor havia partido em *Raízes do Brasil* e, para onde esteve sempre espreitando.

No entanto, é significativo o fato de que no início dos anos 80, época em que a história cultural começa a dar frutos no Brasil, um dos livros pioneiros desse novo paradigma historiográfico, *O Diabo e a Terra de Santa Cruz* (1985), de Laura de Mello e Souza, seja justamente um livro cuja influência ou referência bibliográfica principal é justamente o livro *Visão do Paraíso*¹⁷⁴.

¹⁷³ VAINFAS, R. SBH : Historiador das representações mentais. In: CANDIDO, A. SBH e o Brasil. Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo - SP. 1998.

¹⁷⁴ Segundo Laura de Mello e Souza, "escrevendo num momento em que muitos acreditavam na sobredeterminação do econômico, e quando se começava a cogitar, entre os historiadores franceses, na autonomia das mentalidades - fenômenos de longuíssima duração - Sérgio Buarque de Holanda fica numa espécie de meio caminho extremamente sugestivo : Caminhos e Fronteiras mostra que foi nos aspectos da vida material que o colono e seus descendentes se mostraram mais sensíveis "as manifestações divergentes da tradição européia"... mas foram determinados traços da mentalidade, peculiares aos colonizadores portugueses, que permitiram operar a seleção das técnicas adotadas, a retirar, da botica da natureza, certas

Esses livros da maturidade do autor trazem consigo uma inovação na historiografia brasileira nos anos 1950, junto ao livro de Antônio Cândido, *Os Parceiros do Rio Bonito* (1964), estes livros constituem-se numa passagem à História, na medida em que é a partir dessas obras que "uma rica experiência intelectual solidificou-se a partir de um mergulho *sui generis* na pesquisa histórica"¹⁷⁵.

Na vanguarda dos estudos históricos no Brasil, estas obras vão antecipar ainda algo muito recente em nossa historiografia, que é o casamento entre história e antropologia.

Essa postura trouxe à luz pesquisas marcadas pela atenção especial ao chamado conhecimento indiciário, muito antes de Carlo Ginzburg ter sido traduzido e conhecido do público brasileiro. Isso significa que as idéias de micro história e de conhecimento indiciário, postulados, sobretudo, por Ginzburg, e que só recentemente tem fascinado os historiadores brasileiros, já haviam sido, de certa forma, elaborados e antecipados na obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1940 e 1950.

O esforço teórico e metodológico do método indiciário que consiste na investigação de fatos microscópicos ou pormenores geralmente menosprezados a partir dos quais se procura remontar uma realidade complexa não experimentável

substâncias e não outras, imprimindo sentido nos arranjos culturais e influenciando sobre a história dos homens". SOUZA, L. M. *Op. Cit.* Pág. 26.

¹⁷⁵ FREITAS, M. C. *Da micro história à história das idéias*. Ed. Cortez. USF - IFAN. SP - SP. 1999. Pág. 30

diretamente, é, em si, o método utilizado por Sérgio Buarque de Holanda no livro. Em *Visão do Paraíso* são exatamente esses laços estreitos de sociabilidade que são buscados a partir de diversos fatores que vão tecendo uma teia.

O livro, considerado por muitos pesquisadores como a obra mais erudita do autor, lhe tomou anos de pesquisa. Além desse desafio, o autor enfrentou outro, a obra foi escrita num momento da história brasileira em que predominava o cunho econômico e social das análises sociológicas e historiográficas.

Mas o que não se compreendia na época era que utilizando-se do seu profundo conhecimento literário, Sérgio Buarque de Holanda fez uma recomposição da concepção paradisíaca que os descobridores tinham do Novo Mundo e dos fundamentos mais remotos da história do continente por meio de um repertório de lendas e crenças que transmitiam à idéia de que o Éden terrestre realmente existia.

A fonte principal do livro são os relatos dos viajantes, dos navegadores, os traços dos mapas da época e uma vasta gama de depoimentos fragmentados, baseados em histórias mirabolantes de quem "viu e de quem não viu, mas ouviu falar" de oralidades e testemunhos que o autor vai arregimentando e reconstruindo por meio da justaposição dessas lendas e verdades transfiguradas, os imaginários e o universo mágico dos séculos XV e XVI.

Mas essa história cultural pura e simples em que o autor

tece um quadro das sensibilidades, visões de mundo, mentalidades e etc, é apenas uma porta de entrada por meio da qual o autor insere uma história social.

No fundo, em *Visão do Paraíso*, é o sentido prático dos portugueses que esta em foco, tomando o lugar da imaginação criadora em nome do concreto e da utilidade, pois, segundo Sérgio Buarque de Holanda "todo mundo lendário nascido nas conquistas [...] e que suscita eldorados, amazonas, serras de prata, lagoas mágicas, fontes de juventude tende antes a adelgaçar-se, descolorir-se ou ofuscar-se, desde que se penetra na América Portuguesa"¹⁷⁶.

O que prevalecerá é o senso realístico dos portugueses que com esse "desencantamento do mundo" partem atrás do ouro, da cana-de-açúcar ou atrás de qualquer outra via de obtenção de riqueza, tal o raciocínio prático daquele povo, naquele momento da história.

Mas o grande mérito do livro, descoberto somente trinta anos após a sua publicação, é que o autor antecipava a historiografia cultural ou das mentalidades.

As próprias edições dos livros *Visão do Paraíso* e *Os Parceiros do Rio Bonito*, nos revelam o renovado interesse por estas obras a partir dos anos 80. Desde 1959 até 1985, foram três edições de *Visão do Paraíso* em 26 anos. A partir de 1985, época em que foi publicada a quarta edição, até 1994, foram mais três publicações, de modo que nesses nove anos, reeditou-se mais o livro do que nos vinte e seis anos desde a

¹⁷⁶ HOLANDA, S. B. *Visão do Paraíso*. Ed. Brasiliense. São Paulo-SP. 1994

sua primeira publicação. O mesmo fenômeno pode ser observado não só com *Os Parceiros do Rio Bonito* de Antonio Candido, mas também, com *Monções* e *Caminhos e Fronteiras*.

Dessa forma, evidencia-se nos livros da maturidade do autor obras primas da história cultural no Brasil e, no autor, um historiador das mentalidades *avant la lettre*.

O livro *Visão do Paraíso* foi a tese apresentada pelo autor para o concurso da cadeira de História da Civilização Brasileira na USP em 1958. A comissão julgadora foi composta pelos professores Afonso Arinos de Melo Franco, Hélio Viana, José Wanderley de Araújo, Eduardo d'Oliveira França e Eurípedes Simões de Paula. Embora o candidato tenha sido aprovado com distinção, Soares Amora declarou-se inconformado com a estrutura da universidade, pois achava um absurdo "exigir de homens da estatura intelectual e do saber de Sérgio Buarque de Holanda um concurso de provas". É certo que Sérgio Buarque de Holanda jamais concordaria em não seguir as normas da Universidade, em ter recebido qualquer tipo de privilégio, seria contra os seus princípios e o seu pensamento.

O fato é que a partir desse período, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, inicia-se o seu trabalho de professor na Universidade de São Paulo.

TERCEIRA PARTE

1960 - 1982

Embora nunca tenha escondido que não gostava de dar aulas, as suas aulas eram extremamente eruditas, de modo que o seu trabalho como professor foi extremamente fecundo. Pelo menos é o que atesta o depoimento – que veremos adiante – daqueles que tiveram o privilégio de tê-lo não só como professor em sala de aula, mas como orientador das dissertações e teses.

No ano de 1961, embora nunca tenha também se declarado como escritor, tomou posse na cadeira 36 da Academia Paulista de Letras, pois tinha um carinho muito especial por esta instituição. Já para a Academia Brasileira de Letras, mesmo tendo sido convidado em várias ocasiões, sempre declinou do convite. Numa dessas ocasiões aconteceu algo pitoresco, que dava, segundo o depoimento de Suely Robles, que foi sua aluna e orientanda, uma mostra do seu bom humor: em 1977 foi convidado pela última vez a fazer parte da Academia Brasileira de Letras, “excusou-se, alegando com a maior seriedade de expressão, que o regulamento da Ordem dos Hipopótamos Azuis, da qual fazia parte, proibia-o de pertencer a qualquer outra. Quem o convidou aceitou polidamente a recusa, mas saiu intrigado com aquela Ordem da qual nunca ouvira falar”¹⁷⁷.

¹⁷⁷ QUEIROZ, S. R. R. *Ao mestre com carinho*. Op. Cit. Pág. 69. Segundo a depoente Sérgio “sempre disposto a uma brincadeira, mesmo que consumisse largo tempo, contou-me uma certa vez, ocorrida no Recife. Ele, Jorge Amado e outros ouviram de Paulo Duarte a história da surpresa sentida por este quando, em Lisboa, deparou com um hipopótamo num lago de águas azuis. Imediatamente o grupo resolveu criar a Ordem dos Hipopótamos Azuis. O lema, em latim, naturalmente, e o regulamento ficaram a cargo de Dr. Sérgio, enquanto todos escolhiam Sartre, então de visita ao Recife, como Grão-mestre da Ordem. A essa altura, alguém lembrou que Gilberto Freire ficaria ofendido se não fosse a principal figura de uma ordem surgida no “seu” Recife. O impasse foi resolvido por Dr. Sérgio ainda, que propôs a criação simultânea da Ordem e de uma dissidência da mesma, conferindo-se ao autor de Casa Grande e Senzala a condição de Grão-mestre da dissidência.” Ibid. Id.

Dentro da Universidade de São Paulo a sua vida foi intensa. Foi, por exemplo, em 1962, um dos fundadores e o primeiro diretor do IEB (Instituto de Estudos Brasileiros), importante centro de estudos e que muita contribuição deu para o entendimento do Brasil e na formação de novos pensadores e intelectuais.

O IEB se tornaria um centro multidisciplinar de pesquisa e documentação sobre a história e a cultura do país, abrigando estudiosos de formação variada que nele desenvolvem suas pesquisas, além de organizar e explorar as fontes primárias que compõem o acervo. No acervo está um expressivo conjunto de fundos pessoais constituídos em vida por artistas e intelectuais brasileiros - distribuídos no Arquivo, na Biblioteca e na Coleção de Artes Visuais. Manuscritos originais de nomes decisivos para nossa cultura, livros raros e obras de arte formam um conjunto de caráter único, que recebe periodicamente novas aquisições através de doação¹⁷⁸.

No IEB encontramos coleções, bibliotecas e arquivos pessoais de personagens determinantes na história cultural e social do Brasil, tais como Anita Malfatti, Caio Prado jr., Graciliano Ramos, Mario de Andrade, e mais tarde o arquivo do próprio Sérgio Buarque de Holanda, entre outros.

Além do trabalho no IEB, desempenhou um vigoroso trabalho na USP, tais como, preside as Comissões Organizadoras do Instituto de Pré-História, do Museu de Arte

¹⁷⁸ Sobre a história do IEB: CALDEIRA, J. R. C. IEB: Origem e Significados. prefácio de Antonio Candido, S.Paulo, Imprensa Oficial, 2002.

e Arqueologia, do Museu de Arte Moderna (depois Contemporânea) e Comissão de Bibliotecas.

Só haveria de se afastar da USP em 1963, a convite da Facultad de Filosofía y Educación da Universidad do Chile, onde deu um curso e organizou seminários sobre a história do Brasil juntamente com os professores Ruggiero Romano e Max Savelle. O curso que proferiu foi editado posteriormente sob o título "tres lecciones inaugurales: Buarque, Romano e Savelle". Como professor esta havia sido a sua primeira viagem para ministrar cursos fora do país, experiência que não cessaria até 1969. Esses anos de trabalho intenso fora do país coincidem também com o início da ditadura militar em 1964.

Sobre este período em que foi professor na USP, selecionamos dois depoimentos de seus ex-alunos Suely Robles Reis de Queiroz e de José Sebastião Witter, o primeiro intitulado *Ao mestre com carinho* e o segundo intitulado *Sérgio Buarque de Holanda, o professor*.

O texto de Suely Robles procura evocar alguns traços oriundos de suas reminiscências quando foi sua aluna desde 1959 e naquele tempo mesmo pairando um formalismo nas relações entre professores e alunos, com Sérgio Buarque de Holanda havia uma certa liberdade, uma certa cumplicidade. Quando em 1968 Suely Robles se tornou sua assistente pôde então constatar que esse traço de informalidade era natural ao casal Sérgio Buarque de Holanda e Maria Amélia Alvim, sua esposa, "cuja casa vivia aberta a todos, indistintamente [...] Por isso era possível a um aluno obscuro, iniciante, defrontar-

se com gente famosa e acompanhar deslumbrado as conversas entre Dr. Sérgio e um Caio Prado Junior, ou Paulo Mendes de Almeida ou ainda um Vinícius de Moraes”¹⁷⁹.

A unanimidade em torno da pessoa de Sérgio Buarque de Holanda era a de que se tratava de um homem alegre, generoso, extrovertido, brincalhão, sério, íntegro e justo também, não fazendo concessões quando se tratava de competência. Uma das inúmeras razões pelas quais era admirado pelos seus assistentes, coisa rara no meio universitário da época, era que com ele, segundo Suely Robles, “política universitária e saber não se misturavam. Se necessitava de colaboradores para as coleções e trabalhos que dirigia ia buscá-los em função apenas do conhecimento que tivesse sobre o assunto a ser tratado, jamais cedendo a injunções mesquinhas, de natureza pessoal ou política”¹⁸⁰.

Uma produção historiográfica do porte da desenvolvida por Sérgio Buarque de Holanda exigia, além do talento inato de pesquisador e escritor, enorme capacidade de trabalho e de articulação com os seus colaboradores e assistentes.

Em suas múltiplas ocupações, sempre reservou um lugar para o magistério, mesmo nas fases de trabalho mais intensas. Dessa forma, ao ingressar na Universidade de São Paulo, apenas retomou um convívio com os estudantes que se interrompera por algum tempo. E esse apego ao metier “revelava-se na prontidão e prazer com que sugeria temas de pesquisa, indicava livros e emprestava-os; na satisfação que

¹⁷⁹ QUEIROZ, S. R. R. *Ao mestre com carinho*. Op. Cit. Pág. 69-70.

¹⁸⁰ *Ibid.* Id.

demonstrava quando via seus alunos cumprirem as etapas exigidas pela vida acadêmica. Se tais exemplos não bastassem, valeria relembrar o depoimento dado a Richard Graham para a *Hispanic American Historical Review*, no qual, inquirido sobre a sua maior satisfação como historiador, respondeu que fora a de também formar historiadores. Essa resposta é uma comovente gentileza para com seus ex-alunos, mas é também indicativa da importância que conferia ao magistério¹⁸¹.

No segundo depoimento, de José Sebastião Witter, também seu aluno e posteriormente seu assistente e colaborador, podemos ler que “Sérgio Buarque de Holanda começou a me marcar como professor quando o vi dando sua aula e defendendo sua tese de cátedra na Rua Maria Antônia, no Salão Nobre, completamente lotado. Mais tarde, seria seu aluno no curso de Graduação e acabaria por senti-lo um professor diferente¹⁸².”

Segundo Witter, Sérgio nada tinha do tradicional professor, de aulas bem preparadas e organizadas em fichas, seguindo os métodos pedagógicos vigentes na época. Era o oposto de tudo quanto se pudesse esperar de um professor universitário tradicional. A sua forma de dar aulas era a sua forma, e “como tratar com sua forma de ensinar então. Ele divagava, buscava cuidadosamente a melhor palavra para criar a melhor imagem para o que desejava transmitir. Gostava de criar enquanto transmitia a sua erudição para aqueles que

¹⁸¹ Ibid. Id.

¹⁸² WITTER, J. S. *Sérgio Buarque de Holanda, o professor*. Op. Cit. Pág. 55 – 59.

realmente queriam acompanhar o seu curso. Perdia-se, e quantas vezes, o fio da meada, e para reencontrá-lo era necessário o esforço dispendido nas longas noites universitárias, quando os grupos de estudo, espontaneamente formados, procuravam nos apontamentos de sala de aula as linhas mestras do pensamento do professor e a partir delas buscavam na bibliografia sempre correspondente por ele citada, aquilo que faltava”¹⁸³.

Sérgio sempre foi considerado pelos estudantes como um professor de referência, a quem os alunos sempre recorriam seja dentro da sala de aula, nos corredores na Maria Antônia, nas escadarias do prédio da Reitoria da USP ou no moderno edifício da Geografia e História, pois ali “ele estava sempre atendendo alguém, ouvindo, falando, ironizando, mas sempre ensinando. Foi, pelo menos para mim, um MESTRE. Também não deixava de sê-lo naquela saudosa sala de estar da rua Buri, onde, sentado no seu sofá predileto, passava horas e horas a nos falar sobre seus temas preferidos da História, abrindo caminhos para nossas pesquisas. Não deixava nunca de mostrar também que para ser professor não é preciso ser sisudo, triste ou amargurado. É bom ser professor e ser alegre, cantar, rir e ironizar com a sabedoria dos que amadurecem sem envelhecer”¹⁸⁴.

O que mais fascinava seus alunos, certamente, era a sua qualidade de crítico sempre com o pé na realidade. Não só dizia ou pregava contra as injustiças, mas participava da vida

¹⁸³ Ibid. Id.

¹⁸⁴ Ibid. Id.

lutando contra elas “quanto nos ensinou somente por suas atitudes e suas posições, nem sempre coerentes, mas inquestionavelmente honestas e corajosas. Sérgio não se omitia e por isso era realmente um homem que ensinava [...] Nunca foi o dono da verdade [...] sempre mostrava o quanto é importante que se duvide, que se questione, que se privilegie o benefício da dúvida”¹⁸⁵.

Era, segundo os alunos que conviveram com ele, uma figura exemplar, um exímio pesquisador que sabia valorizar como poucos a importância dos arquivos. Onde quer estivesse, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Cuiabá, no exterior, onde sua intuição e o seu conhecimento sugerissem a busca documental de apoio aos seus temas, para lá ele iria, sempre trazendo novidades e com elas mudando os rumos da nossa historiografia “ele sempre salientava a importância de se buscar o documento, como elemento de comprovação de nossas teses, e sempre que eles contradissem aquilo que julgávamos inicialmente verdadeiro, deveríamos ter a flexibilidade e a humildade de retomar os caminhos percorridos e até mesmo refazer trabalhos inteiros para que não se moldasse a história à “fôrma das hipóteses” e sim “forjasse o trabalho” no corpo a corpo da pesquisa”¹⁸⁶.

Podemos notar, por meio desses depoimentos, o vigor do trabalho docente de Sérgio Buarque de Holanda, e o quanto este trabalho foi determinante na formação das novas gerações da intelectualidade brasileira. Não há um historiador

¹⁸⁵ Ibid. Id.

¹⁸⁶ Ibid. Id.

hoje, de ofício, que não tenha em algum momento de sua formação, aprendido, seja pessoalmente ou por meio de suas obras, algo do professor Sérgio Buarque de Holanda.

Mas este trabalho na USP, este contato com os alunos seria não interrompido, mas abalado em 1964 com o Golpe Militar. Primeiro porque o golpe militar ocorrera justamente no período em que afastado da USP, Sérgio Buarque de Holanda se dedicara a jornada de cursos que empreendera em diversas universidades mundo à fora. Em 31 de março de 1964, quando se consuma o golpe militar, Sérgio Buarque de Holanda está nos Estados Unidos a convite do governo norte-americano, na qualidade de professor convidado, onde ministraria diversas palestras e cursos em universidades importantes, tais como Columbia e Havard. Quando retorna ao Brasil, no final deste ano, o golpe já está consolidado e o país em que Sérgio Buarque retorna já está submerso num ambiente em que vários princípios básicos da democracia já haviam sido violados. Segundo porque outra faceta sintomática do autoritarismo foi a perseguição sistemática contra intelectuais e estudantes. Isso se tornou evidente no dia seguinte ao golpe, sobretudo depois de dois episódios que demonstram essa tendência que iria se acentuar com o passar dos anos com o recrudescimento do regime; o primeiro deles é a invasão e o incêndio da sede da UNE no Rio de Janeiro, dissolvendo essa instituição que passaria a agir na clandestinidade e o segundo, ocorrido nesse mesmo 1 de abril de 1964, foi a invasão da Universidade de Brasília, que sempre fora considerada pelos militares, pelo seu caráter inovador, um importante foco de subversão.

Desde o início a feição do golpe se mostrou autoritária por meio de suas ações, como nos demonstra a ampla produção historiográfica sobre esta temática. Partindo desde medidas restritivas ao campo de ação do Congresso Nacional, deslocando e reforçando o campo de ação para o poder executivo, até ações que interviam diretamente na sociedade, tais como a cassação da imunidade parlamentar, o que permitiu ao governo cassar mandatos e suspender direitos políticos dos políticos da oposição, justamente para enfraquecer qualquer ação que viesse a se organizar nesse sentido.

O Ato Institucional numero I, por exemplo, já previa a criação dos inquéritos policiais-militares, que tinham por objetivo, segundo o seu texto, punir os responsáveis “pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio, contra a ordem política e social, ou por atos de guerra revolucionária”. Este ato institucional abriu o precedente para o início das perseguições que se desencadearam contra os adversários do regime, sejam eles políticos ou cidadãos comuns, prisões estas que passaram a envolver torturas como métodos de interrogatório.

Em junho desse mesmo ano, quando foi criado o SNI (Serviço Nacional de Informação), as perseguições se diversificaram e se estenderam tanto ao campo, por meio da repressão às Ligas Camponesas, quanto às cidades, por meio da perseguição ao funcionalismo público.

Embora com todos os percalços e obstáculos que viriam a aparecer após o golpe de 1964, no balanço geral a década de

1960 vai ser muito produtiva para Sérgio Buarque de Holanda, até porque escrever sobre o Brasil sempre foi a arma com que Sérgio Buarque de Holanda exerceu sua resistência.

Desde o início da década de 1960, mesmo ano em que recebe do governo Francês a condecoração "Officer de l'Ordre des Arts et des Lettres", Sérgio Buarque de Holanda inicia os trabalhos de planejamento, organização e direção da coleção de livros *História Geral da Civilização Brasileira* para a Difusão Européia do Livro.

A experiência pioneira e marcante representada pela publicação da *História Geral da Civilização Brasileira*, seus 11 volumes - dois dedicados à época colonial, cinco ao Brasil monárquico e quatro ao Brasil republicano - constituem um acervo indispensável não só ao conhecimento do processo histórico, mas também à avaliação de o que foi e é o ofício de historiador em nosso país.

Ao que consta, a iniciativa da publicação nasceu do esforço editorial de Paul Monteil, figura principal da Difusão Européia do Livro, e do impulso inspirador de Sérgio Buarque de Holanda. Segundo depoimento de Boris Fausto "Monteil tinha estritas ligações com a USP, conhecia quase todo mundo pessoalmente. Ainda não havia centenas de pessoas que escreviam na área de ciências humanas. A coleção *Corpo e Alma do Brasil*, que Fernando Henrique dirigiu, foi um prestigioso e raro veículo de expressão do pessoal universitário. Monteil já havia promovido a publicação da *História Geral das Civilizações*, dirigida por Maurice Crouzet, e da *História Geral das Ciências*, de René Taton. Daí o pulo para

uma coleção brasileira. Sérgio Buarque deu vida à idéia, não só organizando sete volumes - um deles escrito inteiramente por ele -, como dando a arrancada difícil do volume inicial”¹⁸⁷.

Arrancada difícil, pois Sérgio Buarque de Holanda teve que conciliar o seu trabalho de professor, de diretor do IEB, de coordenador deste empreendimento editorial de grande envergadura e suas viagens cada vez mais constantes. Este seria, resumidamente, o roteiro desses breves anos: Em 1963, na Difel, é publicado o 1º volume da série Brasil Monárquico: “Processo de Emancipação” na *História Geral da Civilização Brasileira*. Em 1964 sai o 2º volume do Brasil Monárquico: “Dispersão e Unidade”. Em 1965, Sérgio Buarque de Holanda vai aos EUA a convite do governo norte-americano como professor visitante nas Universidades de Indiana (Bloomington) e New York State University (Stony Brook). Em Yale, faz parte de uma banca de doutoramento e orienta seminários. Participa do VI Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros nas Universidades de Harvard e Columbia. Pronuncia uma palestra no Queen’s College, em Nova York.

Em 1967, Sérgio termina o curso em Stony Brook e profere uma palestra na Universidade de Princeton. Na volta dos EUA, passa pela Europa e no Brasil, desembarca em Cuiabá, onde permanece uma quinzena, pesquisando os documentos do arquivo histórico da cidade. Nesse mesmo ano vai a Lima, a convite da Unesco e no final do ano sai o 3º volume do Brasil Monárquico: “Reações e Transações”.

¹⁸⁷ FAUSTO, B. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988. Pág. 162-166.

Em 1971 sai o 4º volume da Série Brasil Monárquico: “Declínio e Queda do Império”. Em 1972 sai o 5º volume: “Do Império à República”, este, inteiramente escrito pelo autor.

Quando em 1967 a UNESCO organizou um comitê para estudar as culturas latino-americanas, Sérgio Buarque de Holanda foi escolhido como representante do Brasil nas reuniões que se sucederam no Peru em 1967 e na Costa Rica em 1968.

Quando retorna ao Brasil, em 1968, assiste ao recrudescimento da ditadura militar. Até então, Sérgio Buarque de Holanda havia acompanhado a ditadura por meio de notícias, a partir de 1968, o autor vai viver os processos que se desencadearam a partir do endurecimento do regime.

Da Monarquia à República

Diante desse quadro não tinha mais como ficar calado e o livro *Da Monarquia à República* poderia ser considerado como uma das maiores contribuições de Sérgio Buarque de Holanda ao entendimento do regime militar por meio da análise que o livro oferece da mentalidade dos militares em relação a sua posição social. Se podemos considerar, de um lado, que Sérgio não foi no pós-64 um ativista político propriamente dito, de outro lado, a sua vida é que, podemos dizer, sempre foi pautada por atitudes políticas, desde, como vimos, 1945 com a ditadura Vargas até 1964, quando

expressou também, de vários modos, a sua oposição ao regime. Segundo depoimento de Suely Robles, “uma das várias formas encontradas por ele para lutar à sua maneira contra o autoritarismo teria sido o de voltar-se mais sistematicamente para a história política e, nela, para a ascensão dos militares, que considerava um tema importante e pouco estudado”¹⁸⁸.

Segundo Fernando Novais o livro *Do Império à República* funciona de maneira oposta a *Raízes do Brasil*, “uma vez que parte do evento para as estruturas, em vez de partir das estruturas para os eventos”¹⁸⁹. Sergio Buarque de Holanda determina, por exemplo, um evento, como vamos ver, a queda do gabinete Zacarias em 1868, para procurar entender toda a questão que envolve o poder pessoal do imperador. Ainda segundo Novais, a obra de Sergio Buarque de Holanda, a começar por *Raízes do Brasil*, parte do ensaio sociológico para a história, “ele vai caminhando nessa direção, e seu último livro, *Do Império à República*, é exatamente a culminação desse caminho, quando ele faz sua virada total, apesar de ter sido, desde o princípio, um historiador”¹⁹⁰.

No livro *Do Império à República*, representa a guinada do autor da história social por meio da cultural para a história política novamente. Três capítulos em especial chamam a atenção: o primeiro e o segundo capítulos do livro segundo que se chamam “o poder pessoal” e “a democracia improvisada”; e outros dois capítulos do livro quinto que se chamam “a fronda pretoriana” e “o fim do regime”.

¹⁸⁸ QUEIROZ, S. R. R. *Op. Cit.*

¹⁸⁹ NOVAIS, F. *As Raízes e seus frutos*. Revista de Historia. Ano 2 - numero 13. Outubro de 2006.

No capítulo sobre “o poder pessoal”, Sérgio retoma temas recorrentes também em *Raízes do Brasil*, tais como a questão do personalismo e da confusão muito comum até os dias de hoje na vida política e na sociedade brasileira, que é a confusão entre o público e o privado.

Um exemplo vivo dessa interferência do poder pessoal na vida pública Sérgio nos dá por meio da análise da Constituição de 1823, que foi derogada e a Constituição de 1824 que foi outorgada com as alterações pessoais do Imperador, ele nos diz: “em parte é impossível separar a preeminência quase tranqüila da vontade do monarca de vestígios ainda persistentes do velho princípio de que pela simples filiação ou pela unção real, dispõe o soberano de uma espécie de poder sagrado, de qualquer forma sobranceiro a razões humanas e que, por si só, lhe dá força para convalidar as suas decisões pessoais”¹⁹¹.

Esse poder pessoal se justifica inclusive já à página inicial da carta outorgada, quando diz que o chefe supremo da nação é solenemente declarado imperador “pela graça de Deus e unânime aclamação dos povos”. Por outro lado, mesmo adotando o regime monárquico, sem dúvida o Brasil já havia sido e continuaria a ser afetado pelas conseqüências de um longo esforço intelectual tendente a eliminar da coisa pública esses créditos ao “sobrenatural e ao arbitrário”, que procuravam intervir de modo negativo sobre uma sociedade política em vias de transição e que procurava se edificar sobre bases racionais e modernas.

¹⁹⁰ NOVAIS, F. *Op. Cit.* Pág. 22.

Outro exemplo da hipertrofia do poder pessoal do imperador é o fato de entre 1868 e 1889, todas as legislaturas, salvo uma delas, vão ser interrompidas por medida extraordinária. Analisando a carta constitucional do império é possível identificar esses problemas embaraçosos que se prestam apenas para criar infindáveis contradições, tais como a do artigo 102 que determina que o imperador é o chefe do poder executivo por meio de seus ministros, sentença esta negada pelo artigo 99, que declara a pessoa do imperador "inviolável e sagrada, não se sujeitando à responsabilidade alguma".

No sistema político do Império no Brasil são diversas as contradições íntimas que vão saltar aos olhos, sobretudo, nas duas décadas anteriores à proclamação da República. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, contradições entre "o princípio moderno da soberania popular e o da sanção divina; entre um sistema nominalmente representativo e a carência de verdadeira representação; entre um regime de natureza aristocrática e a inexistência de aristocracias tradicionais; entre um liberalismo formal e a falta de autêntica democracia; finalmente entre uma carta outorgada, de cujo acentuadamente monárquico, e uma constituição não escrita que pende para o parlamentarismo"¹⁹². Essa contradição não se constitui em algo novo, pois é normal que por algum tempo essas contradições possam coabitar, a novidade, no caso do Brasil está em terem conseguido equilibrar-se tão longamente.

¹⁹¹ HOLANDA, S.B. *Do império à república*. Editora Bertrand Brasil: São Paulo – SP.

¹⁹² HOLANDA, S. H. *Op. Cit.* Pág. 69.

Por mais que fosse do conhecimento do imperador a insegurança que rondava a sua posição, seja por meio da opinião pública seja por meio da imprensa de oposição, seus critérios de escolha eram sempre aleatórios e conseqüentemente antidemocráticos, de modo que a vontade do povo, nesse regime de poder pessoal, ficava reduzida em última instância à vontade do imperador.

A verdade é que o que faltava na sociedade brasileira "é um povo fortemente organizado, povo de trabalhadores e pequenos proprietários independentes de qualquer oligarquia, povo de eleitores capazes de pensar e votar por si, sem um estado-maior constituído de comandante de toda espécie ou coronéis da guarda nacional"¹⁹³.

Além do problema do poder pessoal, característico da sociabilidade política brasileira, outra singularidade marcante da monarquia está em que procurava ser um regime liberal que comportava o trabalho escravo, como bem notou Roberto Schwarz, além de impor algumas restrições políticas aos que não seguiam a religião do Estado que, diga-se de passagem, destituído de qualquer base democrática.

Com o tempo a monarquia brasileira foi se constituindo num "mimetismo anacrônico", pois, "essa fachada europeizante, que pode servir antes para esconder do que para revelar as verdadeiras condições da sociedade brasileira, que por força haveriam de refletir-se na vida política"¹⁹⁴.

¹⁹³ Ibid. Id.

¹⁹⁴ HOLANDA, S. B. *Op. Cit.*

A modernização, nesse período, se foi considerável, limitou-se de fato aos centros urbanos mais importantes, tais como Rio de Janeiro e São Paulo, pois na esfera das relações rurais a situação era idêntica à da era colonial. É dessa maneira que Sérgio Buarque de Holanda vai alargando a sua visão sobre os principais personagens do cenário político brasileiro da época, para entender a crise do regime e a passagem do Império para a República.

Num outro capítulo importante intitulado "a democracia improvisada" [o segundo do livro segundo] Sérgio Buarque de Holanda retoma a discussão sobre os paradoxos da organização política no Brasil, tema que já havia também, de certa forma, esboçado em Raízes do Brasil.

Para o autor, desde o início o problema principal para a constituição entre nós de uma sociedade democrática já se põe, ou seja, o fato de que na maior parte do Brasil imperial, existe uma grande massa de população, a população escrava, sobre a qual se assenta praticamente toda a vida econômica, mas que está a margem do processo político.

Tanto em Raízes do Brasil como em Do Império a República esta questão torna-se latente. No primeiro livro o autor põe a questão da seguinte forma: "é curioso notar-se que os movimentos aparentemente reformadores, no Brasil, partiram quase sempre de cima para baixo: foram de inspiração intelectual [...] nossa independência, as conquistas liberais que fizemos no decurso de nossa evolução política,

vieram quase de surpresa, a grande massa do povo recebeu-as com displicência ou hostilidade”¹⁹⁵.

No segundo livro, a questão também aparece colocada da seguinte forma: “a independência, por aqui, como sucedeu em todo o restante da América só permaneceu na cúpula [...] mesmo a gente livre das camadas mais pobres só foi afetada superficialmente pela transformação, e de ordinário não chega a ser afetada, por que a mudança veio encontrá-la desprevenida”¹⁹⁶.

O processo de independência não emanou em momento algum de uma predisposição coletiva ou de uma concepção de vida bem definida e específica, que tivesse chegado a maturidade plena, ao contrário, “os arautos das novas idéias esqueceram-se, com freqüência, de que as formas de vida nem sempre são expressões do arbítrio pessoal, não se fazem ou desfazem por decreto”¹⁹⁷.

Uma célebre carta de Aristide Lobo, citado por Sérgio Buarque de Holanda, sobre o 15 de novembro é documento flagrante do imprevisto que representou a realização da república, diz o texto “por ora a cor do governo é puramente militar e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só por que a colaboração de elemento civil foi quase nula. O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava”¹⁹⁸.

¹⁹⁵ HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Ed. José Olímpio. RJ. 1994. Pág. 119.

¹⁹⁶ HOLANDA, S. B. *Da monarquia a República*. *Op. Cit.*

¹⁹⁷ HOLANDA, S. B. *Op. Cit.*

¹⁹⁸ *Apud* HOLANDA S. B. *Op. Cit.*

Segundo Sérgio Buarque, ainda existiu um outro agravante que foi o cunho nativista que, no caso da independência, que fez com que passasse para o outro lado das barricadas, o elemento urbano correspondente de certa forma à burguesia européia, pois era constituída prioritariamente de portugueses. Desse modo, "a burguesia, classe revolucionária em outros países, vai converter-se assim, no Brasil, em classe eminentemente conservadora, em objeto, não em sujeito das iras reivindicadoras"¹⁹⁹.

Essa era uma das lacunas mais evidentes no processo de emancipação política, ou seja, a inexistência de uma numerosa camada social intermediária entre os grandes senhores e a parte ínfima da população livre, que naturalmente fizesse as vezes da classe média e expressasse um sentimento nacional no sentido de livrar-se da tutela externa.

Outro tema que também é retomado de Raízes do Brasil por Sérgio Buarque de Holanda é a questão do patronato, da confusão entre o público e o privado e do patrimonialismo, que aparece no capítulo intitulado "O Homem Cordial". No Brasil, as questões do nepotismo e da confusão entre o público e o privado se tornaram crônicas e são uns dos principais entraves para a solidificação dos princípios democráticos na nossa sociedade.

Na esfera do funcionalismo público, tanto ontem, como hoje, o que vale muitas vezes é a filiação partidária e não a competência técnica do candidato. No período do império,

¹⁹⁹ HOLANDA, S. B. *Op. Cit.*

segundo Sérgio Buarque de Holanda, prevalecia a idéia de que “os empregos são criados para serviço do Estado, e por conseguinte, só poderiam ser chamados ao ocupá-los os que dessem sua adesão plena aos planos de quem dirige o Estado, assim, o funcionário público que, esquecido dos deveres da sua profissão, ligar-se aos adversários do governo maquirar contra sua causa constitui-se na impossibilidade de continuar a servir”²⁰⁰. Decorre desta situação, que é alheio ao princípio que rege o sistema representativo, todo o manancial de corrupção que é tão comum na nossa vida pública.

Desde o primeiro instante, os representantes do povo que os deveriam defender, no Brasil dos abusos dos governos, acham-se, pelo contrário, ligados aos mesmos governos como detentores de empregos públicos remunerados, não raro incluindo seus familiares.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, “dado o papel confiável ao poder público de grande provedor de recursos de subsistência para extenso setores da população, habilitados, com isso, a participar do processo político, era forçoso que resultasse, com as destituições e nomeações de funcionários, atritos incessantes entre as autoridades e mesmo sérias crises do regime”²⁰¹

Esse tipo de problema era comum no período do império e não era raro o imperador alheiar-se a ele só tratando de intervir abertamente quando os abusos tomassem proporções públicas. Normalmente, limitava-se a advertir os chefes que

²⁰⁰ HOLANDA, S. B. *Op. Cit.*

²⁰¹ HOLANDA, S. B. *Op. Cit.*

não puniam os excessos, deixando a solução do caso por conta dos ministros que eram quase sempre os grandes patronateiros. Ou “ficava a espera de provas concretas sobre as irregularidades praticadas, e as provas evidentemente não apareciam”²⁰², como sempre.

Em matéria de corrupção administrativa, não avançamos muito, pois, segundo Sérgio Buarque de Holanda, “quanto mais importante o negócio ou quanto mais dificultoso o deferimento, tanto maior haveria de ser o número de coniventes: em todo caso engordavam-se então as comissões que ao menos em teoria, haveriam de repartir-se entre muitas mãos [...] a corrupção insinuava-se assim nas antecâmaras dos ministérios e acabava por invadir toda periferia do poder ajudando a corroê-lo”²⁰³.

Toda essa discussão levantada por Sérgio Buarque de Holanda em plena ditadura militar, parece não ter outro objetivo do que o de denunciar todo um arcabouço que vinha se instalando no país a partir de 1964.

Outro capítulo que chama a atenção é o intitulado *A Fronde Pretoriana* [terceiro capítulo do livro quinto], pois nele o autor traça um primoroso e minucioso estudo da psicologia dos militares e das suas relações com o poder e com a sociedade civil. Embora o autor se refira aos militares do período anterior a proclamação da República, não deixa de ser uma crítica mordaz [o livro foi escrito em 1972] aos mesmos militares que haviam recentemente tomado o poder em 1964.

²⁰² HOLANDA, S. B. *Op. Cit.*

²⁰³ HOLANDA, S. B. *Op. Cit.*

Sérgio Buarque analisa neste capítulo o descontentamento no período do Império, sobretudo depois da guerra do Paraguai, entre o meio militar ante o poder civil, os “senhores lecionistas”.

As celeumas começaram no jornal *O Militar* de 1855, onde os “lecionistas” aparecem como os únicos responsáveis pelo atraso do Império. Nesse jornal percebe-se uma sistemática depreciação das instituições civis: “Devido a sua negligência e incompetência, a agricultura nacional chegou à beira do precipício [...] a deficiência dos meios de comunicação, os embaraços criados à indústria e também ao comércio, entravando-os num emaranhado de regulamentos, que tornam impraticável seu progresso [...] as tramóias e violência eleitorais, a corrupção, que desmoraliza o povo [...] o pouco caso mostrado à classe militar sobre a qual se lançara um manto espesso de ignomínia e miséria [...] Srs. Lecionistas o período de vossa usurpação está acabado”²⁰⁴

Um outro aspecto que Sérgio Buarque chama atenção e que feriu de morte o orgulho militar foi o desprestígio no qual caiu a carreira militar com, sobretudo, a abertura dos cursos superiores de direito. A partir de 1850, os matriculados na Escola Militar, em sua grande maioria, eram provindos de famílias pouco abastadas, caracterizando uma proletarização da tropa que antes se constituía numa nobreza. É por este motivo que trinta anos mais tarde “alguns desses antigos estudantes já terão galgado os postos mais altos da hierarquia militar, e é quando um bom número de oficiais se

²⁰⁴ HOLANDA, S.B. *Do império à república*. Editora Bertrand Brasil: São Paulo – SP: Pág. 306

vê impelido a conduzir sua classe para o caminho da intervenção nos negócios públicos e da tentativa de reconstruir a sociedade brasileira sobre bases novas".²⁰⁵

Durante todo o período que se inicia em 1850 e se estende até 1889, o que vai se tornar cada vez mais evidente é a separação entre as esferas civil e militar e a quase segregação das forças armadas, causando um descompasso entre a força militar e o poder público.

Seguindo análise de Sérgio Buarque "a segregação a que se achava agora reduzido o militar, da forma pela qual se apresentava, só podia trazer-lhes desvantagens, sem dar-lhes proveito correspondente. No Brasil, as forças armadas, embora assim segregadas, não chegavam a constituir uma espécie de Estado dentro do Estado, porque lhes faltava a autonomia em face do poder civil [...] Isso explicaria, até certo ponto, a má vontade de muitos militares do fim do Império, e mesmo depois da implantação da República, contras as instituições parlamentares, em particular contra o regime parlamentarista"²⁰⁶

Este descompasso entre a força militar e o poder público que se aguça a partir de 1884 é a expressão de uma crise de poder que irá desembocar numa crise das instituições e "o primeiro passo nesse caminho será o exacerbamento do espírito de classe ou da consciência de classe, o que só é plenamente realizável no momento que se pode identificar o inimigo da classe [...] Para os militares brasileiros, durante o

²⁰⁵ Ibid., Pág. 307.

²⁰⁶ Ibid, Pág. 312.

Império, o inimigo foi desde cedo identificado com os grupos dominantes na política nacional”²⁰⁷.

O fim do Regime Monárquico resultaria em grande medida deste processo de desentendimento entre as esferas militar e civil que se arrastaria e culminaria no episódio de 15 de novembro de 1889, de modo que a Proclamação da República teria sido uma iniciativa quase que exclusiva das forças militares.

Este mesmo espírito que havia conduzido a ação militar no episódio da Proclamação da República estava presente, *mutatis mutandis*, no movimento de 31 de março de 1964, que havia sido lançado quase que com os mesmos sentimentos por parte dos militares em relação à esfera civil, ou seja, livrar o país da corrupção, do comunismo, da negligência e da incompetência na gestão pública, etc.

Não é por acaso que Sérgio Buarque de Holanda no livro *Do Império à República* dedica um capítulo inteiro ao estudo do espírito dos militares e das suas relações com a esfera civil. Neste capítulo do livro, embora se referindo ao espírito militar no período do Império, o autor faz em 1972, em plena ditadura militar, um diagnóstico, mesmo que indiretamente, do regime que havia sido implantado em 1964.

Sérgio Buarque de Holanda voltaria a expressar o seu diagnóstico sobre o espírito dos militares e as suas relações autoritárias com o poder em outros três textos que publicou no final dos anos 1970 no *Jornal da República*, são eles, *Uma*

República não-proclamada I, Uma República não-proclamada II e Uma República não-proclamada III.

Nestes textos o autor traça um perfil dos bastidores do movimento militar que em 15 de novembro e nos dias seguintes, proclamou a República e, pôs fim a um "Império já sonolento e meio envergonhado".

No primeiro texto, *Uma República não-proclamada I*, Sérgio Buarque de Holanda nos diz que consta que o marechal Deodoro esteve no quartel general naquela manhã de 15 de novembro e acompanhado de Quintino Bocaiúva e de Benjamin Constant, reuniu-se com os ministros e discutiu asperamente com o ministro Ouro Preto, tendo ordenado até mesmo a sua prisão.

No final da manhã saíram os três cavalgando em direção ao centro da cidade. A essa altura "já começava a correr boatos desencontrados. Falava-se até em República, mas que poderia surgir de um plebiscito [...] da abdicação de D. Pedro, mas só para 2 de dezembro [...] ou até um golpe militar contra um gabinete considerado infenso às forças armadas, não propriamente contra a forma de governo"²⁰⁸.

Que a República não havia sido proclamada nesse dia consta do depoimento do próprio marechal Deodoro num artigo que publicou no dia 18 de novembro, onde dizia "eu quisera dar a essa data a denominação seguinte: primeiro ano da República, mas não posso infelizmente fazê-lo. O que se

²⁰⁷ Ibid, p. 333.

²⁰⁸ HOLANDA, S. B. *Uma República não-proclamada I*. Jornal da República. 1970.

deu é um degrau, talvez nem tanto, para o advento da grande era”²⁰⁹.

A República não havia sido proclamada embora o despacho de Roberto Adams Junior, diplomata norte-americano, que Sérgio Buarque de Holanda localizou no Arquivo Nacional de Washington, com data de 16 de novembro fala em uma “revolução feita pelo exército e a armada, no imperador prisioneiro, no ministro da marinha ferido, em dinastia deposta, conselho de Estado abolido, parlamento dissolvido”²¹⁰.

O fato concreto ocorrido neste dia é que o marechal Deodoro mandou prender Ouro Preto e para a presidência do Conselho, em substituição a Ouro Preto, D. Pedro havia indicado o nome de Gaspar da Silveira Martins. Mesmo tendo sido substituído na mesma tarde por José Antonio Saraiva, Benjamin Constant fez chegar aos ouvidos do marechal Deodoro que o escolhido havia sido Gaspar Silveira Martins, pois sabia que “só a menção de Gaspar levaria o marechal a anuir a idéia de mudança de regime, como de fato aconteceu”²¹¹.

No segundo texto, *Uma República não-proclamada II*, Sérgio Buarque de Holanda nos diz que a referência à Gaspar Martins, levada aos ouvidos do marechal seria apenas “um estratagema refletido para provocar as iras de Deodoro”²¹², quando já se sabia que o nome seria o de Saraiva e que este

²⁰⁹ *Apud*, HOLANDA, S. B. *Op. Cit.*

²¹⁰ *Apud*, HOLANDA, S. B. *Op. Cit.*

²¹¹ HOLANDA, S. B. *Op. Cit.*

nome o marechal não oporia objeções e talvez adiasse até a proclamação da República “embora se tratasse de um liberal, era aceitável para os conservadores”²¹³.

Saraiva fora, portanto o último chefe do governo do Império, tendo sido até chamado de vice-imperador, causou espanto o fato de não ter se passado nem uma semana após a queda do Império para se tornar aderente do novo regime.

No terceiro texto, *Uma República não-proclamada III*, Sérgio Buarque de Holanda trata dos despachos de Roberto Adams Junior, dando notícias dos acontecimentos aos Estados Unidos.

Os Republicanos ansiavam pelo reconhecimento dos Estados Unidos e a 30 de novembro receberam um telegrama onde se lia “dareis o reconhecimento formal e cordial em nome dos Estados Unidos à nova República, mas logo que a maioria do povo brasileiro manifestar seu assentimento a proclamação e a manutenção do regime”²¹⁴.

Essa sobriedade em relação ao acontecimento se devia as próprias impressões que Adams transmitia ao seu governo. Num despacho de 19 de Novembro comentou “a revolução que acaba de verificar-se no Brasil é a coisa mais extraordinária de que há notícia em toda história. Absolutamente inesperada, produziu-se sem efusão de sangue, sem tumultos, sem pausa no trem da vida cotidiana (...) concluindo, devo manifestar

²¹² HOLANDA, S. B. *Uma República não-proclamada II*. Jornal da República 1970.

²¹³ Ibid. Id

²¹⁴ HOLANDA, S. B. *Uma República não-proclamada III*. Jornal da República. 1970.

minhas hesitações acerca do efeito de vários atos da presente ditadura militar”²¹⁵.

Depois da publicação do livro *Da Monarquia à República*, Sérgio Buarque de Holanda continuou suas pesquisas acerca dos militares e as suas interferências no curso da história política brasileira. Nos anos 1970, elaborar um diagnóstico como esse era dar uma contribuição sem precedentes para que a sociedade brasileira tomasse ciência da situação que se passava com a ditadura militar, ou seja, um governo completamente ilegítimo pela simples falta dos princípios democráticos. Esta era a militância de Sérgio Buarque de Holanda.

* * *

O ano de 1968 é decisivo na história do golpe militar no Brasil, tanto do ponto de vista dos militares com o fechamento político e o início dos chamados “anos de chumbo” do regime, como para os opositores com o surgimento, entre outras manifestações contrárias, dos focos de resistência armada.

²¹⁵ Ibid. Id.

O fato é que no contexto do que estava ocorrendo mundo à fora neste ano de 1968, no Brasil destaca-se o início da rearticulação da oposição, passado o período de repressão inicial.

A sociedade civil também passou a reagir e até mesmo membros da hierarquia da igreja, tais como Dom Helder Câmara, passaram a se defrontar com abusos do governo. Vários outros acontecimentos se sucederam, entre eles: a mobilização dos estudantes em torno da UNE; a organização dos políticos que se encontravam exilados para buscar formas de levar a redemocratização do país; as greves operárias de Contagem em Belo Horizonte e de Osasco em São Paulo; a própria luta armada que se intensificara.

Por outro lado, segundo Boris Fausto “esses fatos eram suficientes para reforçar a linha dura em sua certeza de que a revolução estava se perdendo e era preciso criar novos instrumentos para acabar com os subversivos”.²¹⁶

O pretexto para por fim à liberalização restrita que até então se tinha, veio em 12 de dezembro de 1968, quando um discurso do deputado Márcio Moreira Alves foi considerado ofensivo às Forças Armadas. O Supremo Tribunal Federal pediu que fosse aberto processo criminal contra o deputado, mas para isso precisava da autorização do Congresso para quebra da imunidade parlamentar do mesmo, pedido que foi negado. No dia 13 de dezembro de 1968, o Presidente Costa e Silva baixou o Ato Institucional n. 5 que entre outras providências, determinava o fechamento do Congresso.

O AI-5 reverbera na universidade por meio da cassação de estudantes, funcionários e professores. Nos anos que se seguiram, muitos professores foram exilados, presos, desaparecidos ou simplesmente afastados de suas funções, entre eles, amigos de departamento de Sérgio Buarque de Holanda. Este episódio nos revela, entretanto, por meio de um ato seu, a personalidade de Sérgio Buarque de Holanda. Um ato grandioso, em solidariedade aos amigos cassados, e ao mesmo tempo, revestido pelo autor de extrema simplicidade. Trata-se do pedido de aposentadoria do cargo de professor catedrático da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, enviado em julho de 1969 ao reitor da USP Alfredo Buzaid.

O Sérgio Buarque de Holanda que emerge então nesse período é um autor preocupado, assim como foi uma preocupação comum entre a maioria dos intelectuais da sua geração, em aplicar os seus saberes aos problemas do mundo, ou seja, munido já de um lado instrumental teórico nas mãos, se dedica não só a aplicá-lo para compreender a sociedade, mas transformá-lo numa arma de combate.

Desse modo que, podemos dizer, naquele momento, a sua natureza intelectual está voltada para os interesses da coletividade, pois uma das convicções que deve ter um intelectual deve ser aquela de se ter, por analisar criticamente e conhecer as condições concretas da existência, deveres públicos imperiosos, como, por exemplo, o de se ter uma larga visão política. No livro *Da monarquia à República*, é

²¹⁶ FAUSTO, B. História Concisa do Brasil. São Paulo: Ed. Edusp, Pág. 264.

isso que vimos, um autor analista desse gravíssimo problema social brasileiro: a modernização sem transformação social e, portanto, conservadora. Trata-se de um autor que transita do passado ao coração mais dramático do presente.

Podemos dizer que, nos anos da ditadura militar, ocorreu uma mudança importante na posição social dos intelectuais, ou seja, podemos considerar que começou a amadurecer, nesse período, a maneira do intelectual intervir na sociedade que gerava os problemas que analisava criticamente.

Embora desligado de qualquer partido, Sérgio Buarque de Holanda se revelou, então um grande militante. Um homem que pôde, devido à força intelectual e moral que havia adquirido ao longo de anos de trabalho, agir sobre a sociedade com o vigor crítico do seu pensamento e da influência direta que exercia sobre aqueles que lhes eram mais próximos.

Nesse esforço de transformar história ou historiografia em militância, Sérgio Buarque de Holanda fundiu na sua personalidade aquilo que havia coexistido de forma paralela por esses longos anos, ou seja, o historiador fecundo que sempre foi, o pensador vigoroso e o militante político indignado e consciente do dever de se lutar para transformação das bases da sociedade iníqua na qual vivemos ao ritmo de uma das desigualdades econômicas mais revoltantes do mundo.

Podemos definir, desse modo, que a sua vida intelectual pode ser vista sob o viés de uma longa tentativa de se usar o

vigor do conhecimento para intervir lucidamente nos graves problemas do tempo presente.

Mas só a partir dos anos 1970 que essa tendência até então um pouco recessiva na personalidade de Sérgio Buarque de Holanda ganha predominância. Na última fase de sua vida, diante do conservadorismo obscurantista que havia se abatido sobre a sociedade brasileira, Sérgio Buarque de Holanda se torna um militante propriamente dito e demonstra isso de diversas maneiras, entre elas por meio das entrevistas que concedeu criticando o regime militar em seu pleno período mais sombrio, a vigência do AI-5.

Em 1976 e 1978, momento em que se encontrava na sua fase mais militante, Sérgio Buarque deu duas entrevistas intituladas respectivamente *A democracia é difícil* e *Que país é este?* Em ambas entrevistas, fez uma análise profunda da situação que o país vivia naquele momento e corajosamente expôs mais uma vez o seu pensamento acerca da sociedade brasileira e de suas anomalias, tais como da ditadura militar.

Na primeira entrevista [1976] Sérgio Buarque de Holanda nos diz que as massas populares jamais participaram do jogo político nacional e que, portanto, a rigor, no Brasil nunca houve democracia. Tinha consciência de que no Brasil sempre foi uma camada miúda e muito exígua que decidiu e o povo “sempre está inteiramente fora disso [...] as lutas, ou mudanças, são executadas por essa elite e em benefício dela, é óbvio. A grande massa navega adormecida, num estado

letárgico, mas em certos momentos, de repente, pode irromper brutalmente”²¹⁷.

Esse irromper, todavia, nunca havia ocorrido na história do Brasil, pois todas as revoluções dentro da História do Brasil foram de elites, civis ou militares, mas sempre elites e “quando a questão se restringe as querelas entre elites, o processo caminha como caso de família: aparece um parente ou amigo da família com bom relacionamento com ambas as partes capaz de contornar diplomaticamente o confronto direto. E é exatamente no conchavo que pode surgir a figura do homem cordial. Por isso a democracia que nasceu aqui num mal entendido, percorreu em nossa história um caminho inusitado. Ou seja, foi murchando aos poucos”²¹⁸.

Desde a Constituição de 1824, somente os escravos (porque dependiam do senhor), os religiosos em regime claustral, as mulheres e os menores não votavam. Ela permitia o voto dos analfabetos, dos libertos. O censo pecuniário (mínimo de renda mensal para poder votar) era de 100 mil réis – esta quantia, só os indigentes não conseguiam obter. Era uma constituição relativamente democrática. Em 1846, houve uma reforma, mas só para aumentar a renda mínima, devido à desvalorização da moeda, de 100 para 200 mil-réis. Na década de 1870, em pleno Segundo Reinado, os partidos Liberal e Conservador se uniram para lutar por eleições totalmente diretas. Com a passagem dos votantes, grande maioria da população, para a condição de eleitores, entretanto, a democracia sofreu um golpe, pois a renda

²¹⁷ HOLANDA, S. B. A democracia é difícil. Revista Veja, 1976.

mínima foi muito aumentada (400 mil-réis, sujeitos a comprovação), isso alijou os antigos votantes e restringiu o número de eleitores de 1,5 milhão para apenas 300,000 mil, tornando o Brasil o país com o menor número de votantes, 1,5% da população. Somente em 1930, quando a massa popular votava, subiu-se para 5%, então veio o freio da revolução, que sustou o processo eleitoral por algum tempo.

Na segunda entrevista [1978], Sérgio cita textualmente o regime militar e traça um perfil dos militares nas suas relações com a sociedade. Outra característica dessa entrevista é o tom mais agressivo contra a ditadura, isso também se dá não por acaso, pois em 1977, um ano antes, o autor havia tomado parte na fundação do Centro Brasil Democrático, como veremos a seguir.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda ainda sobrevive na nossa cultura a tradicional repulsa a hierarquia racional e por qualquer composição da sociedade que se tornasse obstáculo grave à autonomia do indivíduo. Esse traço, comenta “eu acho que subsiste, mas aí o que nós temos hoje é governo militar. E o militarismo tem por força uma base de hierarquia. O exército vive disso, de modo que a hierarquia se implantou no Brasil em 1964. O que sempre existiu no Brasil é que a classe que domina é uma classe muito estreita, pequena – são elementos muito ligados entre si. Essa classe que tem o poder nas mãos é muito exígua. Aliás, ela trabalha como se fosse

²¹⁸ Ibid. Id.

uma família só, a solução tem que ser o conchavo, resolvem tudo de comum acordo”²¹⁹.

Sobre se esse comportamento se reproduzia naquele momento com o militar brasileiro, Sérgio responde que o militar tinha uma situação diferente “um oficial-militar era quase um nobre. O Caxias era cadete desde o 5 anos de idade. Tinha que ser quatro costados, quer dizer, até os avós, não podia ter sangue judeu, tinha que ter uma certa linhagem para ser militar. Depois vai mudar tudo isso, por volta de 1850 começam a pagar mal os oficiais, ninguém mais quer ser oficial. A massa de soldados era feita de recrutas caçados quase a laço. Chamavam-se “caçadas humanas”, os recrutas não iam por vontade própria, iam caçados. Dizer que militar vem do povo, não. Porque isso não é povo. Povo não é caçado assim, as pessoas fugiam do exército. Tinha a camada de oficiais, uma camada quase nobre de ascendência, e tinha a camada baixa de recrutas, a ralé da sociedade, que eram caçados a força para serem soldados. O Diário de Dom Pedro II conta que ele queria acabar com os castigos das “pranchadas” no exército. O Duque de Caxias não queria, ele dizia: “essa gente é a ralé da sociedade”. De modo que tinha que ser tratada à pranchadas, pauladas mesmo. Depois aparece um Junqueira, o senador Junqueira, da Bahia, que foi ministro da guerra do Rio Branco de 71 a 75, ele acabou com esse castigo da pranchada. E mais tarde o Visconde de Pelotas – general Câmara, vencedor de Solano Lopez, num discurso no Senado fala que esse “foi o pior serviço que já se prestou ao exército, porque sem a pranchada há indisciplina, essa

²¹⁹ HOLANDA, S. B. *Que país é este*. Folha de São Paulo, Folhetim, 1978.

indisciplina que nós temos aí dos soldados é falta de pranchada”²²⁰.

Finaliza dizendo que os militares de hoje “têm que arranjar um jeito para justificar o governo duro, aí que veio essa profissionalização do anti-comunismo. Agora, a hierarquia existe de um modo geral em todos os exércitos. O que existe talvez de particular no Brasil é que o exército tradicionalmente era uma justificativa da nobreza. O nobre era o militar, o nobre tinha que ir para a guerra, enquanto a função da burguesia era o comércio. Quando acaba a nobreza então o militar herda esses atributos, aquela psicologia da nobreza, ele quer ter todas as características da nobreza, então, não tem mais limites a ambição de subir. No Brasil, a não ser no começo e com algumas exceções, como Caxias e Barbacena, o militar não vem de casta nobre, aí por isso mesmo ele exagera esses atributos.”²²¹

Sérgio Buarque de Holanda segue, nas entrevistas, ironizando os militares na sua busca de nobiliarquias. De qualquer forma, o que vale para nós é ressaltar, mais uma vez, além da coragem, o compromisso do intelectual, do alto de sua sabedoria sobre a história do Brasil, com a sociedade brasileira e com a democracia. A situação em 1976, 1977 e 1978 [o próprio AI-5 só seria revogado em 1979], embora já havia sido iniciado um processo de abertura política, não era ainda dos melhores para os opositores do regime que atravessa, especialmente nesses anos, uma fase repressiva.

²²⁰ Ibid. Id.

²²¹ Ibid. Id.

Basta pensarmos, por exemplo, que foi em outubro de 1975 que o jornalista Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura de São Paulo foi assassinado depois de um depoimento que foi intimado a prestar no DOI-CODI em São Paulo. Outro caso expressivo ocorreu em janeiro de 1976, quando o metalúrgico Manoel Fiel Filho também foi assassinado no mesmo DOI-CODI, em circunstâncias semelhantes às de Herzog.

Em 1977 Sérgio Buarque de Holanda recebe o Prêmio Governador do Estado de Literatura, publica 2ª a edição, ampliada, de "Cobra de Vidro" e toma parte na fundação do Centro Brasil Democrático, como vice-presidente.

Na ocasião da fundação, perguntado por que o Centro Brasil Democrático, o historiador, que na época tinha 75 anos, deu uma resposta precisa para a criação da entidade: "o Centro objetivou a unir em torno de um programa eminentemente democrático todas as forças vivas da nação. E é através dessa mobilização que se bloquearão quaisquer tentativas de um retrocesso político"²²².

Sérgio afirma ainda, nesta ocasião, que o objetivo é a busca pela democracia e revela que nunca houve democracia no Brasil, na verdade "nunca houve democracia ideal. Até na Suíça existem abusos dos direitos humanos, se bem que em menor escala. Mas não é possível que o abuso passe a vigorar como lei. Ora, é preciso que exista pelo menos um paradigma,

²²² HOLANDA, S. B. *Conseguirão expulsar o povo*. Caderno CBD. 1976.

como um ideal democrático a ser atingido, para orientar a opinião do governo”²²³.

Ao assumir a Vice-Presidência do Centro Brasil Democrático, Sérgio Buarque de Holanda deu seqüência a toda uma tradição sua de atitudes e compromissos em defesa da causa das liberdades públicas. No caso da Ditadura Vargas, como vimos, ele assumiu a presidência da Associação Brasileira de Escritores, que emitiu um eloqüente manifesto contra os crimes e abusos do aparelho político do Estado Novo. Duas décadas depois, já sob o império do regime instalado em abril de 1964, listas negras transitaram pela Universidade de São Paulo, aposentando compulsoriamente os professores que não concordavam com a nova ordem política. Sérgio divulgou então um veemente protesto contra a violência, solicitando simultaneamente aposentadoria compulsória. Ele voltava a se solidarizar aí com os princípios democráticos que sempre nortearam a sua conduta.

Questionado sobre a tendência da sociedade brasileira para o autoritarismo, Sérgio respondeu que “o problema do autoritarismo no Brasil é antigo. A independência, por exemplo, passou-se num regime apenas de aparência democrática. Votavam os que dispunham de renda acima de cem mil réis, que eram relativamente poucos. Atualmente, nem podemos falar em eleições indiretas. Vigoram eleições de cabala, onde as vezes é um só homem que escolhe”²²⁴.

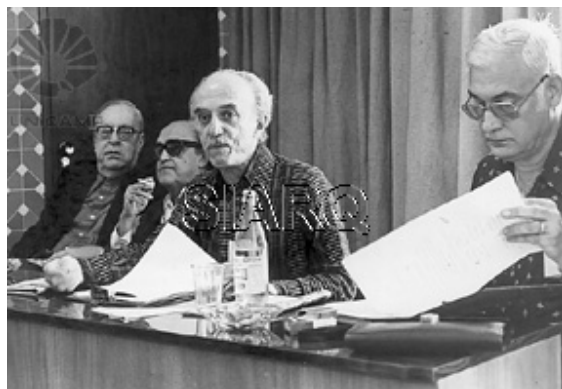
²²³ Ibid. Id.

²²⁴ Ibid. Id.

Sergio Buarque de Holanda sempre associou as origens do autoritarismo no Brasil ao militarismo, como vimos no capítulo anterior. Em épocas passadas os militares eram, como na época da ditadura também, figuras ativas na política e filiavam-se a partidos no Senado e nas Câmaras. Havia necessidade de participação política, mesmo por que era uma das formas de ascender na carreira militar. Sérgio compara duas épocas em que essa associação se deu e hoje analisa, "Acostumo fazer uma comparação com outro abril, o de 1831, quando as Forças Armadas se juntaram ao povo para expulsar o monarca, será que, muitos abris depois o monarca conseguiria expulsar o povo?"²²⁵.

Esse era o espírito da fundação do Centro Brasil Democrático, uma tentativa de reavivar o espírito democrático e de se manifestar contra os abusos e o recrudescimento da ditadura, além de, obviamente, lutar pela abertura política e, sobretudo, o fim da proibição de constituição de partidos.

²²⁵ Ibid. Id.



Instalação do Centro Brasil Democrático no Rio de Janeiro, vendo-se da esquerda para a direita: 1- Sérgio Buarque de Holanda; 2- Oscar Niemeyer, presidente do Centro Brasil Democrático; 3- Antônio Houaiss; 4-Enio Silveira.



Instalação do Centro Brasil Democrático, vendo-se em 1ºplano da esquerda para direita: Oscar Niemeyer e Sérgio Buarque de Holanda, entre outros.



Sérgio Buarque de Holanda no Hotel Nacional, por ocasião de encontro promovido pelo Centro Brasil Democrático em dezembro de 1978.

* * *

Portanto, podemos dizer que tanto as entrevistas como a fundação do Centro Brasil Democrático foi, antes de tudo, um ato de coragem e um passaporte do intelectual Sérgio Buarque de Holanda para o militante combativo.

No pano de fundo desse movimento de reivindicações que tomou conta do país em meados dos anos 1970, está uma realidade que, do ponto de vista das estruturas, mostrava que a ditadura militar combinou um extraordinário crescimento econômico, no período de 1969 a 1973 com picos de

crescimento do PIB de até 13% ao ano, com o completo abandono das políticas sociais, de modo que no contexto do crescimento econômico nos notabilizaríamos por índices de desenvolvimento humanos pífios, sobretudo nos campos da educação, da saúde, da inclusão social e etc. Nesse “capitalismo selvagem” que se desenvolveu por aqui, poderíamos dizer que se é inegável que houve uma substancial modernização da sociedade brasileira, este foi, sem dúvidas, por que restrito a pequena parcela da população, um processo conservador.

Esse quadro estrutural que foi se configurando no período da ditadura militar releva que o ônus do milagre econômico recaiu, sobretudo, sobre a grande massa de trabalhadores assalariados. Foi justamente essa compressão dos salários e do custo de vida dos trabalhadores que iria provocar, a partir de meados dos anos 1970, a grande retomada do sindicalismo e dos movimentos operário, como por exemplo, as grandes greves ocorridas na região do ABC paulista em 1978 e 1979, que além da reivindicação de aumento de salários e da estabilidade no trabalho, reivindicavam também liberdade de associação e democracia.

Foi nesse contexto também que o governo aprovou uma lei de organização partidária [1979] que permitia aquilo que era uma das principais reivindicações do Centro Brasil Democrático: a constituição de partidos políticos.

Na medida que a ditadura ia se flexibilizando e perdendo um pouco a predominância da linha dura, o tempo de uma única oposição, que reunia diferentes matizes de pensamento,

também foi se dissipando e as diferenças ideológicas e pessoais começaram a emergir, dando lugar à fundação de diferentes partidos políticos, cada um agora fazendo oposição ou se enquadrando aquilo que correspondia ao seu ponto de vista ou ao seu projeto de nação. Entre esses partidos, o PT [Partido dos Trabalhadores] surgiu em 1980, propondo-se representar os interesses da massa de trabalhadores assalariados existente no país.

* * *

Quando surge no horizonte da política brasileira a fundação de um partido político oriundo, sobretudo, do movimento sindical, muitos intelectuais vêm nessa tomada de posição, uma das primeiras oportunidades de se levar o povo brasileiro a participar de fato do cenário político nacional. Entre esses intelectuais que se engajaram de imediato podemos destacar Mário Pedrosa, Antonio Candido, Hélio Pelegrino e Sérgio Buarque de Holanda, entre outros tantos.

No caso de Sérgio Buarque de Holanda, se tomarmos a sua visão política, ou seja, como o autor entendia que deveria ser a revolução brasileira, fica claro por que se engajou de imediato. O sentido da revolução para o autor era diríamos, aquele weberiano de *Raízes do Brasil*, ou seja, uma racionalização progressiva da sociedade tradicional,

dominadas em todas as suas instâncias por valores afetivos e familiares. Uma modernização baseada na clara separação entre o afetivo e privado, o real, e o racional e público, o ideal.

A fundação de um partido oriundo dos operários e trabalhadores assalariados significou para Sérgio Buarque de Holanda, em grande parte, o início dessa revolução que se faz sem violência, sem crime político e sem irracionalismos, mas pelo contrário, racionalmente, pelo diálogo e em direção à plena ordem democrática.

Sérgio Buarque de Holanda nunca pensou a revolução brasileira por meio de esquematismos, palavras de ordem ou ressentimentos de classe. Se nunca identificou precisamente qual seria o sujeito dessa revolução talvez por que pensava que nenhum setor da sociedade em particular tinha condições para tal realização.

Sérgio Buarque de Holanda não pensa numa mudança peremptória na realidade social brasileira que fosse feita a golpes de martelo, mas essa revolução ou essa modernização, estava relacionada diretamente com a libertação da dominação tradicional, com o fim de um Estado subsidiário dos projetos das elites e da sua reaproximação com a sociedade civil e com a grande massa do povo brasileiro, com a criação de novas formas de convívio, com novos valores mais flexíveis e menos excludentes e preconceituosos, que abrissem definitivamente os caminhos do país rumo a uma democracia sólida.

Para Sérgio Buarque de Holanda o ofício do historiador era também este, pois para ele “o historiador deve ter a sensibilidade das inquietações presentes, buscar conhecer as suas raízes para libertar o presente do passado que o inquieta e bloqueia. O historiador oferecerá o conhecimento dos obstáculos que impedem a renovação. Para isso ele deve descer ao real, ao vivido, à sua historicidade singular, às suas mudanças singulares [...] a identidade histórica é constituída em cada presente, em uma relação de recepção e recusa do passado e de abertura e fechamento ao futuro”²²⁶.

Ali no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, em plena ditadura, que, porém, já se mostrava envelhecida e enfraquecida, a possibilidade de fundação de partidos políticos, que havia sido uma das principais bandeiras de luta do Centro Brasil Democrático, e a conseqüente abertura política e a luta por eleições diretas que se desenhava no horizonte como o próximo passo.

Em 9 de março de 1980, Sérgio Buarque de Holanda deu o seguinte depoimento intitulado *Abertura não é democracia*, publicado no *Folhetim*:

“Quando Figueiredo fala que vai dar a verdadeira democracia ao povo brasileiro, muitas vezes nos acusam de incredulidade e ceticismo. Contudo, esse descrédito, é bastante justo – afinal todos governantes tem falado que vão fazer isso, e até agora nada. Por que então, a gente vai pensar que com ele seria diferente? Pode até ser um bom

²²⁶ REIS, J. C. *As identidades do Brasil*. Pág. 141.

sujeito, ter boas intenções e tudo isso, mas temos o direito de não acreditar. A abertura, por exemplo, de forma alguma pode ser chamada de democracia, e podemos apontar vários casos concretos disso, como essa reformulação constitucional que estão anunciando.

Em primeiro lugar deve-se frisar que numa constituição biônica, uma constituição doada, outorgada, como o próprio nome diz, não é constituição, é carta constitucional – tanto que na França a carta doada por Luis 18 chamava-se *charte*, e não *constitution*. O caminho legítimo de se fazer uma constituição é por uma Assembléia Constituinte cujos componentes sejam eleitos especialmente para esse fim. É assim em toda parte; só se reconhece uma constituição se ela for reconhecida como tal por uma assembléia eleita pelo povo.

Na questão constitucional nós estamos 146 anos atrasados, pois repete-se a experiência de 1834, quando D. Pedro outorgou uma carta que havia sido elaborada por uma comissão de juizes. Exemplos de promessas não faltam, pois o imperador disse que ia convocar mais tarde uma constituinte para dar ao Brasil uma constituição “duas vezes mais liberal” que a anterior. Daí ele se arrependeu, dissolveu a constituinte e esqueceu a promessa.

Naquela época estávamos até mais adiantados, porque ainda em 1834 se resolveu fazer o ato adicional, o que de certa forma legitimou aquela Carta. O ato adicional, que alias modificou bastante a constituição anterior, foi quase como uma constituinte, pois houve eleições em todo país – indiretas, é verdade, mas dava-se poderes aos eleitos para

modificar substancialmente a Constituição. Algo também legítimo foi o que ocorreu em 1934, quando os deputados constituintes, após cumprirem essa função específica, reuniram-se e transformaram-se em Câmara.

E nós estamos nesse período ainda. Caso se outorgue uma constituição ou algo assim, de uma maneira discricionária, é como se o governo desse um presente [...] o governo prefere baixar um novo pacote para permanecer com os fios na mão. A reorganização dos partidos também foi feita assim, objetivando um Arenão grande e a oposição dividida.

É necessário, para a conquista de uma verdadeira democracia, uma campanha onde todos participem. Foi através de campanhas que se conseguiu, por exemplo, a anistia [...].”

Percebemos que há no discurso de Sérgio Buarque de Holanda uma chamada para a necessidade de uma Assembléia Constituinte que seja realmente representativa dos anseios do povo, e isso só seria possível com a liberação da atuação dos partidos e inclusive da livre criação de outros. Sérgio Buarque de Holanda havia acabado de, em 10 de fevereiro de 1980, ou seja, um mês antes, de ser o segundo signatário na Assembléia de Fundação do Partido dos Trabalhadores [PT].

Em depoimento sobre a fundação do partido dos trabalhadores, Luiz Dulci se pergunta: por que Sérgio Buarque de Holanda, aos 78 anos e já doente, fez questão de participar diretamente da fundação de um novo partido político – e de um partido com as características do PT? Que

sentido ele via nessa iniciativa? Que sentido político para o país, e que sentido pessoal, existencial?

Sérgio Buarque não deixou nenhum depoimento formal acerca de sua opção pelo PT. O seu depoimento foi a coerência com que ao longo da vida toda, seja profissional ou pessoal, lutou por uma sociedade democrática. Conhecia como ninguém a formação da sociedade brasileira e conseqüentemente, a profunda desigualdade que paira sobre nós. Por isso que um partido oriundo das classes populares o fascinou desde o início e por isso, segundo Luiz Dulci “ele estava lá [...] naquela inesquecível assembléia de líderes operários e camponeses, de sindicalistas e intelectuais, de padres e artistas, de exilados que acabavam de regressar ao Brasil e de companheiros recém saídos da clandestinidade [...] ao lado de Lula, Olívio Dutra, Manoel da Conceição, Apolônio de Carvalho [...] Recordo-me de vê-lo à entrada do auditório, naquela confusão fraterna e emocionada, em palestra com Mário Pedrosa, Antonio Candido e Hélio Pellegrino. Dali a pouco, uma das primeiras assinaturas do livro de fundação seria a sua”²²⁷

Naquela fase inicial de dramáticos obstáculos organizativos, em que tanto se combateu e estigmatizou, à direita e à esquerda, a proposta petista, com argumentos tais como o de que partidos classistas seriam por definição antidemocráticos, e de que uma oposição “dividida” não seria capaz de derrota a ditadura, nesse momento intelectuais

²²⁷ DULCI, L. *Sérgio Buarque de Holanda petista*. In: CANDIDO, A. *Op. Cit*

como Sérgio Buarque de Holanda, Marilena Chauí, Antonio Candido, Paulo Freire, Mario Pedrosa, entre outros vários, cumpriram papel decisivo na defesa do PT e do pluralismo político-ideológico no país, pondo em jogo o seu prestígio, afirmaram não só o direito do PT a existir como também a importância histórica de sua existência para os rumos da democracia brasileira.

Como vimos, Sérgio Buarque de Holanda, o maior historiador brasileiro vivo então, fez questão de participar da fundação de um partido emanado das forças populares, pois como analista das instituições brasileiras que era, viu na possibilidade de fundação de um partido com essas características a realização prática daquilo que já havia vislumbrado teoricamente, que era a urgência da superação do atraso e da desigualdade social brasileira.

Para Luiz Dulci, certamente Sérgio "não estava ali por razões menores ou contingentes. Sérgio não era homem de gestos puramente protocolares. Não. Viera do Rio, doente, para fundar um partido, com as características polêmicas e perturbadoras do PT, na companhia política e intelectual que escolhera. Conta-nos D. Maria Amélia [...] que mesmo em seus derradeiros meses de vida Sérgio nunca deixou de acompanhar com entusiasmo o noticiário sobre o PT. Lembra-se de sua indignação com o enquadramento de Lula na Lei de Segurança Nacional, em outubro de 1980. Temia que o episódio fosse utilizado para impedir a legalização do PT, para proscrevê-lo. Não subestimava de modo algum os ardis do general Golbery, típicos, segundo dizia, da intolerância

congênita das elites brasileiras frente às organizações populares independentes”²²⁸.



Sérgio Buarque de Holanda durante sua inscrição no Partido dos Trabalhadores, por ocasião do I Encontro Nacional do Partido, realizado no Colégio Sion em São Paulo.



I Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado no Colégio Sion em São Paulo, vendo-se da esquerda para a direita: Lélia Abramo, Sérgio Buarque de Holanda; Olívio Dutra; Luiz Inácio Lula da Silva e Jacó Bittar.

²²⁸ Ibid. id.



Sérgio Buarque de Holanda e Mário Pedrosa, mais afastado, à direita, sentado de olhos semi-cerrados, Hélio Pellegrino.

* * *

O livro *Tentativas de Mitologia*, publicado em 1979, foi o último livro organizado pessoalmente por Sérgio Buarque de Holanda. Trata-se de uma seleção que o autor fez de estudos antigos e recentes. Por este livro, recebeu da União Brasileira de Escritores e da *Folha da Manhã*, o prêmio Juca Pato na qualidade de intelectual do ano. Ainda no mesmo ano, recebeu da Câmara Brasileiro do Livro, o prêmio Jaboti.

Na ocasião da Fundação do Partido dos Trabalhadores [PT], com o entusiasmo de poder estar ali, mesmo já muito

doente, confessou ter medo da morte. Medo no sentido de não poder acompanhar de perto o desenrolar de uma nova fase que se abria na história do país em relação aos seus movimentos sociais, com a fundação do Partido. Um medo também realista, pois sentia que algo estava por acontecer e a morte realmente não tardaria a chegar, viria dois anos depois, em 24 de abril de 1982.

Neste dia infeliz, vários jornais publicaram matérias, depoimentos etc. Um jornal de São Paulo publicou a notícia de sua morte com o seguinte enunciado "Sérgio Buarque de Holanda, o homem que não quis ser imortal" fazendo uma referência a sua recusa em ser imortal da Academia Brasileira de Letras. Segundo Austregésilo de Athayde "era muito solicitado para isto. Mas o Sérgio Buarque de Holanda, nunca pertenceu a nossa agremiação [...] vários companheiros tentamos convencê-lo, mas ele não quis jamais candidatar-se [...] o amigo que acabamos de perder foi um grande historiador e um dos quatro ou cinco homens de letras que teriam ingresso garantido na Academia."

Esse tipo de atitude revela a singularidade do espírito e ao mesmo tempo a sua grandeza em sendo o maior historiador brasileiro, ser capaz de atitudes tão carregadas do sentimento daquilo que ele era, um homem simples, que não gostava de atitudes meramente protocolares.

CONCLUSÃO

A trajetória de Sérgio Buarque de Holanda entre os anos de 1930 e 1982 se confunde com a própria história do Brasil. O autor participou, seja como expectador ou como membro atuante, de uma boa parte dos principais acontecimentos que transformaram a sociedade brasileira nestes cinquenta anos. Desde a Semana de 1922, passando pela Revolução de 1930, pela fundação de partidos, tais como o Partido Socialista Brasileiro e o Partido dos Trabalhadores, da luta contra a ditadura militar e, evidentemente, por meio dos livros que escreveu.

Na década de 1920, o autor teve o privilégio de se avizinhar de pessoas, seja em São Paulo ou no Rio de Janeiro, que se tornaram seus amigos para toda a vida e, mais do que isso, constituíram um campo social determinante na sua trajetória intelectual. Seja, como vimos, na fundação de revistas, no trabalho em comum em redações de jornais, nas repartições públicas e até na fundação de partidos políticos.

Analisar a trajetória de Sérgio Buarque de Holanda foi situá-lo em seu tempo, o que incluiu a análise de toda uma tensão social na qual o autor esteve inserido e para a qual elaborou questões, respostas, resistências. Desse modo também passou a ser possível lançar um pouco de luz sobre os períodos percorridos durante a análise, de modo que o aspecto social entrou em jogo como elemento de uma

paisagem na qual a fisionomia do personagem adquiriu toda a sua singularidade.

O livro *Raízes do Brasil*, publicado em 1936, traz immanentemente, uma análise de toda a tensão política e social que se instaurou no país imediatamente após a revolução de 1930, seja por causa de questões internas ou externas, tais como a grande crise mundial de 1929, seja por questões do presente ou questões históricas. A complexa trama de conservadorismo e modernização que se inicia a partir dali, vai se tornar o pano de fundo das grandes obras publicadas naqueles anos, que procuravam uma interpretação para o Brasil do passado e do presente.

Nos anos 1940, quando preparava o livro *Monções*, que seria publicado em 1945, é a questão do abismo entre sociedade civil e Estado que estava em pauta. Depois de alguns anos a revolução de 1930 e o Estado Novo (1937) desenvolveram um processo de modernização conservador do ponto de vista da, para usar uma palavra de hoje, inclusão social da grande maioria do povo brasileiro no cenário da sociedade capitalista tardia, que então se desenvolvia. Analisar, portanto, no livro *Monções*, a formação da sociedade brasileira partindo dos menores átomos desse processo histórico, ou seja, os indivíduos, a faina cotidiana, os intercursos culturais e sociais entre os adventícios e os naturais da terra, era dar ao povo brasileiro um lugar importante na construção da nação do passado, ao contrário de certas tendências racistas que depreciavam o papel do povo e reivindicar, para o presente, um lugar melhor para

esse povo no quadro da sociedade capitalista em formação nos anos 1930 e 1940.

Era este também o esforço de Caio Prado Junior quando, em 1942, publica o livro *Formação do Brasil Contemporâneo*. Há, entre estes dois livros, uma característica em comum na busca por uma interpretação do Brasil. Caio Prado Junior fazendo isso por meio de uma história econômica e de longa duração, influenciado pelo marxismo e Sérgio Buarque Holanda fazendo esse mesmo trajeto por meio de uma história social e de curta duração, influenciado pela sociologia alemã.

Essa consciência do abismo social entre sociedade civil e Estado e a consciência, portanto, do elitismo da sociedade brasileira vai levar o intelectual a se encontrar com a política ainda nos anos 1940, quando em 1945, toma parte na fundação da Esquerda Democrática e do Partido Socialista Brasileiro. Essa tendência vai ser uma constante na obra de Sérgio Buarque de Holanda, o que Maria Odila vai chamar de *fulcro inspirador*, que reaparece nos livros *Caminhos e Fronteiras* (1957) e *Visão do Paraíso* (1958).

Nos anos da ditadura militar, o autor escreve um livro determinante para o conhecimento do espírito que move os militares e essa foi, uma de suas contribuições para a crítica ao regime, trata-se do livro *Da Monarquia à República*. Poderiam ser consideradas outras contribuições, a fundação do Centro Brasil democrático nos anos 1970, cuja mobilização de intelectuais foi fundamental para a flexibilização do regime. Foi o Centro, por exemplo, quem exigiu o direito à constituição de partidos políticos. Isso permitiu que em 1980

a fundação do Partido dos Trabalhadores, do qual Sérgio Buarque de Holanda também tomou parte.

Nossa conclusão é a de que esta teria sido a militância política de Sérgio Buarque de Holanda ao longo de sua trajetória, ou seja, uma militância intelectual. Um esforço de transformar o conhecimento da história em arma política. Encontrar-se-iam, desse modo, no autor, ao longo dos anos, estes três rios que aparentemente correram paralelos, mas que, ao cabo, desembocaram num mesmo estuário: o historiador fecundo, o pensador vigoroso e o cidadão indignado e consciente do dever de se lutar para a transformação das iniquidades sociais históricas do Brasil.

A vida intelectual de Sérgio Buarque de Holanda pode ser vista sob o viés de uma longa tentativa que o autor empreendeu, de se usar o vigor do conhecimento para intervir lucidamente nos graves problemas do seu tempo presente.

BIBLIOGRAFIA

Acervo do arquivo Sérgio Buarque de Holanda. Biblioteca Central. Coleções Pessoais. UNICAMP. Universidade Estadual de Campinas.

Acervo da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro – RJ.

Acervo do CEDAP. Assis – SP. UNESP – Faculdade de Ciências e Letras.

ARANTES, P. E. *Sentimento da Dialética na Experiência Intelectual Brasileira : Dialética e Dualidade em Antônio Candido e Roberto Schwarz.* São Paulo – SP: Ed. Paz e Terra. 1992.

ARANTES, O. B. F. *Mário Pedrosa, itinerário crítico.* São Paulo – SP: Ed. Scritta. 1991

ADORNO, T. W. *Notas de Literatura.* Barcelona. Espanha: Ediciones Ariel. 1962. Pág. 11 – 37.

_____ *Temas Básicos da Sociologia.* São Paulo – SP: Ed. Cultrix. USP. 1956.

ALENCASTRO, C. F. *A Pré-revolução de 30.* Novos Estudos CEBRAP. Nº 18. Setembro de 1987. Pág. 17-21.

_____ *O trato dos viventes : Formação do Brasil no Atlântico Sul.* São Paulo – SP: Ed. Cia das Letras. 2000.

ANDRADE, O. *Um aspecto antropofágico da cultura brasileira : O homem cordial*. In: *Obras completas nº 06*. Rio de Janeiro – RJ: Ed. Civilização brasileira. 1970.

AVELINO FILHO., G. *Cordialidade e Civilidade em Raízes do Brasil*. RBS Nº 12. Vol. 05. Fevereiro de 1990.

BRAUDEL, F. *Civilização material e capitalismo nos séculos XV-XVIII*. Col. Rumos do Mundo Vol. 10. Lisboa: Ed. Cosmos. 1970.

BLAJ, I. *Pulsações, sangrias e sedimentação. Sérgio Buarque de Holanda e a análise da sociedade paulista no século XVII* In : *SBH : Vida e Obra*. São Paulo – SP: Secretaria do Estado da Cultura. Arquivo do Estado. USP e Instituto de Estudos Brasileiros. 1988.

_____ “Sérgio Buarque de Holanda: historiador da cultura material”. In: *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo – SP: Editora Fundação Perseu Abramo. 1998.

BARBOZA, F. A. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro – RJ: Ed. Rocco. 1988.

_____ “Verdes anos de SBH : Ensaio sobre a formação intelectual até Raízes do Brasil”. In: *SBH: Vida e Obra*. São Paulo – SP: Secretaria do Estado da Cultura. Arquivo do Estado. USP e Instituto de Estudos Brasileiros. 1988.

BOSI, A. “Um testamento do presente”. In: MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo – SP: Ed. Ática. 1977.

BIASOLI, V. "Prefácio". In Fontana, J. *História: Análise do passado e projeto social*. Bauru – SP: EDUSC. 1998. Pág. 07.

BOURDIEU, P. *O ofício do sociólogo*. Ed. Vozes. Rio de Janeiro – RJ. 2004.

_____ *As regras da arte*. Ed. cia das Letras. São Paulo – SP. 2002 e *Economia das trocas lingüísticas*. Ed. EDUSP. 1996.

CANDIDO, A. "O significado de Raízes do Brasil". In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil* 26º. São Paulo – SP: Ed. Companhia das letras. 1995.

_____ *Tese e Antítese. (Ensaio)*. São Paulo – SP: Ed. Cia Editora Nacional. 1964.

_____ *Sérgio em Berlim e Depois*. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo – SP. Nº 03. Vol. 01. Julho de 1982.

_____ *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo – SP: Editora Ática. 1989.

_____ *Literatura e Sociedade*. São Paulo – SP: Ed. Cia Nacional. 1965.

_____ "Dialética da Malandragem". *Revista do Instituto de Estudos brasileiros*. USP. São Paulo – SP. Nº 08. 1970. Pág. 67-89.

_____ "Sérgio, O radical". In: *SBH: Vida e Obra*. São Paulo – SP: Secretaria do Estado da Cultura. Arquivo do Estado. USP e Instituto de Estudos Brasileiros. 1988.

_____ "A visão política de Sérgio Buarque de Holanda". In: *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo – SP: Editora Fundação Perseu Abramo. 1998.

_____ *Formação da literatura brasileira, momentos decisivos*. São Paulo – SP: Ed. Martins Fontes. 1964.

_____ *Os parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e as transformações de seu meio de vida*. Rio de Janeiro – RJ: Ed. José Olímpio. 1964.

_____ "A Revolução de 30 e a cultura". In: *A Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo – SP: Ed. Ática. 1987. Pág. 190.

_____ *Conferencia ao Instituto de Estudos Avançados*. USP. São Paulo - SP. Setembro/1988. Pág. 18.

_____ *A cultura do contra*. Exposição no auditório da faculdade de Geografia da USP, em mesa redonda sobre o tema "perspectivas do brasil contemporâneo" em 1978.

_____ *SBH e o Brasil*. São Paulo – SP: Ed. Fundação Perseu Abramo. 1998.

CARONE, E. *A Segunda República*. São Paulo – SP: Ed. DIFEL. 1973. Pág. 05.

CARDOSO, F. H. *Livros que inventaram o Brasil*. Novos Estudos CEBRAP. Nº 37. Novembro de 1993. Pág. 21-35.

_____ *As idéias e o seu lugar*. Caderno CEBRAP. 13. Petrópolis – RJ: Ed. Vozes. 1980.

- CARPEAUX O. M. "Tradições americanas". In: *Origens e fins*. Rio de Janeiro – RJ: Casa do Estudante. 1943. Pág. 384.
- CRUZ, J. C. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro – RJ: Ed. Civilização brasileira. 1956.
- CAVALHEIRO, E. *Testamento de uma geração*. Porto Alegre – RS: Ed. Globo. 1944.
- COUTINHO, C. N. *Cultura brasileira: um intimismo deslocado, à sombra do poder?*. Cadernos de Debate, 1. História do Brasil. São Paulo – SP: Ed. Brasiliense. 1976.
- COSTA, W. P. *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo – SP: Editora UNESP/FAPESP. 1997.
- CAPELATO, M. H. *Os arautos do liberalismo. Imprensa paulista (1920-1945)*. Editora Brasiliense. São Paulo – SP. 1988.
- CHAUÍ, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo – SP: Ed. Fundação Perseu Abramo. 2000. Pág. 89.
- DIAS, M. O. L. S. org. FERNANDES, F. *Sérgio Buarque de Holanda*. Col. Grandes cientistas Sociais. Volume 51. São Paulo – SP: Editora Ática. 1985.
- _____ "Estilo e método na obra de SBH". In: *SBH : Vida e Obra*. São Paulo – SP: Secretaria do Estado da Cultura. Arquivo do Estado. USP e Instituto de Estudos Brasileiros. 1988.
- _____ "Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda". In: *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo – SP: Editora Fundação Perseu Abramo. 1998.

- _____ "A interiorização da metrópole". In: MOTA, C. G. *Brasil em perspectiva*. São Paulo – SP: Ed. Difel. 1968.
- _____ "Negação das negações". In: *Raízes do Brasil*. Coleção Intérpretes do Brasil. Rio de Janeiro – RJ: Editora Nova Aguilar. 2000. Pág. 906.
- DEAN, W. "A industrialização durante a República velha". In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. Volume 4 . São Paulo – SP: Ed. DIFEL. 1984.
- DECCA, E. S. de. *1930, o silêncio dos vencidos*. São Paulo – SP: Ed. Brasiliense. 1981.
- DIEHL, A. A. *Max Weber e a História*. Passo Fundo – RS: Ed. Ediupf. 1996.
- _____ *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo – RS: Ed. EDIUPF. 1998.
- DINIZ, E. "O Estado Novo: estrutura de poder e relações sociais". In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. Volume 3. São Paulo – SP: Ed. DIFEL. 1983. Pág. 87.
- DULCI, L. "Sérgio Buarque de Holanda, petista". In: *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo – SP: Editora Fundação Perseu Abramo. 1998.
- DARNTON, R. *O grande massacre de gatos*. Ed. Graal. São Paulo – SP. 1988.
- _____ *Edição e sedição*. Ed. Cia das letras. São Paulo – SP. 1992

ELIAS, N. *Mozart: sociologia de um gênio*. Editora Jorge Zahar. Rio de Janeiro – RJ. 1995.

_____ *A sociedade dos indivíduos*. Editora Jorge Zahar. Rio de Janeiro – RJ. 2000.

_____ *O processo civilizador. 2 vol.* Editora Jorge Zahar. Rio de Janeiro – RJ. 1998.

FIGUEIRA, P. A. *A historiografia brasileira 1900-1930. Análise crítica*. Tese de Doutorado. F. F. C. L. de Assis – SP. 1973.

FREIRE, G. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro – RJ: Ed. José Olímpio. 1958.

FILHO, G. A. *As raízes de Raízes do Brasil*. Novos estudos CEBRAP, nº 18. Setembro de 1987. Pág. 33-41.

FAORO, R. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre – RS: Ed. Globo. 1976.

_____ "Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras". In: *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo – SP: Editora Fundação Perseu Abramo. 1998.

_____ *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo – SP: Ed. Ática. 1994.

FAUSTO, B. *A Revolução de 30*. Ed. Brasiliense. São Paulo – SP. 1975.

_____ "o Brasil Republicano". In: *História geral da civilização brasileira*. São Paulo – SP: Ed. Difel. 1977. T. 03 04 V.

- _____ "Expansão do café e política cafeeira". In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, 1º Volume. São Paulo – SP: Ed. DIFEL. 1989. Pág. 195.
- FERNANDES, F. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis – RJ: Ed. Vozes. 1977.
- _____ *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo – SP: Ed. Difel. 1972.
- _____ *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo – SP: Ed. Ática. Col. Ensaaios. 34. 02 V. 1978.
- FONTANA, J. *História: Análise do passado e projeto social*. Bauru – SP: Ed. EDUSC. 1998.
- FURTADO, C. *O Brasil e os entraves para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro. RJ: Ed. Paz e Terra. Agosto de 1967. Ano I. nº 04.
- _____ *Formação econômica do Brasil*. Brasília – DF: Ed. UNB. 1963.
- _____ "Brésil: de la République oligarchique à l'état militaire". In: *Les Temps Modernes*. Nº 257. Outubro de 1967. Paris. Pág. 580.
- FRANCO, M. S. C. *As Idéias estão no lugar*. Cadernos de Debate, 1. História do Brasil. São Paulo – SP: Ed. Brasiliense. 1976.
- _____ *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo – SP: ED. IEB/USP. 1969.
- GALVÃO, W. N. *Candido e Sérgio, amigos contra a ditadura*. Jornal da Tarde. 18/07/1998.

GINSZBURG, C. *O queijo e os vermes*. Cia das Letras. São Paulo – SP. 1987.

_____ *Andarilhos do bem*. Cia das Letras. São Paulo – SP. 1988

_____ *História noturna*. Cia das Letras. São Paulo – SP. 1991.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro – RJ: Ed. Civilização brasileira. 1966.

GOMES Jr. G. S. *Palavras peregrinas: idéias barrocas e o pensamento sobre as artes e letras no Brasil*. Tese de Doutorado. USP. São Paulo - SP. 1996.

GURVITCH, G. *Sociologia del siglo XX*. Vol I. Barcelona. Espanha: Ed. Ateneo S/A 1965.

GUIMARAES, M. L. S. *Nação e civilização nos trópicos*. Rio de Janeiro – RJ: Revista Estudos Históricos. Nº 01. 1988. Pag. 5 – 27.

HEGEL, G. W. F. *Lecciones sobre la historia de la filosofia*. México: Ed. Fondo de Cultura Economica. 1997. Pág. 204.

HAUSER, A. *História social da arte e da literatura*. Ed. Martins Fontes. São Paulo – SP. 2000.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil* 26º. São Paulo – SP: Editora Companhia das letras. 1995.

_____ *Visão do Paraíso*. Rio de Janeiro – RJ: Ed. José Olímpio. 1959.

- _____ *Monções*. São Paulo – SP: Ed. Alfa – Ômega. 1976.
- _____ *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro – RJ: Ed. José Olímpio. 1975.
- _____ *O lado oposto e os outros lados*. Revista do Brasil. Rio de Janeiro – RJ. 15 de Outubro de 1926.
- _____ “Do Império à República”. In: *História geral da Civilização Brasileira*. São Paulo – SP: Ed. Difel. 1960.
- _____ *Thomas Davatz, Memórias de um colono no Brasil*. São Paulo – SP: Ed. Martins Fontes. 1941. Pág. 34-35.
- _____ *História Geral da civilização brasileira. A Época colonial*. São Paulo – SP: Ed. Difel. T. 01. 02 V. 1973.
- _____ *O espírito e a letra: estudos de crítica literária 1920-1947*. Volume I. São Paulo – SP: Ed. Cia das Letras. 1997. PRADO, A. A. (org.)
- _____ *O espírito e a letra: estudos de crítica literária 1948-1959*. Volume II. Ed. São Paulo – SP: Cia das Letras. 1997. PRADO, A. A. (org.)
- _____ *Antinous (fragmento)*. *Klaxon*. Ed. Facsimilar. São Paulo : Martins. 1972. N.15, p.1-2. Ago. 1922
- _____ “Le Brésil dans la vie américaine”. In: *Le Nouveau Monde et l’Europe*; textes des conférences et des entretiens organisées par les Rencontres Internationales de Genève et des conférences prononcées aux Rencontres Intellectuelles de São Paulo 1954. Bruxelles: Office de Publicité, 1955. p.55-75.

- _____ *Cobra de vidro*. São Paulo - SP: Ed. Perspectiva, 1978.
- _____ *Conquista da Paz Interna e Conciliação Política* (excertos de prova escrita realizada durante concurso para a cátedra de História da Civilização Brasileira na Universidade de São Paulo). *Folha de S. Paulo*, 19 abr.1992. mais!, p.5-7.
- _____ *Corpo e alma do Brasil*. Ensaio de psicologia social. *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro - RJ, ano3, n.6/87, p.32-42, jul.1987.
- _____ *Discurso do Sr. Sérgio Buarque de Holanda*; pronunciado na noite de 25 de abril de 1961, ao tomar posse da Cadeira Nº 36. *Revista da Academia Paulista de Letras*, São Paulo, ano22, n.67, p.64-83, jul.1962.
- _____ *Elementos básicos da nacionalidade: o homem*. Rio de Janeiro - RJ: Escola Superior de Guerra, 1967.
- _____ *Introdução Geral*. In: (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo - SP: Difusão Européia do Livro, 1963. p.7-11. (Tomo I, v.1, "A época colonial".)
- _____ *Livro dos prefácios*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- _____ *Mentalidade capitalista e personalismo*. *Digesto Econômico*, São Paulo - SP, n.28, p.31-5, mar.1947.
- _____ *O pensamento histórico no Brasil durante os últimos cinquenta anos*. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro - RJ, 15 jul. 1951, p.12-3.
- _____ *O senso do passado*. *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro - RJ, ano3, n.6/87, p.82-4, jul.1987.

____ *Sérgio Buarque responde (entrevista). Folha de S. Paulo, 28 ago.1977. Folhetim, n.32, p.9-10.*

____ *Sobre uma doença infantil da historiografia. O Estado de S. Paulo, 17-24 jun.1973. Suplemento Literário, p.6.*

____ *Tentativas de mitologia. São Paulo - SP: Ed. Perspectiva, 1979.*

____ *A viagem a Nápoles. Revista do Brasil, Rio de Janeiro, ano3, n.6/87, p.18-26, jul.1987.*

_____ *Entrevista a Revista Veja. 1976.*

IANNI, O. *Raças e classes sociais no Brasil. Rio de Janeiro - RJ: Ed. Civilização brasileira. 1966.*

_____ *A Idéia de Brasil moderno. São Paulo - SP: Ed. Brasiliense. 1994. Pág. 15.*

PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo. Col. Grandes estudos Brasiliense. Vol I. São Paulo - SP: Ed. Brasiliense. 1945.*

_____ *História econômica do Brasil. São Paulo - SP: ED. Brasiliense. 1972.*

KONDER, L. *A derrota da dialética: A recepção das idéias de Marx no Brasil até o início dos anos 30. Rio de Janeiro - RJ: Ed. Câmpus. 1988.*

LINS, I. *História do positivismo no Brasil. Brasiliana. Volume 322. São Paulo - SP: Companhia editora nacional. 1967.*

- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. Porto – Portugal: Publicações escorpião. 1974.
- LEITE, D. M. *Caráter nacional brasileiro*. São Paulo – SP: Ed. Pioneira. 1969.
- LAHUERTA, M. “Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização”. In: LORENZO, H. C. de ; COSTA, W. P. *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo – SP: Editora UNESP/FAPESP. 1997.
- MARX, K. ENGELS, F. *La ideologia alemana*. Montevidéu. Uruguai: Ed. Grijalbo. 1970.
- MARTINS, W. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo – SP: Ed. Cultrix e Ed. EDUSP. 1977.
- MARTINEZ, P. H. *A dinâmica de um pensamento crítico: Caio Prado Júnior 1928-1935*. Tese de Doutorado. USP. FFLCH. São Paulo - SP. 1998.
- MELLO, E. C. In : “Raízes do Brasil e Depois” In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil* . São Paulo – SP: Cia das Letras. 1995.
- MICELI, S. *Intelectuais à Brasileira*. Ed. Cia das Letras. São Paulo – SP. 2001.
- _____ “Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)”. In: Miceli, S. *Intelectuais à Brasileira*. Ed. Cia das Letras. São Paulo – SP. 2001.
- MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio (contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira)*. Campinas. 1975.

- MACHADO, B. P. *Raízes do Brasil: uma releitura*. Ver. Estudos Brasileiros. V. 01. Nº 02. Pag. 169-193. Curitiba – PR. 1976.
- MONTEIRO, P. M. *A queda do Aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Dissertação de Mestrado. IFCH. UNICAMP. Campinas – SP. 1996. Pág. 187.
- MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira. (1933-1974)*. São Paulo – SP: Ed. Ática. 1977.
- _____ (org.) *Brasil em perspectiva*. São Paulo – SP: Ed. Difel. 1973.
- MERCADANTE, P. *A consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro – RJ: Ed. Saga. 1965.
- MARSON, A. *Sobre a ideologia do caráter nacional: uma revisão*. São Paulo – SP: Revista de história. 1971. Nº 86.
- MORAES, J. Q. (org.) *História do marxismo – os influxos teóricos*. Vol I e II. Campinas – SP: Ed. UNICAMP. 1995.
- NEME, M. *Plataforma da nova geração*. Porto Alegre – RS: Ed. Globo. 1945.
- NOGUEIRA, A. R. “Sérgio Buarque de Holanda: o Homem”. In: *SBH: Vida e Obra*. Secretaria do Estado da Cultura. São Paulo – SP: Arquivo do Estado. USP e Instituto de Estudos Brasileiros. 1988.
- NOVAIS, F. *Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial, 1777-1808*. São Paulo – SP: Ed. Hucitec. 1979.

- _____ "As dimensões da independência". In: MOTA, C. G. (org.) *Brasil em perspectiva*. São Paulo – SP: Ed. Difel. 1973.
- _____ "O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial". In: MOTA, C. G. (org.) *Brasil em perspectiva*. São Paulo – SP: Ed. Difel. 1973.
- _____ (Dir.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo – SP: Ed. Cia das Letras. 3 Volumes. 1998.
- _____ *De volta ao homem cordial*. Jornal de resenhas. Folha de São Paulo. 1 de Maio de 1995.
- ODALIA, N. *As formas do mesmo*. São Paulo – SP: Ed. UNESP. 1997.
- OLIVEIRA, F. "A emergência do modo de produção de mercadorias : uma interpretação teórica da economia da república Velha no Brasil". In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. Vol. 1. Rio de Janeiro – RJ: Ed. Bertrand Brasil. 1989.
- _____ "Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda: globalização e neoliberalismo na América Latina". *Revista Praga*. Nº 04. São Paulo – SP: Editora Hucitec. 1997. Pág. 31 – 42.
- OLIVEIRA, L. L. "Questão nacional na primeira república". In: LORENZO, H. C. de ; COSTA, W. P. *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo – SP: Editora UNESP/FAPESP. 1997.

OLIVEIRA, L. L. "As raízes da ordem, os intelectuais, a cultura e o Estado". In: *A revolução de 30*. Seminário realizado pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Brasília-DF: Ed. Univ. Brasília. 1983.

PATARRA, N. L. "Dinâmica Populacional e urbanização no Brasil no período pós-30". In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. Volume 4. São Paulo – SP: Ed. DIFEL. 1984.

PIVA, L. G. *Ladrihadores e Semeadores*. São Paulo – SP: Editora 34. 2000. Pág. 31.

PÉCAULT, D. *Os Intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*. Editora Ática. São Paulo – SP. 1990.

PRADO, P. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. Rio de Janeiro – RJ: Ed. José Olímpio. 1962.

PRADO, A. A. "Raízes do Brasil e o modernismo". In: *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo – SP: Editora Fundação Perseu Abramo. 1998.

_____ *1922: Itinerário de uma Falsa Vanguarda: Os dissidentes a Semana e o Integralismo*. Coleção Primeiros Vãos. São Paulo – SP: Ed. Brasiliense. 1983.

RICUPERO, B. *Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo – SP: Editora 34. 2000. Pág. 40.

REIS, J. C. "Sérgio Buarque de Holanda: A recusa das raízes Ibéricas". *Revista Tempos Históricos*. Nº 01, volume 01. Pág. 217. Março de 1999.

_____ *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro – RJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas. 2000.

RODRIGUES, L. M. "Prestes e a Aliança Nacional Libertadora". In: *História geral da Civilização Brasileira*. . São Paulo – SP: Ed. DIFEL. Tomo III 3º Volume 1983.

SAEZ, D. A. M. "As lutas políticas do período 1930 – 1964". In: *História geral da Civilização Brasileira*. São Paulo – SP: Ed. DIFEL. Tomo III 3º Volume. 1983.

SANTOS, J. H. "Condenados ao Moderno". *Revista Memória e Vida Social*. Assis – SP. 1999.

SIMMEL, G. *A Metrópole e a vida mental*. Illinois. USA: Ed. Chicago Press. 1950.

SINGER, P. "Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento". In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. Volume 4 . São Paulo – SP: Ed. DIFEL. 1984.

SIMONSEN, R. C. *Evolução industrial do Brasil*. São Paulo – SP: FIESP. 1939.

SCHWARZ, R. "Pressupostos, salvo engano, da dialética da malandragem". In: *Que Horas São*. São Paulo – SP: Ed. Cia das Letras. 1987.

_____ *As idéias fora do lugar*. Novos Estudos CEBRAP. Nº 03. Janeiro de 1973.

_____ *Machado de Assis: Um Mestre na periferia do Capitalismo*. São Paulo – SP: Livraria Duas Cidades. 1990.

- _____ *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo – SP: Livraria Duas Cidades. 1977
- SOUZA, L. M. "Aspectos da Historiografia da Cultura sobre o Brasil Colonial". In: Freitas, M. C. *Historiografia brasileira em perspectiva*.
- SEVCENKO, N. *Literatura como Missão*. Ed. Brasiliense. São Paulo - SP. 1983.
- TAVARES, M. C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro. 1976, Pág.
- TRINDADE, H. *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30)*. São Paulo – SP: Ed. Difel. 1979.
- THOMPSON, E. P. *Formação da classe operária inglesa*. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro – RJ. 1997
- _____ *A miséria da teoria*. Ed. Jorge Zahar. Rio de Janeiro – RJ. 1981.
- VIANA, O. *Evolução do Povo brasileiro*. Rio de Janeiro – RJ: Ed. José Olímpio. 1956.
- VIOTTI DA COSTA, E. *Escravidão nas áreas cafeeiras*. Tese de Livre docência. Universidade de São Paulo. São Paulo - SP. 1964.
- _____ *Da Senzala à colônia*. São Paulo – SP: Ed. Difel. 1966.
- _____ "Revolução Burguesa no Brasil". In: *Encontros com a civilização brasileira*. Nº 04. 1978.

- _____ "Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil". In: MOTA, C. G. *Brasil em perspectiva*. São Paulo – SP: Ed. Difel. 1968.
- VAINFAS, R. "Sérgio Buarque de Holanda: historiador das representações mentais". In: *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo – SP: Editora Fundação Perseu Abramo. 1998.
- _____ "História das mentalidades e história cultural". In: *Domínios da História*. RIO DE JANEIRO - RJ. Editora Campus, 1997.
- WEBER, M. *Economia e sociedade*. V. 1. Brasília – DF: Editora UNB. 1991.
- _____ *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo – SP: Editora livraria pioneira. 1967.
- WITTER, J. S. "Sérgio Buarque de Holanda: O professor". In: *SBH: Vida e Obra*. Secretaria do Estado da Cultura. São Paulo – SP: Arquivo do Estado. USP e Instituto de Estudos Brasileiros. 1988.
- WEFFORT, F. C. "Educação e política". In: Freire, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro – RJ: Ed. Paz e terra. 1983. Pág. 14.
- WILLIAMS, R. *O campo e a cidade*. Ed. Cia das Letras. São Paulo – SP. 1989.

ANEXO
(Organização dos textos de Sérgio Buarque de Holanda)

(1920 – 1940)

- A bandeira nacional* (A cigarra, SP, ano VII, nº 142, 2º n. de agosto de 1920)
- A quimera do Monroísmo* (A cigarra, SP, ano VII, nº 139, 1º nº de julho de 1920.)
- Viva o imperador* (A Cigarra – SP, ano VII, nº 137, 1º nº de junho de 1920)
- A decadência do romance* (A Cigarra, SP, ano VIII, nº 156, 15 de março de 1921)
- Pintura no Brasil.* (Rio-Jornal. RJ. 07 de dezembro de 1921, p.6, col.3)
- O homem máquina* (A Cigarra – SP, ano VIII, nº 155, 1 de março de 1921)
- Homeopaths* (Fon-Fon – RJ, ano XV, nº 41, 8 de outubro de 1921)
- Relance literário* (Rio-Jornal – RJ – 29 de março de 1922. p.6. col. 1/5)
- São Paulo – literatura dos estados I* (O mundo literário – RJ – ano I, v. 1, nº 2, p. 251-252, 5 de junho de 1922)
- São Paulo – literatura dos estados II* (O mundo literário – RJ – ano I, v. 1, nº 3, p. 389, 5 de julho de 1922)
- São Paulo – literatura dos estados III* (O mundo literário – RJ – ano I, v. 2, nº 4, p. 114-115, 5 de agosto de 1922)
- São Paulo – literatura dos estados IV* (O mundo literário – RJ – ano I, v. 2, nº 6, p. 467-468, 5 de outubro de 1922)
- São Paulo – literatura dos estados V* (O mundo literário – RJ – ano II, v. 3, nº 9, p. 384, 5 de janeiro de 1923)
- São Paulo – literatura dos estados VI* (O mundo literário – RJ – ano II, v. 5, nº 15, p. 370-373, 5 de julho de 1923)
- Capítulo de Romance* (A ideia ilustrada, RJ, 15 de maio de 1924 nº 26 p. 09)
- São Paulo na literatura brasileira* (O mundo literário – RJ – ano III, v. 7, nº 21, p. 358-360, 5 de janeiro de 1924)
- Notas do Espírito Santo* (O jornal – RJ. 17 de julho de 1927. p. 4.)
- O feminismo carioca em marcha* (O combate – SP, 18 de março de 1929, p. 6, col. 6/7) al, RJ, 2 de fevereiro de 1930, p. 1
- Os instintos da sabedoria* (O Jornal – RJ, 23 de novembro de 1930, 2.ª seção, p. 2
- Quinze anos depois* (O jornal – RJ, 16 de novembro de 1930, p. 1 e 2)
- O mito* (Folha da manha – SP. 29 de dezembro de 1934. p.6 col. 3-5)
- Elisabeth foerster* (Folha da manhã – SP, 19 de dezembro de 1935, p. 6 col. 3/5)
- Caminhos e fronteiras* (revista do Brasil, RJ, ano II, n.º 9, p. 14-20, março de 1939)

O Índio e o Brasil (Observador econômico e Financeiro, RJ, ano V, n.º 51, p. 97-121, ilustr., abril de 1940)

Colônias de parceria I (Revista do Brasil, RJ, ano III, n.º 29, p. 15-25, novembro de 1940)

Colônias de parceria II (Revista do Brasil, RJ, ano III, n.º 30, p. 33-49, dezembro de 1940)

Brasília I. /Vida Literária/ (diário de notícias, RJ, seção 3, 22 de setembro de 1940, p. 13, col. 4/8)

Brasília II (diário de notícias, RJ, 29 de setembro de 1940, seção 3, p. 13, col. 1/6 e p. 17, col. 3)

O problema das culturas I. /Vida Literária/ (diário de notícias, RJ, 27 de outubro de 1940, seção 3, p. 13, col. 1/6, e p. 14 e col. 2/6)

O problema das culturas II (diário de notícias, RJ, 10 de novembro de 1940, seção 3, p. 13, col. 1/8)

Novas cartas jesuíticas (Diário de notícias – RJ – 08 de dezembro de 1940. seção 3, p.13 col. 1/5 e p.14 col. 5/8)

Versos (Diário de notícias – RJ - 1 de dezembro de 1940 - 3 seção, p. 13, col 1/3 e p.14, col. 4)

Capelas antigas de São Paulo (Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – RJ, 1941, n.º 5, p. 105-120)

Missionário e viajante I / Vida literária (Diário de Notícias, RJ, 12 de outubro de 1941, seção 3, p. 17, col. 7, 8 e p. 18, col. 2)

Missionário e viajante II (Diário de Notícias, RJ, 19 de outubro de 1941, seção 3, p. 17, col. 6/8 e p. 18, col. 1)

Do rancho ao palácio. /Vida Literária/ (Diário de notícias, RJ, 3.ª seção, 23 de novembro de 1941, p. 17, col. 1,2 e 18, col. 6/7)

Romance do café. /Vida Literária/ (diário de notícias, RJ, 11 de maio de 1941, seção 3, p. 17, col.2/7)

Amazônia. /Vida Literária./ (Diário de notícias, RJ, 5 de janeiro de 1941, seção 3, p. 13, col. 1/6)

Amazônia II (Diário de notícias, RJ, 12 de janeiro de 1941, seção 3, p. 13, col. 5/8 e p. 14, col. 7)

Letras norte-americanas. (Revista do Brasil. RJ. 4 (31): 73-74, janeiro de 1941)

Letras norte-americanas II. (Revista do Brasil. RJ. 4 (33): 71-73, março de 1941)

O problema do Sul. /Vida Literária/ (diário de notícias, RJ, 19 de janeiro de 1941, seção 3, p. 13, col. 3/6 e p. 14, col 7)

Americanismo e letras (Diário de notícias, RJ, 3ª seção, 5 de outubro de 1941 p.17, col. 1/3 e 18 col.4)

Mel e cera no Brasil colonial (Província de São Pedro. Porto alegre. Nº 4, p. 48-56, março de 1946)

Em torno do cunhadio (OESP, SP, 30 de março de 1946, p. 4, col.6)

A língua geral em São Paulo I (OESP, 11 de maio de 1946, p. 4 e 5)

A língua geral em São Paulo II (OESP, 18 de maio de 1946, p. 4 e 6)

A língua geral em São Paulo III (OESP, 13 de junho de 1946, p. 4 e 5)

A água e o sertão (OESP, SP, 29 de novembro de 1940, p. 2)

A água e o sertão – Conclusão (OESP, SP, 4 de dezembro de 1940, p. 9)

Armas de algodão (OESP, 19 de janeiro de 1947, p. 6)

Armas de algodão II (OESP, 6 de fevereiro de 1947, p. 4)

A pesca em nossa economia colonial (Digesto Econômico, SP, ano III, n.º 29, p. 67-70, abril de 1947)

ABDE (Diário da noite, SP, 7 de agosto de 1947, p. 2 e 3)

O arroz em São Paulo na era colonial (Digesto econômico, SP, ano III, n.º 31, p. 56-58, junho de 1947)

O algodão em São Paulo nos séculos XVI e XVII (Digesto econômico – SP, ano III, n.º 35, p. 83-87, outubro de 1947)

Fiação e tecelagem em São Paulo na era colonial (Digesto econômico – SP, ano III, n.º 36, p. 74-79, novembro de 1947)

Lanifícios seiscentistas de São Paulo (Digesto econômico – SP, ano IV, n.º 37, p. 132-135, dezembro de 1947)

Redes e rendeiras de São Paulo I (OESP – SP – 28 de outubro de 1947, p.5)

Redes e rendeiras de São Paulo II (OESP – SP – 14 de novembro de 1947, p.2)

Redes e rendeiras de São Paulo III (OESP – SP – 16 de novembro de 1947, p.5)

Revista do museu paulista (Revista do museu paulista, nova série, SP, 1947, vol 1, pág. 9-10)

O fio e a teia I (OESP – SP, 5 de fevereiro de 1948, p.2)

O fio e a teia II (OESP – SP, 8 de fevereiro de 1948, p.2)

O fio e a teia III (OESP – SP, 7 de março 1948, p.2)

O fio e a teia IV (OESP – SP, 24 de março de 1948, p.5)

Palmares pelo avesso (OESP, SP, 26 de setembro de 1948, p. 6, col. 1/9 – rodapé da página)

Carta a Cassiano Ricardo (colégio, SP. Ano I nº 3. p.52-54, setembro de 1948)

1932. /Vida literária/ (diário de notícias, RJ, 26 de setembro de 1948, 4.^a seção, p. 1 e 2)

Novos rumos da sociologia (diário de notícias, RJ, 3 de outubro de 1948, 4.^a seção, p. 2, cols. 1-2)

Tempo e realidade I (OESP – SP – 28 de dezembro de 1948, p.2, col.5)

Tempo e realidade II (OESP – SP – 29 de dezembro de 1948, p.2, col.8/9)

Um aspecto da Iconografia Bandeirantes I (OESP, 13 de janeiro de 1948, p. 5)

Um aspecto da Iconografia Bandeirantes II (OESP, 18 de janeiro de 1948, p. 2)

Pré-história das Bandeiras I (OESP-SP, 04 de julho de 1948, p.11, col. 3/4)

Pré-história das Bandeiras II (OESP-SP, 06 de julho de 1948, p. 2, col. 6/7)

Pré-história das Bandeiras III (OESP-SP, 10 de julho de 1948, p. 2, col. 8/9)

Pré-história das Bandeiras IV (OESP-SP, 11 de julho de 1948, p. 6, col. 6/7)

Pré-história das Bandeiras V (OESP-SP, 18 de julho de 1948, p. 6, col. 8/9)

Pré-história das Bandeiras VI (OESP-SP, 20 de julho de 1948, p. 2, col. 7/8)

Pré-história das Bandeiras VII (OESP-SP, 24 de julho de 1948, p. 2, col. 8/9)

Pré-história das Bandeiras VIII (OESP-SP, 31 de julho de 1948, p. 7, col. 1/2)

Relíquias das Monções I (OESP-SP, 06 de junho de 1948, p. 2, col. 8/9)

Relíquias das Monções - Conclusão (OESP-SP, 22 de junho de 1948, p. 8, col 1)

A mais antiga fábrica de tecidos de São Paulo (digesto econômico-SP, ano IV, n.º 41, p. 101-112 – abril de 1948)

Sobre um aspecto da iconografia bandeirante (OESP – SP – 28 de janeiro de 1948 – p.2 col. 4/5)

A fábrica de ferro de santo amaro (Digesto econômico – SP, ano IV, n.º 38, p. 78-81, janeiro de 1948)

Universalismo e provincianismo na crítica (diário de notícias – RJ – 7 de novembro de 1948, P. 1 , Col. ½)

Fiação doméstica em São Paulo (Digesto econômico – SP, ano III, n.º 47, p. 122-125, outubro de 1948)

Ainda a siderurgia de Santo Amaro (Digesto econômico – SP. Ano IV, nº 39, p. 141-145, fevereiro de 1948)

Índios e mamelucos na expansão paulista (Anais do Museu Paulista – SP, tomo 13, 1948-1949, p. 175-290)

Tradições populares (Diário de notícias – RJ - 4 seção, 20 de fevereiro de 1949, p.2, col.7.)

Uma tradução de Proust I (OESP – SP - 12 de janeiro de 1949, p.5, col. 4/5)

Uma tradução de Proust II (OESP – SP - 13 de janeiro de 1949, p.2, col. 6/7)

Três romances I (OESP – SP – 6 de janeiro de 1949, p.2 , col. 8/9)
Três romances II (OESP – SP – 8 de janeiro de 1949, p.3 , col. 8/9)
Letrismo e soneto (OESP – SP, 20 de janeiro de 1949, p.2. col 7/9)
Burguesia e absolutismo (OESP, 9 de outubro de 1949, p. 4)
Balzac vivo (OESP, 29 de maio de 1949, p. 5 col. 6)
Sociedade tupinambá. /Vida Literária/ (diário de notícias, RJ, 30 de outubro de 1949, 4.^a seção, p. 2, col. 3 a 6)
Sociedade tupinambá. /Vida Literária/ (diário de notícias, RJ, 20 de novembro de 1949, 4.^a seção, p. 1, col. 5 e 6)
A política de Ruy Barbosa. /Vida Literária/ (Diário de notícias, RJ, 6 de novembro de 1949)
Pré-história das Monções I (OESP-SP, suplemento literário, 29 de dezembro de 1943, ano I, n.º 12, p. 3)
Pré-história das Monções II (OESP-SP, suplemento literário, 4 de janeiro de 1943, ano I, n.º 13, p. 2)
Pré-história das Monções III (OESP-SP, suplemento literário, 12 de janeiro de 1943, ano I, n.º 14, p. 3)
Uma povoação setecentista (OESP – Suplemento Literário – SP, 23 de novembro de 1944, ano 2, n.º 57, p. 1)

(1950- 1982)

História da literatura brasileira – 1870 – 1920 (Folha da manha – SP, 7 de junho de 1950, p.4)
Raça, cultura e clima I (diário carioca – RJ – 27 de agosto de 1950. seção 2, p.5 col. 6/8 e p.6 col. ¾)
Raça, cultura e clima II (diário carioca – RJ – 3 de setembro de 1950. seção 2, p.5 col. 6/8 e p.6 col. 1/3)
Terroristas e retóricos (Folha da manha – SP – 15 de agosto de 1950. p.4)
Moby Dick (folha da manha – SP. 10 de outubro de 1950. p.4)
Ulisses e José (Folha da manha – SP – 20 de junho de 1950, p.4)
No país dos espelhos (Folha da manha – SP. 16 de maio de 1950. p.4)
A Margem (Folha da manhã – SP, 14 de novembro de 1950, p.04)

Noroeste (Folha da manha – SP. 19 de setembro de 1950, p.6)

Negros no Brasil (Diário Carioca, RJ, 30 de julho de 1950, 2.^a seção, p. 5, col. 6/8 e p. 6, col. 5/6)

Tradicionalistas e restauradores (Folha da manhã, SP, 12 de dezembro de 1950, p. 4)

Sobre um novo formalismo (Folha da manha – SP – 22 de agosto p.4 e 23 de agosto de 1950 , p.4)

Tempo e eternidade (Folha da manha – SP – 12 de setembro de 1950. p.6)

As duas verdades I (Folha da manhã, 4 de julho 1950, p. 4, col. 5-7 – noticiário geral)

As duas verdades II (Folha da manhã, 11de julho 1950, p. 4, col. 3-5 – noticiário geral)

Elogio da alegoria (Folha da manha – SP, 17 de outubro de 1950, p.4)

Nordeste e noroeste (diário carioca, RJ, 17 de setembro de 1950, seção 2, p. 5, col. 6/8 e p. 6, col. 2,3)

Do mirante do padre cardim. /Vida Literária/ (diário de notícias, RJ, 12 de fevereiro de 1950, 4.^a seção, p. 1, col. 2 a 5)

Romance brasileiro (Diário carioca – RJ - 4 de junho de 1950, p.5, col. 1/3 seção 2)

Caminhos do romance (Folha da manhã, SP, 30 de maio de 1950, p.4)

As confissões do meu tio Gonzaga (Folha da manhã, SP, 14 de junho de 1950, p.4)

A ponte I (Folha da manha – SP, 26 de setembro de 1950, p.10)

A ponte II (Folha da manha – SP, 3 de outubro de 1950, p.12 e 13)

Praia oculta (Folha da manha – SP, 08 de agosto de 1950. p.4)

Resenha bibliográfica (Revista de história – SP – ano I, nº 3, p. 423-430, julho-setembro de 1950)

Sobre o colloquium (diário carioca – RJ – 12 de novembro de 1950, 2 seção, p.5 col 1/3, e p.6 col. 4/8)

Bandeiras e Monções (Diário carioca, RJ, 15 de julho de 1951, seção 2, p.3 col 6/8 e p.7 col 1.)

O barroco (Folha da manhã, SP, 16 de dezembro de 1951, p. 8 e 10)

Ainda o existencialismo (Diário carioca – RJ, 1 de abril de 1951, 2^a seção. P.4 col. 4/8 e p. 7 cols 4/5)

Ainda um congresso (Diário carioca – RJ. 24 de junho de 1951, seção 2, p.2, col. 6/8 e 10 col. 4/6)

Existencialismo (Diário carioca, RJ, 25 de março de 1951, seção 2, p. 4, col. 4/8 e p. 7, col. 6)

Mitologia e sociedade (diário carioca, RJ, 8 de julho de 1951, 2.^a seção, p. 3, col. 6/8 e p. 10, col. 4,5)

Algumas técnicas rurais no Brasil colonial I (Anhembi, SP, ano I, vol. III, n.º 8, p. 242-256, julho de 1951)

Algumas técnicas rurais no Brasil colonial II (Anhembi, SP, ano I, vol. IV, n.º 10, p. 16-25, setembro de 1951)

Tendências filosóficas (diário carioca, RJ, 18 de março de 1951, 2.^a seção, p. 4, col. 4/8)

Uma biografia (Diário carioca, RJ, 19 de agosto de 1951, seção 2.^a, p. 3, col. 6/8, e p. 10, col. 4)

O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos – Título Geral: Cultura Brasileira (Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1951, p. 12-13.)

Em torno de um congresso (Diário carioca – RJ – 8 de abril de 1951, seção 2, p.2 col. 4/8)

História e natureza (Diário carioca, RJ, 17 de junho de 1951, 2.^a seção, p. 5, col. 6/8 e p.11, col. 3/4)

Estudos etnológicos (Diário carioca, RJ, 01 de julho de 1951, 2.^a seção, p. 3 col. 6/8 e p. 10, col.2/3)

Praia Brava (Folha da manha - SP, 27 de fevereiro de 1951, p.4)

Sobre o barroco (Diário carioca – RJ – 16 de dezembro de 1951 p. 3 e 10)

Sobre Lima Barreto (Diário carioca – RJ – 5 de outubro de 1952, 2 seção p.3, col.6/8)

Poesia e convenção (Diário carioca – RJ. 7 de dezembro de 1952. seção 2, p.3. col.6/8)

Em torno da semana (Folha da manha – SP, 20 de fevereiro de 1952, p.4 e 7)

Em torno de um prêmio (Diário Carioca – RJ, 20 de julho de 1952, seção 2, p.3 col. 6/8 e p.8 col.3)

A viagem de pohl (Diário carioca, RJ – 4 de maio de 1952, seção 3, p.3, col. 6/8 e p.6 , col1/2)

A crise do herói (diário carioca, RJ, 16 de agosto de 1952, seção 2, p. 2, col. ¼ e p. 6, col. 3,4)

Tentativas de mitologia (Diário carioca, RJ, 15 de junho de 1952, seção 2.^a, p. 3, col. 6/8 e p. 4, col. 1,2)

Verdade e ideologia I (Diário Carioca, RJ, 11 de maio de 1952, seção 2.^a, p. 3, col. 6/8 e p. 6, col. 3/5)

Verdade e ideologia II (Diário Carioca, RJ, 18 de maio de 1952, seção 2.^a, p. 3, col. 6/8 e p. 6, col. 2)

Verdade e ideologia - Conclusão (Diário Carioca, RJ, 25 de maio de 1952, seção 2.^a, p. 3, col. 6/8 e p. 6, col. 3/4)

Algumas técnicas rurais no Brasil colonial III (Anhembi, SP, ano II, vol. V, n.º 14, p. 266-285, janeiro de 1952)

Em torno da semana (diário carioca, RJ, 17 de fevereiro de 1952, seção 2.^a, p. 4)

História geopolítica (Diário Carioca, RJ, 13 de abril de 1952, seção 2, p. 3, col. 6/8 e p. 6, col. 2/4)

Museu paulista (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – RJ, v. 217, p. 131-135, 1952)

A lenda negra (diário carioca, RJ, 6 de abril de 1952, seção 2, p. 3, col. 6/8 e p. 6, col. 1/3)

Estudos luso-brasileiros (Diário carioca, RJ, 13 de dezembro de 1953, seção 2, p. 2, col. 6/8.)

Um livro brasileiro na Itália (diário carioca, RJ, 9 de agosto de 1953, seção 2, col 2/6 e p. 5, col. 3,4)

Piratininga 1532-1560 (Folha da manha – SP. 24 e 25 de janeiro de 1954. p.1-2)

As técnicas rurais no Brasil durante o século XVIII (Província de São Pedro, Porto Alegre, 1957, n.º 21, p. 58-62)

Epopéia rococó (OESP – SP, suplemento literário 26 de outubro de 1957, ano 2, n.º 54, p.1)

Sebastianistas no Brasil (OESP – suplemento literário – SP, 13 de setembro de 1958, ano 2, n.º 98, p. 6)

Bandeirantes e judeus (OESP-SP, suplemento literário, 13 de dezembro de 1958, ano 3, n.º 111 – p.1)

Portugueses na América (OESP – suplemento literário, SP, 9 de maio de 1959, ano III, n.º 130, p. 2)

Experiência e fantasia (tribuna da imprensa – tablóide, RJ, 7-8 de novembro de 1959, p. 6-7)

Ofícios de judeu (OESP – suplemento literário – SP, 7 de fevereiro de 1959, ano 3, n.º 119, p.3)

Resenha bibliográfica (OESP – SP – 23 de maio de 1959 – ano 3, n.º 132, p.2 SL)

Historiografia portuguesa (OESP – suplemento literário, 12 de novembro de 1960, ano I, n.º 207, p. 2)

Quarenta anos depois (OESP – SP- 17 de fevereiro de 1962. ano 6, nº269. p.2)

Caminhos do sertão (Revista de história, nº 57, vol. XXVIII, janeiro-março de 1964.)

Rio - o primeiro século (Manchete, RJ, ano 12, n.º 667, p. 48-55, 30 de janeiro de 1965)

Movimentos da população em São Paulo no séc XVIII (Revista IEB-SP, 1966, 1:55-111)

Carta ao diretor da faculdade de filosofia ciências e letras da USP (RIEB, SP, 1966, nº 1, p. 183-184)

Considerações sobre o barroco no Brasil. (Estudos históricos, Marília, 1966, nº 5, p.251-265.)

Os projetos de colonização e comércio toscanos no Brasil ao tempo do Grão Duque Fernando I (1587-1609) (Revista de história, SP, ano XVIII, v. 35, n.º 71, p. 61-84, julho-setembro de 1967)

Um escândalo urgente (Jornal do Brasil, RJ, Caderno B, 5 de fevereiro de 1972, p. 6)

Otávio Tarquínio e Pedro I (Jornal do Brasil – RJ – 30 de setembro de 1972, p.6)

Imagens – Alberto torres um precursor. (1978)

Uma república não proclamada I (Jornal da República – SP, 17 de novembro de 1979, p. 4, col. 5/6)

Uma república não proclamada II (Jornal da República – SP, 19 de novembro de 1979, p. 4, col. 5/6)

Uma república não proclamada III (Jornal da República – SP, 20 de novembro de 1979, p. 4, col. 5/6)

A Luis Martins (OESP, ano I, n. 51, 31 de maio de 1981, p. 14 “cultura”)

A criação do Instituto de estudos brasileiros (Revista do Brasil, RJ. 3(6): 80-81 – julho de 1987)

Novas cartas chilenas (Revista do Brasil, RJ. 4 (33): 100-101, julho de 1987.)

Entrevistas

Um historiador enfrenta o desabafo do nosso tempo (Manchete, RJ, n.º 952, 18 de julho de 1970, p. 148-150)

Historiador julga a mobilização um obstáculo político ao retrocesso (Manchete, RJ, n.º 1378, 16 de setembro de 1978, p. 150)

As muitas histórias de um historiador (Módulo, RJ, ano XI, n.º 42, março de 1976, p. 49-52)

Entrevista de torna viagem com o escritor Sérgio Buarque de Holanda (Folha da Manhã, SP, caderno de atualidades e comentários, 16 de janeiro de 1955, p. 2)

O exílio na história (Jornal da Tarde, SP, 17 de setembro de 1979, p. 6, col 3/5.)

Falam brasileiros que estiveram na Alemanha. (Correio da Manhã, RJ, 16 de maio de 1944, p. 3 e 10)

Abertura não é democracia (Folha de São Paulo, folhetim, 9 de março de 1980, p. 5)

O governo já perdeu (Folha de São Paulo, 5 de outubro de 1978, p. 7)

História brasileira num castelo medieval (Tribuna da Imprensa – tablóide, RJ, 14 e 15 de novembro de 1959, p. 5)

O homem cordial morreu (Jornal do Brasil, RJ, Caderno B, 2 de maio de 1977, p. 10)

No Brasil de 1980 elitismo ainda predomina (Diário do grande ABC, Santo André, 13 de abril de 1980, caderno C, p. 1)

O moderno com 50 anos não ficou velho (O Globo, RJ, 9 de fevereiro de 1972, 2.º caderno, p.3, cols. 1/3)

A moral duvidosa (OESP, 5 de junho de 1977, p. 25, cols. 1/3)

Nestas paragens (Correio Paulistano, SP, 3.ª seção, 7 de setembro de 1947, p. 17)

Pedro II, mais quem era esse senhor? (Jornal do Brasil, RJ, Caderno B, 29 de novembro de 1975, p. 4-5)

Depois da queda (Jornal do Brasil, RJ, 21 de outubro de 1979, caderno especial, p. 5, col. 1/6)

O regresso da Europa de um jornalista brasileiro (O Jornal, RJ, 14 de janeiro de 1931, p. 3, cols. 4/5)

A revolução (O Globo, RJ, 29 de abril de 1965, p. 12, col. 5/7)

Sérgio Buarque de Holanda responde (Folha da Manhã – SP, 28 de agosto de 1977, p. 9 e 10)

Qual é o poder da inteligência? (Jornal do Brasil, RJ, 2 de maio de 1977, Caderno B, p. 10, cols. 1/3)

Literatura e poesia (Revista de poesia e crítica. Brasília-São Paulo-Rio. 8: 2-12, setembro de 1982)

Revista Duco (Alemanha)

Babassu Kohle. Die Oelffrucht Babassu und ihre ausserordentliche Bedeutung. (Duco – Berlim – (4): 32-33 Julho-Agosto de 1930.

O Brasil (Duco – Berlim – (1): 8, setembro de 1929.

Buecher (Duco – Berlim – (1): 60, setembro de 1929.

A elevação dos direitos aduaneiros sobre o café. (Duco – Berlim – (2): 28, março/abril de 1930.

Dr. Júlio Prestes – Der zukuenftige Bundespraesident der Vereinigten Staaten von Brasilien. (Duco – Berlim (3): 37, março/abril de 1930.

Karl von den Steinen (Duco – Berlim – (4): 51, dezembro de 1929.

Die Moderne Brasilianische Literatur (Duco – Berlim – (1): pág. 43-45, janeiro/fevereiro 1930.

Statt jeder Vorrede (Duco – Berlim – (1): 43-44, setembro de 1929.

Wenn einer eine Reise tut (Duco – Berlim – (2): 59, outubro de 1929.

* Em 1930 Sérgio Buarque de Holanda foi indicado, pela Embaixada do Brasil em Berlim, para escrever uma coluna na revista **BRASILIANISCHE RUNDSCHAU**, do órgão oficial do Conselho de Comércio Brasileiro de Hamburgo, onde publicou diversos artigos relativos à economia e história do Brasil. Estes artigos permanecem completamente desconhecidos no Brasil.